



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Bianca Santos Coutinho dos Reis

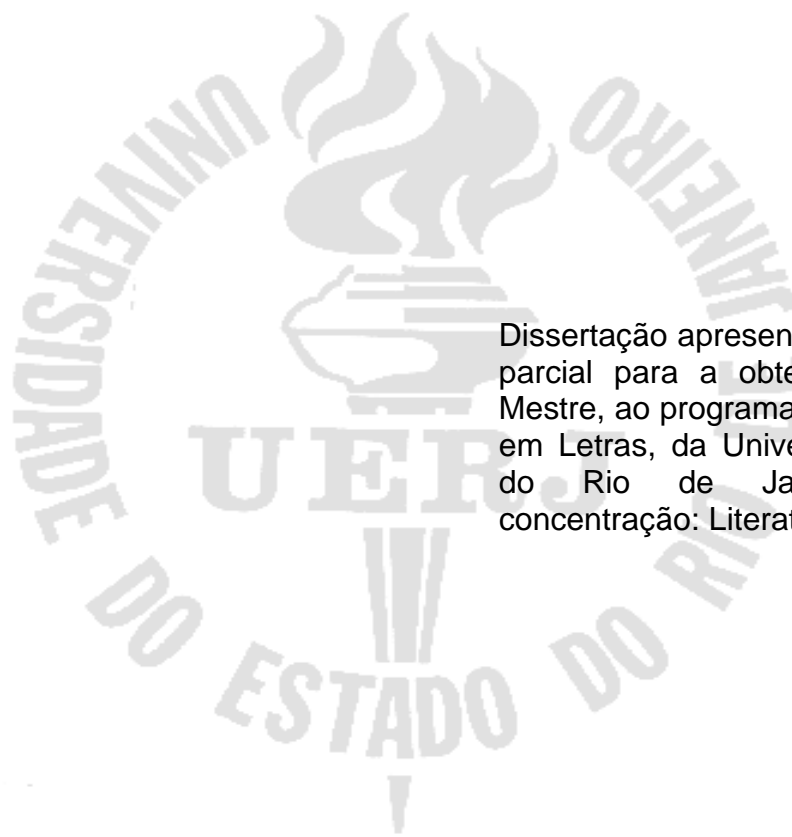
**“Cérebros e Corações”**: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho  
no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2012

Bianca Santos Coutinho dos Reis

**“Cérebros e Corações”**: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho  
no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Nazar David

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

C331 Reis, Bianca Santos Coutinho dos.  
“Cérebros e Corações”: a ficção de Maria Amália Vaz de  
Carvalho no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro / Bianca Santos  
Coutinho dos Reis . - 2012  
120f.

Orientador: Sérgio Nazar David.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Carvalho, Maria Amalia Vaz de, 1847-1921. Cérebros e  
corações - Teses. 2. Carvalho, Maria Amalia Vaz de, 1847-1921 –  
Ficção - Teses. 3. Carvalho, Maria Amalia Vaz de, 1847-1921 – Visão  
política e social – Séc. XIX - Teses. 4. Jornais na literatura - Teses. 5.  
Jornal do Commercio (1827- ) - Teses. I David, Sérgio Nazar.. II.  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.  
Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Bianca Santos Coutinho dos Reis

**“Cérebros e Corações”: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho  
no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 11 de abril de 2012.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Nazar David (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Sansão Fontes  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Sérgio Paulo Guimarães de Sousa  
Universidade do Minho.

Rio de Janeiro,

2012

## DEDICATÓRIA

A Rodrigo Duarte dos Reis, meu marido amado, por tanta compreensão, apoio, zelo e companheirismo. Tenha a certeza de que mais esta etapa conquistada não seria possível sem o seu amor! Obrigada!

## AGRADECIMENTOS

À minha família, *Ivan, Marta, Aline e João Gabriel* que, com a união de sentimentos e esforços, me proporcionaram uma vida de escolhas próprias.

A *Sérgio Nazar David*, mestre para sempre! Pela orientação e incentivo constantes, pela amizade, paixão pela pesquisa, pela força que me moveu e que não permitiu que desanimasse, mesmo nos momentos mais difíceis e espinhosos da caminhada. Por todas as vezes que disse: “Força!”

A *Fabiana de Paula Lessa Oliveira*, amiga-irmã. Pelas horas de cansaço que passamos juntas, pelas noites em claro compartilhadas, pelo apoio que sempre me deu, pela alegria de tê-la comigo neste percurso... pela amizade!

A *Ana Cristina Comandulli da Cunha e Carlos Eduardo Soares da Cruz*, pela disponibilidade em ensinar, pelo interesse na pesquisa, pelo incentivo constante e pela amizade verdadeira.

Aos amigos queridos, *Elizabeth Fernandes Martini*, por seu incentivo exageradamente intenso e sua alegria que estará comigo sempre; e *Douglas Juvenal Menezes*, por todo companheirismo e amizade incondicional.

Ao corpo docente da UERJ, pela contribuição para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos demais amigos, principalmente os do Colégio Estadual Inoã e Escola Municipal Marquês de Maricá, ambas no município de Maricá, que souberam compreender minhas ausências em dias de trabalho e dias de festa.

À família do *Colégio Estadual Machado de Assis*, que são a base da minha formação, são minha inspiração e amigos que não saem do meu coração.

Por fim, a Deus, que com seus planos traçados para mim, me fez ser feliz e conhecer pessoas maravilhosas, inteligentes que me fazem crescer.

"A primeira coisa que a mulher não aprende, e que devia aprender, é a pensar. Dominar o seu destino, julgá-lo, modificá-lo quando seja conveniente, eis uma faculdade que só podem ter as que raciocinam e as que sabem"

*(Maria Amália Vaz de Carvalho)*

## RESUMO

REIS, Bianca Santos Coutinho dos. *Cérebros e Corações: a ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro*. 2012.120 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847–1921), escritora portuguesa dos fins do século XIX e início do XX, atravessou o oceano para “falar às suas leitoras de aquém do Atlântico”. Suas ideias chegaram à imprensa carioca e alcançaram as páginas de um dos jornais de maior influência na corte brasileira que, em 1878, data em que a autora iniciou sua colaboração, já havia comemorado seu 50º aniversário de fundação: o *Jornal do Commercio* (do Rio de Janeiro). Este periódico, que possuía predominância masculina em seu corpo de articulistas, passou a contar com a colaboração da escritora, para que pudesse tratar de assuntos relacionados ao “mundo feminino”. Ao longo dessa contribuição, Maria Amália Vaz de Carvalho não se restringiu aos assuntos relacionados ao universo considerado das mulheres, também expressou suas opiniões sobre política, sociedade e literatura, em artigos e narrativas curtas. O propósito deste trabalho é analisar a obra ficcional da autora presente no referido periódico, desvelando opiniões que somente através da ficção podemos observar. Também apontamos, para o objetivo de esclarecer as possíveis controvérsias que envolvem sua obra, posição e opiniões acerca da emancipação intelectual feminina no século XIX.

Palavras-chave: Maria Amália Vaz de Carvalho. Feminino. Século XIX. Literatura.



## ABSTRACT

Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), portuguese writer at the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth, crossed the ocean to “talk to her female’s readers at the other side of the Atlantic”. Her ideas came to the Rio’s press and reached the pages of a greatest influence newspaper in brazilian’s court that, in 1878, when the authoress started her collaboration, had already celebrated the 50<sup>th</sup> anniversary of the foundation: the *Jornal do Commercio* (of Rio de Janeiro). This journal, which had a predominance of male writers, began to count with the collaboration of the writer, for deal with issues about the “female’s world”. Throughtout this contribution, Maria Amalia Vaz de Carvalho wasn’t restricted with issues related to the female’s universe, also expressed her opinions on politics, society and literature, in articles and short stories. The purpose of this dissertation is to analyse the fictional work of this authoress in the journal, revealing opinions that only throught fiction we can observe. We also can point to the objective of clarifying the possible controversies surrounding her work, opinions about the position and intellectual emancipation of women in the nineteenth century.

Keywords: Maria Amália Vaz de Carvalho. Female. Nineteenth century. Literature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - D. Maria Amália Vaz de Carvalho por Veloso Salgado.....	12
Figura 2 - <i>Moça lendo em Itu</i> – José Ferraz de Almeida Júnior.....	32
Figura 3 – Ordenações Filipinas.....	41
Figura 4 – Carta Constitucional de 1826.....	41
Figura 5 – Código Civil Portuguez de 1867.....	41
Figura 6 - . Maria Amália Vaz de Carvalho e seus filhos.....	54
Figura 7 - Poeta António Cândido Gonçalves Crespo.....	58
Figura 8 - Visão geral da Quinta-Palácio de Pintéus – Loures.....	60
Figura 9 - Edifício da casa de Maria Amália e Gonçalves Crespo na Travessa de Santa Catarina.....	60
Figura 10 - <i>Moça com livro</i> – José Ferraz de Almeida Júnior.....	68
Figura 11 - D. Maria Amália Vaz de Carvalho.....	100
Figura 12 - Monograma de Maria Amália Vaz de Carvalho.....	105



Figura 1 - *D. Maria Amália Vaz de Carvalho* – Quadro do pintor português Veloso Salgado - Capa da publicação “Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho”, de Amaro Carvalho da Silva, 1997.

## INTRODUÇÃO

Maria Amália Vaz de Carvalho, poetisa, ficcionista, cronista portuguesa dos anos finais do século XIX e início do XX, nascida em 1847 e falecida em 1921, entrou na cena intelectual para acirrar o debate sobre a posição social feminina oitocentista. Preocupada, pretendia fazer com que as sociedades, mais especificamente a portuguesa e a brasileira, refletissem sobre os direitos instrucionais das mulheres.

Tema recorrente nas obras da autora, a instrução feminina, no sentido de ordem acadêmica, era assunto que vinha sendo debatido desde os fins do século XVIII e movimentava os setores intelectuais do país. Com as ideias liberais tomando conta das mentes na sociedade portuguesa, não havia mais por que manter as mulheres numa prisão educacional doméstica. Porém, alguns setores da sociedade ainda consideravam mais prudente mantê-las afastadas das decisões e ignorantes em relação aos fatos capitais da esfera pública.

No contexto das lutas liberais, em que observamos propostas claras pela instrução feminina e poucas ações concretas, as vozes de algumas mulheres se destacaram através da imprensa. Em meio a este grupo, no qual figuravam expoentes como a jornalista Maria José Canuto, a poetisa Júlia de Gusmão, a ficcionista Guiomar Torresão e a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Maria Amália iniciou sua carreira, primeiramente como poetisa e logo depois como articulista de importantes periódicos de feição predominantemente masculina.

Maria Amália Vaz de Carvalho é uma figura que causa divergências até os dias de hoje. Por ser mulher e letrada, em um século com tantas conquistas em favor da liberdade, todos que a leem esperam encontrar justamente uma faceta de feminista entusiasta que defenda a mulher emancipada. Mas não é isto que encontramos em sua obra. Em Portugal, o feminismo<sup>1</sup> foi mais moderado e nossa autora saiu em defesa da instrução das mulheres para favorecimento da família e

---

<sup>1</sup> Este termo, mais utilizado para os movimentos em prol da emancipação feminina no século XX, começou a ser difundido no século XIX, como encontramos em Irene Vaquinhas: “[...] a partir da segunda metade do século XIX e até a 1ª Guerra Mundial, [...], a situação da mulher, ou pelo menos a de certos estratos sociais, modifica-se ligeiramente. [...] Acompanha esta mudança, a difusão de um novo discurso sobre as mulheres [...]. Sendo conhecido por **feminismo ou feminismos**, este ir-se-á consubstanciar sob diversas formas de intervenção, desde a fundação de associações a manifestações políticas, passando pela organização de conferências públicas, a criação de jornais e de revistas ou publicação de artigos na imprensa. (VAQUINHAS, 2000, p. 25, **grifo nosso**).

não por uma luta pela independência do gênero de fato, o que estava em consonância com o ideal utilitário da educação pregado por tantos intelectuais durante o século XIX, como António Feliciano de Castilho, Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

Leitores de hoje se decepcionam e desvalorizam sua colaboração pela forma moderada que se apresenta. Já os críticos que sucederam diretamente a época em que a autora escreveu, defendem-na e dizem que seu trabalho teve importante contribuição para os processos históricos a que assistiram embrionariamente no início do século XX no tocante à condição instrucional da mulher. Nosso objetivo com este trabalho é conhecer mais a fundo a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho: descobrir se há algo que realmente antecipa a emancipação feminina; refletir sobre os motivos de sua aceitação (ou tolerância) como articulista em influentes periódicos considerados “masculinos”; analisar sua obra de modo que consigamos ponderar sobre o porquê de opiniões tão contraditórias a respeito do seu trabalho; desvelar opiniões da autora através da sua ficção; repensar os motivos que levaram Maria Amália a se colocar, por vezes, em uma posição “humilde” perante os homens; observar o mundo oitocentista feminino pela ótica de uma mulher letrada, que de forma contrária ao que era esperado, ou seja, moderadamente, transgredia sutilmente o “universo masculino”.

Maria Amália escreveu em um momento de transformações da história de Portugal e do Brasil<sup>2</sup>. Iniciou sua carreira em 1867, no apagar das luzes da Regeneração em Portugal. Os cidadãos gozavam de mais liberdade de expressão, mesmo que não se tenham cumprido totalmente algumas das promessas de igualdade das legislações liberais, principalmente no que diz respeito às mulheres.

Um dos objetivos da geração liberal foi o de instruir o povo. As mulheres deveriam estar incluídas neste projeto. Mas, ao contrário, elas foram alijadas. A legislação do liberalismo, e aqui destaco a Carta Constitucional de 1826 e o Código Civil de 1867, não foi suficiente para que se implementasse um sistema educacional eficaz que garantisse às mulheres o acesso ao ensino mais avançado. Esperava-se a criação de políticas educacionais que visassem à instrução do povo. Para o liberalismo os homens só seriam livres se tivessem educação. Como as mulheres o seriam se não eram instruídas?

---

<sup>2</sup> O Brasil será sempre citado em nosso trabalho, pois é o país onde está o nosso objeto de estudo: o *Jornal do Commercio*.

O escritor Almeida Garrett, em 1822, discursa às Cortes Portuguesas sobre a situação educacional do país e é violento ao declarar que não há liberdade sem instrução. Observemos o trecho do *Jornal da Sociedade Litteraria Patriótica*:

Quem poderá crer que na capital, nas cidades, nas villas, nas aldeas, nem uma só providencia literária, nem um só mestre de mais, nem uma só luz para tantas trevas, nem um só vislumbre para tanta nevoa? Oh vergonha da minha Nação, oh nodoa eterna nas paginas de sua historia, oh mancha indelevel nos fastos da regeneração Portugueza! [...]. Representantes de um grande povo, um povo inteiro vos brada e clama altamente aos seus legisladores – Vós jurastes libertar-nos, e sem nos allumiar como o fareis? Vós protestastes felicitar-nos, e sem nos libertardes como o conseguireis? queremos ser felizes, porque somos homens, queremos ser livres porque desejamos ser felizes, queremos ser instruidos, porque desejamos ser livres, illustrai-nos, e nós seremos livres, libertai-nos e seremos felizes. (*Jornal da Sociedade Litteraria Patriótica*, 08 Ago. 1822, p.177-178)

Retomo a indagação: como pensar em emancipação e liberdade feminina, se não havia instrução ao alcance de todos? Intelectuais como Ribeiro Sanches, Luís António Verney, Cavaleiro de Oliveira, no século XVIII, já pensavam a situação educacional. Quanto às mulheres, eram divergentes em alguns pontos, mas o assunto estava em discussão. No século XIX, que passou para a história como o século da educação, temos Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, D. António da Costa, Antero de Quental, Eça de Queirós e tantos outros pensando a situação educacional do país e mais especificamente das mulheres.

Por outro lado, mesmo com suas contradições teórico-práticas, devemos refletir sobre como este século avançou no que concerne à instrução. Com a força que a imprensa ganhou, o liberalismo conseguiu propagar com muito mais rapidez seus ideais instrucionais, fazendo com que aumentasse o número de escolas para ambos os sexos e com isso o número de pessoas que ao menos sabiam ler. A luta dos intelectuais liberais em favor da instrução para todos proporcionou uma maior conscientização do povo neste sentido e, com a imprensa, este poder de reivindicação aumentou tornando-se importante ferramenta para o hasteamento da bandeira na redução dos desequilíbrios sociais e entre os sexos. As mulheres também se beneficiaram de certa forma, a imprensa tornou-se o meio pelo qual poderiam divulgar seus trabalhos até então escondidos em suas gavetas. Houve uma propagação de jornais femininos e de mulheres que escreviam para periódicos importantes.

Este foi o momento em que Maria Amália escreveu seus trabalhos ficcionais e artigos de opinião. No Brasil, país que recebeu a contribuição da autora, durante o século XIX, havia uma insatisfação crescente com o imperador e com a situação da escravidão, pois o império se modernizava através do trabalho assalariado que já substituía em parte o trabalho escravo, do advento das estradas de ferro do Barão de Mauá e as políticas que tolhiam cada vez mais a escravatura, como a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 - que proibia o tráfico negreiro -, e a Lei do Ventre Livre de 1872, que considerava libertos os filhos de negros nascidos no Brasil após sua publicação.

Devido à experiência liberal vivida desde o início do período imperial com D. Pedro I (D. Pedro IV, de Portugal), não era aceito mais qualquer tipo de prisão, em parte motivada pelos ideais de liberdade vindos da França, e do liberalismo português que já havia destituído Costa Cabral em 1851 e constituía a chamada Regeneração que retomava os ideais liberais. Porém, a situação da mulher ainda se restringia predominantemente à casa e à família. Contudo, foi em favor desta que elas conseguiram alguma emancipação no campo educacional no século XIX.

As mulheres se limitavam a educar-se somente no ensino primário, geralmente com padres ou em casa com suas mães. Após esta fase eram criadas para serem eficientes donas-de-casa ou boas anfitriãs em salões da alta sociedade. As transformações do século mudaram de certa forma o pensamento da sociedade. Os intelectuais liberais viram na mulher o potencial para a instrução inicial dos futuros cidadãos da pátria. Por parte dos homens não se desejava mais aquela rainha do lar ignorante aos acontecimentos da sociedade, mero ornamento das salas. Passou a haver espaço para uma mulher que refletisse com seu marido sobre os problemas, que instrísse seus filhos de modo a serem mais confiantes e reflexivos.

Irene Vaquinhas em seu livro ““Senhoras e Mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX”, comenta que, a partir da metade do oitocentos, a situação das mulheres muda. A tradicional mãe e esposa, antes não tão valorizada, agora ganha *status* de educadora. Provém disto então, o medo de que houvesse uma influência errônea no caráter das crianças, favorecendo a emancipação feminina. Este tema dá margem a intensas discussões nos periódicos portugueses e brasileiros.

Se a mulher não se instruisse adequadamente, como seria possível ter a responsabilidade de educar? É justamente sobre isso que Maria Amália Vaz de Carvalho e tantas outras de sua época se apoiaram para convencer a sociedade da necessária emergência da instrução feminina. Partindo do princípio de que as mães são as responsáveis por toda uma geração de filhos de uma pátria que se quer mais desenvolvida, elas reivindicavam liberdade e desenvolvimento intelectual.

Surgiu então a acumulação de tarefas domésticas com as educacionais dos pequenos. As mães tinham a responsabilidade da instrução dos filhos e se utilizaram disto para adquirirem o direito de ter ideias em uma sociedade dominada pelo pensamento masculino.

Maria Amália Vaz de Carvalho fazia parte desta geração que utilizou o argumento da instrução utilitária feminina proposta pelo pensamento liberal para ter o acesso à cultura e ao mesmo tempo se fazer ouvir e respeitar por cumprir a posição considerada mais digna à mulher na época: mãe e esposa.

A nossa autora viveu 74 anos, 9 destes casada com o poeta Gonçalves Crespo, com quem teve três filhos. Sua primeira publicação data de 1867. Trata-se do poema *Uma primavera de Mulher*, ao qual se seguiria novo escrito só em 1876, dois anos após seu enlace com Crespo. Durante esta união, Maria Amália recebeu incentivos do marido e iniciou sua carreira na imprensa da Europa e do Brasil.

Como há uma variedade extensa de escritos da autora, concentramos nossa pesquisa na imprensa carioca, mais precisamente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, periódico onde sua colaboração foi mais intensa. Esta iniciou-se em 1878 e, mesmo que irregular, estendeu-se até 1915.

O presente estudo abarca sua colaboração ficcional para a folha, durante os anos de 1878 a 1880. Tivemos que nos restringir a este período, pois foi exatamente a cuja produção tivemos acesso. Se considerarmos o tempo em que a autora contribuiu para o jornal em questão, que, apesar de não muito regular, é longo, sabemos que o recorte feito compreende um curto período, porém profícuo.

As interrupções ocasionadas por perdas familiares e doenças relatadas em artigos publicados no mesmo<sup>3</sup>, não impediu que Maria Amália reunisse um extenso número de artigos neste jornal. Em seu período inicial como articulista, que

---

<sup>3</sup> Durante os anos em que colaborou com o periódico seu marido e filho mais novo faleceram, assim como teve início a doença que a acompanharia por toda a vida: a neurastenia, o que virou assunto em um de seus artigos, tanto no referido jornal, como na folha, também do Rio de Janeiro, intitulado *O Paiz*.



compreende os anos de 1878 a 1881, contabilizamos cerca de 80 trabalhos esparsos, que são publicados sempre na primeira página, na seção “Folhetim do *Jornal do Commercio*”. Entre estes escritos temos contos - que posteriormente vieram a figurar em seus livros de ficção - artigos sobre literatura e principalmente sobre o “universo” àquele tempo considerado “feminino”.

Após um hiato de 11 anos sem colaboração, provavelmente ocasionado pela morte do marido e do terceiro filho do casal (em 1883), retornou em 1892. Neste regresso, publicou artigos – nenhum texto ficcional – que tratavam de problemas sociais e políticos. Encontramos então: sua visão sobre a política de seu tempo, sobre a literatura em Portugal, Rússia, Alemanha e diversos outros países, e pouquíssimos conselhos femininos. Nesta volta ao *Jornal do Commercio* não se dirige mais às suas leitoras, como fazia anteriormente, mas a todo o público.

O *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, tem uma história longa. Este de que falamos é o mesmo que ainda circula nos dias de hoje. Fundado em 1º de outubro de 1827, o periódico completou 184 anos em 2011, de circulação ininterrupta. Este jornal, tão influente durante o Segundo Reinado, passou pelas mãos de muitos proprietários, que mantiveram suas características originais. Para um melhor entendimento da importância do convite para integrar o corpo de articulistas desta influente publicação periódica, devemos compreender a história deste meio de comunicação que liga os dias de hoje com o século em que viveu D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

Sua história começa com a vinda de dois fugitivos da política dos Bourbon na França para o Rio de Janeiro: Pierre-René-François Plancher de La Noé e seu impressor Justin Victor Cremière. Pierre Plancher, leitor de autores iluministas, exercia forte oposição ao rei absolutista Luís XVIII e defendia que só uma monarquia constitucional garantiria a liberdade de pensamento e expressão. Assim, à ocasião da morte do rei, quando subiu ao trono Carlos X, reinstaurando o regime absolutista dos Bourbon e suspendendo todas as liberdades de imprensa e direitos civis, Plancher se viu obrigado a exilar-se. Desembarcou no Brasil em 23 de fevereiro de 1824, dois anos após a Independência.

O jornalista escolheu o Brasil para exílio porque em 1814 é restabelecida a paz entre Portugal e França e os portos brasileiros se abrem àquela nação, tornando viável a vinda de intelectuais, jornalistas, artistas, e todo tipo de profissionais estrangeiros.

O primeiro jornal que editou foi *O Spectador Brasileiro*. Nesta época o Rio de Janeiro oferecia mercado favorável, pois entre 1808 e 1827 circularam no Brasil 51 periódicos de efêmera duração. As ideias iluministas de Plancher ecoavam em nosso país recém-independente, porém o diário só circulou até maio de 1827.

No decorrer deste mesmo ano Pierre Plancher idealizou um jornal que focasse o comércio. Era importante que este periódico tivesse um título que marcasse a sua ação, então, copiando o nome do já editado em Paris *Journal du Commerce*, surgiu o *Jornal do Commercio*, em outubro de 1827.

O periódico tratava de todo tipo de atividades econômicas que, na época, eram resumidas na palavra “comércio”. Na primeira edição quase tudo se referia a esta atividade, exceto um anúncio de espetáculo no teatro São Pedro d’Alcântara. Nesta, Plancher, apesar de acreditar que só uma monarquia constitucional poderia garantir liberdade de pensamento e expressão, fez questão de deixar claro, desde o editorial até o anúncio do teatro, que se tratava de um jornal para a classe conservadora, pois precisava afirmar-se como periódico forte, influente e a elite do início do império era letrada, rica, patriota e conservadora.

Conhecido como *O Jornal*, era monarquista, porém liberal. Apoiava D. Pedro I, mas ao longo de seu reinado a folha passou a considerá-lo despótico e cedente aos interesses de Portugal, em detrimento dos ideais brasileiros. Então, passou a apoiar, juntamente com a *Aurora Fluminense*<sup>4</sup>, movimentos que culminaram com a abdicação em favor de D. Pedro II, em 07 de abril de 1831.

Em 9 de junho de 1832, depois de passados dois anos da revolução liberal na França, que culminou com a derrocada do monarca, o restabelecimento das liberdades constitucionais e o fim da censura à imprensa e às editoras, Plancher vende todo o seu patrimônio conquistado no Brasil para Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot. Entretanto ainda colaborou durante quatro anos na redação do *Jornal do Commercio*. Findo este período, voltou para sua terra natal, onde não havia mais perseguições.

---

<sup>4</sup> “A *Aurora Fluminense* começou a circular, efetivamente, a 21 de dezembro de 1827, graças aos esforços de José Apolinário de Moraes, Francisco Valdetaro e do francês – mais um francês no alvorecer da imprensa brasileira – José Francisco Sigaud. Evaristo da Veiga juntou-se a eles, mais tarde, e passou a ser “redator principal e finalmente único”. [...] A orientação da *Aurora Fluminense* era a da direita liberal, que começava a ascender, então, e que precederia o aparecimento da esquerda liberal [...]. Combatia o aulicismo, o absolutismo, os vícios administrativos, os gastos perdulários, o déficit orçamentário, as “enfermidades morais”. [...] combatia o morgadio, apoiando a abolição do celibato dos padres [...]. (SODRÉ, 1999, p. 106-107).

Em 15 de dezembro de 1834 foi desfeita a sociedade entre Villeneuve e Mougnot, permanecendo o primeiro como único proprietário do jornal. Sob a direção de Villeneuve, *O Jornal* passou por mudanças importantes. Diferente de Plancher, que era iluminista e liberal, este era monarquista e conservador, mas estas posições não impediram a nenhum dos dois de publicarem notícias que não lhes eram agradáveis. Por este motivo, *O Jornal* passou a ser o mais importante do império.

Por ele passaram notícias importantes do tempo da Regência, que hoje estudamos em livros didáticos, como por exemplo: a Cabanagem, Pará (1833-1837); a Sabinada, Baía (1837-1838); a Balaiada, Maranhão (1838-1841) e a Farroupilha, Rio Grande do Sul (1835-1845). Também noticiou, em 24 de julho de 1840, a maioria do nosso segundo imperador, D. Pedro II, aos 15 anos de idade.

Como periódico mais influente e de maior importância no império, em 14 de agosto de 1841, quando o *Correio Oficial*, órgão do governo, cessou sua publicação, o *Jornal do Commercio* passou a publicar todos os atos do governo, o que dava mais força e credibilidade às suas páginas. O Segundo Reinado tinha neste periódico um aliado, pois algumas das ideias do monarca eram compartilhadas pelo jornal, como, por exemplo, a necessidade de abolir a escravatura. Devido a essa união de ideias, Villeneuve levou seu jornal ao lugar mais importante da corte.

Em 1847, já com vinte anos de existência, o *Jornal do Commercio* já havia se transformado em um diário de grande formato. Influente junto à opinião pública, não apresentava mais somente aspectos comerciais e econômicos. Já possuía folhetins, onde famosos escritores brasileiros e europeus escreviam seus romances em capítulos.

Junius Villeneuve morreu em 1863, deixando para o filho Júlio Constâncio Villeneuve todo seu patrimônio. A direção de Villeneuve, o filho, durou até 1890, quando vendeu a José Carlos Rodrigues, um ex-colaborador, o jornal que já tinha 63 anos de existência.

Os ideais do periódico passaram através dos donos. Júlio Villeneuve, a exemplo do pai, tinha sua posição política baseada na monarquia e no conservadorismo. Deste modo, se durante o Segundo Reinado *O Jornal* possuía liberdade total e não havia restrições à imprensa, no início da República o cenário era bem menos favorável. O periódico teve que enfrentar a censura do governo provisório, passando por momentos difíceis após o 15 de novembro.

À época com 72 anos, monarquista, constitucional e diário de circulação ininterrupta, desde a sua fundação por Pierre Plancher, e um dos esteios do trono junto à opinião pública durante o segundo império, o *Jornal do Commercio*, parecia, aos olhos jacobinos, uma excrescência que deveria ser varrida do cenário republicano. (SANDRONI, 2007, p. 276).

A venda para José Carlos Rodrigues foi mediada por Eduardo Prado. Jornalista, empresário, financista, bibliófilo e estudioso do Antigo Testamento, durante sua gestão, *O Jornal* fazia forte oposição ao governo de Deodoro da Fonseca. Mantendo sua posição a favor de liberdades, o periódico apoiava novas eleições.

Em 1923 morreu o jornalista e empresário José Carlos Rodrigues. Então o *Jornal do Commercio* foi vendido a Felix Pacheco. Nesta época, o *Jornal do Commercio* dedicava seu apoio à Aliança Liberal formada pelos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais para lançar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Félix Pacheco faleceu em 1935. O golpe de estado de Getúlio, a implantação do Estado Novo, com suas repressões e censuras, assim como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foram noticiados pelo jornal.

Em 1957, a viúva de Félix Pacheco e seu sócio Elmano Cardim, venderam o *Jornal do Commercio* a San Tiago Dantas, um renomado jurista. Este renovou o periódico. Entre as principais inovações estão: a contratação de diagramadores – e neste item foi pioneiro no Brasil; passou a publicar fotos; integrou ao jornal um caderno de esportes e um suplemento semanal sobre turfe; reativou a seção feminina e mudou sua posição política passando a ser nacionalista. Durante sua gestão apoiou a construção de Brasília e a Petrobrás.

No dia 30 de setembro de 1958, às 14:45h, na véspera de seu 131º aniversário, o prédio na já nomeada Avenida Rio Branco, nº 117, com 50 anos de existência, foi quase que totalmente destruído por um incêndio, fazendo com que, para que não fosse interrompida sua publicação, contasse com a ajuda de *O Globo*, do *Diário Carioca* e da *Folha da Manhã*.

Absorvido pelo parlamento e com um imenso prejuízo, San Tiago Dantas vendeu o jornal para Assis Chateaubriand em 02 de abril de 1959, que já havia tentado adquirir o periódico outras vezes. A partir da compra por Chateaubriand, este passou a integrar os *Diários Associados* e assim a possuir muitos sócios.

Os acontecimentos que viriam foram noticiados pelo *Jornal do Commercio*. Entre eles, podemos listar: 21 de abril de 1960 (inauguração de Brasília) e o Ato Institucional número 5, que encerrava as atividades parlamentares, fortalecendo o poder ditatorial.

Assis Chateaubriand morreu em 05 de abril de 1968, depois de ter concretizado seu maior sonho que era de reunir em seus *Diários Associados* o maior e mais importante jornal do Brasil. Três anos depois o *Jornal do Commercio* foi transferido para a Rua do Livramento, 189, onde está até hoje, em um prédio de arquitetura moderna, projeto de Oscar Niemeyer.

Com o fim da ditadura e a eleição de Tancredo Neves, o jornal passou a uma opinião de esperança na nova república. Após a morte de Tancredo continuou otimista em relação a José Sarney. Nos anos 80 passou à informação totalmente impessoal, sem opiniões favoráveis ou opostas ao governo.

Em 1º de outubro de 1995, no seu 168º aniversário, saiu a 1ª edição totalmente informatizada. Até hoje ele é um jornal de relativa importância no Rio de Janeiro. Em 2011 completou 184 anos de circulação ininterrupta, fato inédito na América Latina e caso raro no mundo.

Como foi observado, o *Jornal do Commercio* nasceu com o propósito de informar aos comerciantes do Rio de Janeiro, porém, durante o tempo não pôde ficar alheio aos movimentos literários e artísticos. Alguns dos nomes mais importantes da literatura brasileira e mundial escreveram em suas páginas. Podemos citar, entre os brasileiros: Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, Gonçalves Dias, Barão do Rio Branco, entre outros. Entre os estrangeiros, destacamos Émile Zola, Victor Hugo, Alexandre Dumas e a nossa Maria Amália Vaz de Carvalho. O próprio imperador D. Pedro II escrevia para o *Jornal do Commercio*, protegido por pseudônimos.

A inserção da literatura no periódico aconteceu em 1828, quando também ficou resolvido que havia campo para a política nas páginas do jornal. A *Revista Hebdomadária sobre Literatura e Artes* era uma seção crítica sobre o mundo artístico e literário. Era o primeiro suplemento deste gênero da imprensa brasileira.

Dez anos depois de lançado o suplemento, é introduzido mais profundamente no *Jornal do Commercio* o romance-folhetim. Este começa no rodapé da primeira página de 31 de outubro de 1838 com o capítulo inicial da novela *O Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas.

O gênero conhecido por folhetim surge na França, em 1800, quando o *Journal des Débats* inaugurou na imprensa parisiense um comentário sobre os fatos do dia, colocando-o na parte inferior da primeira página, o *rez-de-chaussée*, o rés-do-chão, o rodapé, separado por um fio gráfico horizontal da parte noticiosa do jornal. A seção recebeu o nome de *feuilleton*, pequena folha, denominação usual até hoje na imprensa da França e da Alemanha. Mais tarde, a ficção em forma de crônica também aparece naquele espaço, e em seguida, com o sucesso obtido junto ao público, os jornais encomendam aos escritores da época romances cujos capítulos terminassem de forma a deixar o leitor ansioso pela continuação; daí a expressão romance-folhetim, diferente do *feuilleton*, o folhetim, que na imprensa brasileira, a partir do século XX, passou a ser chamado de crônica. (SANDRONI, 2007, p.107-108)

No Brasil, a primeira aparição deste rodapé foi no *Jornal do Commercio* em 1828 como crônicas, logo seguidas pelo folhetim em capítulos, o romance-folhetim.

Em 1847, ano de nascimento da nossa autora, o *Jornal do Commercio*, com 20 anos de existência, já não tratava somente do comércio, era agora uma folha informativa para todas as áreas da sociedade. Trazia política, artes, literatura e era muito influente.

A polêmica entre Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, chamada *A polêmica da Confederação dos Tamoios*<sup>5</sup>, que se estampou as suas páginas em 1856, é uma prova da sua força durante o império. Após o lançamento do poema épico de Magalhães, José de Alencar, ainda jovem, contesta a qualidade literária da obra em cartas escritas para o jornal, com o pseudônimo de *Ig*. A crítica enérgica ao poema faz com que Manuel de Araújo Porto-Alegre<sup>6</sup> e o imperador D. Pedro II, sendo o último patrocinador da obra, escrevessem em sua defesa, sob o pseudônimo de *O amigo do poeta*. Este fato nos mostra que *O Jornal*, além de confiança da sociedade, tinha total intimidade e credibilidade junto ao imperador.

Assim como existiram várias polêmicas, foram publicadas grandes obras, como em 1862, *Os Miseráveis*, de Victor Hugo; e, em 1911, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, considerados clássicos atualmente. Raul Pompéia, a partir de 1889, e Euclides da Cunha, a partir de 1908, também colaboraram no periódico,

<sup>5</sup> Em "A Confederação dos Tamoios", Gonçalves de Magalhães versa um tema sobre a rebelião dos indígenas contra os colonizadores, um episódio ocorrido entre 1554-1567, em que os índios do norte de São Paulo e sul fluminense reuniram-se com o objetivo de expulsar os portugueses daquela região. O poema tem como herói Aimberê, filho de Cairuçu, que busca vingar a morte do pai, escravizado até a exaustão por Brás Cubas. Aimberê persuade os chefes indígenas a unirem-se numa confederação apoiada pelos franceses, e investe contra os lusos. A obra termina com a derrota dos índios e a conseguinte morte do herói, sepultado pelo missionário José de Anchieta. Fonte: Enciclopédia Itaú cultural – Literatura Brasileira. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 11 mar. 2012.

<sup>6</sup> Manuel de Araújo Porto Alegre (Rio Pardo RS 1806 - Lisboa, Portugal 1879). Pintor, caricaturista, arquiteto, crítico e historiador de arte, professor, escritor. . Fonte: Enciclopédia Itaú cultural – Artes visuais. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br>. Acesso em: 11 mar. 2012.

assim como Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, que escrevia artigos sob o pseudônimo de V.

A Literatura sempre foi noticiada pelo *Jornal do Commercio*. Em 11 de novembro de 1896, por exemplo, o que era apenas uma ideia virou notícia: a fundação da Academia Brasileira de Letras. Alguns dos 40 patronos das cadeiras escolhidos pelos fundadores da ABL escreveram para o jornal, entre eles: Gonçalves Dias (patrono da cadeira nº15, escolhido por Olavo Bilac), Joaquim Manuel de Macedo (escolhido por Salvador de Mendonça para patrono da cadeira nº 20), José de Alencar (patrono da cadeira nº 23, escolhido por Machado de Assis), Martins Pena (escolhido por Artur Azevedo para patrono da cadeira nº 4), Raul Pompéia (da cadeira nº33, por Domício da Gama) e Visconde do Rio Branco (eleito patrono da cadeira nº 40).

À época, o jornal em tudo ajudou os fundadores, entre eles Machado de Assis, que foi colaborador do *Jornal do Commercio*, pois acreditava no fortalecimento da Literatura Brasileira e da Língua Portuguesa.

Maria Amália Vaz de Carvalho iniciou sua colaboração no *rez-de-chaussée*, e, neste rodapé do jornal publicou todos os contos que são nosso objeto de trabalho. Seus assuntos neste espaço eram variados: críticas literárias, crônicas, narrativas curtas, artigos. Apenas não há registros de romances, porém há contos que tiveram de ser publicados em mais de uma edição.

A história da autora com o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro começou em 1878, quando o jornal já contava com 51 anos e possuía grande influência no pensamento da elite carioca. A autora já colaborava com diversos periódicos na Europa, mais especificamente em Portugal e em França. Entre eles: *Jornal do Commercio*, Lisboa; *Comércio do Porto*, Porto; *Correio da Manhã*, Lisboa, *Revista Moderna*, Paris, etc.

O Brasil foi um país que de fato valorizou seus escritos. Temos notícia de sua colaboração em outros periódicos, além do *Jornal do Commercio*: *O Paiz* (também do Rio de Janeiro), *Gazeta de Campinas* e *O Estado de São Paulo* (em São Paulo), *Echo do Sul* e *Correio Mercantil* (no Rio Grande do Sul). Entretanto, não sabemos se a autora realmente escrevia direcionada a tais folhas, ou se os seus trabalhos eram republicados pelos jornais do interior a partir dos da Corte.

Sua obra completa é vasta e versátil: contos, crônicas, críticas literárias, biografias, etc. Todavia, apesar de participar de um grupo seletivo de escritoras

influentes do século XIX, muitos dos seus escritos encontram-se dispersos em edições quase inacessíveis ou ainda em jornais sem terem alcançado a forma mais duradoura do livro. Podemos atribuir o fenômeno a alguns fatores: primeiramente por não haver novas edições, apenas as que datam do século XIX, início do século XX; e, em segundo lugar, pelo fato de que muitas das suas opiniões talvez constituíssem – ainda e a despeito de toda a cautela que usa ao apresentá-las – uma afronta ao poder patriarcal da época. Por isso, nosso objetivo tem sido o resgate de seus trabalhos e a interpretação à luz de novas perspectivas, principalmente os que atravessaram o Atlântico, tão importantes sob vários aspectos, sobretudo para o entendimento da posição das mulheres na sociedade daquele tempo, em Portugal e no Brasil.

Nosso trabalho de pesquisa com a autora iniciou-se em 2008 quando ainda realizávamos monografia para fim de curso de especialização. Interessamo-nos por pesquisar vozes femininas do século XIX, algo que nos cursos de formação acadêmica é tão esquecido. Especificamente esta autora nos chamou a atenção pelo modo controverso que os críticos tratavam sua obra. Então, traçamos seu perfil biográfico, lemos alguns de seus textos publicados em livros e logo em seguida chegamos aos trabalhos em periódicos brasileiros. O interesse veio com a curiosidade em saber o que esta mulher tinha a dizer a um público liberal, porém conservador, como era a elite carioca daquele tempo. Depois levantamos a hipótese, que com o tempo foi se fortalecendo, de que Maria Amália Vaz de Carvalho colaborou, na medida do que lhe foi possível, para os movimentos de emancipação da mulher.

A partir das informações biográficas foi decidido que começaríamos pelos periódicos da Biblioteca Nacional (no Rio de Janeiro). Iniciamos a busca pelo ano de 1878, pois estas informações levaram-nos a crer que era o ano inaugural de sua colaboração na imprensa carioca. Logo no início da pesquisa encontramos um texto de apresentação às leitoras fluminenses no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, com o qual pudemos confirmar a indicação biográfica. Fomos verificando número por número e percebemos a irregularidade dos artigos, houve períodos onde não encontramos nenhum, porém, publicações em livros que apresentavam indicação de publicação no referido periódico nos levava a ir adiante na pesquisa.

Encontramos muitos artigos, mas na ficção apenas 17 contos, presentes de 1878 a 1880. Interessados no que a autora poderia revelar em sua literatura,



focamos na análise destes. Decidimo-nos pela ficção por apresentar características implícitas importantes para o entendimento do pensamento da autora sobre o seu tempo e as questões intelectuais femininas. Em textos ficcionais há estratégias pelas quais o autor pode revelar ou ocultar opiniões que em artigos não seria possível, o que nos ajudou a compreender os possíveis artifícios utilizados pela autora para difundir seu pensamento sobre aquela sociedade e as frestas abertas em suas rígidas regras.

Do número encontrado, destacamos 12 para a composição do *corpus* deste trabalho. A escolha levou em consideração o comportamento familiar feminino observado em várias idades, tema recorrente no trabalho de Maria Amália Vaz de Carvalho, tanto na obra de ficção quanto nos artigos direcionados aos seus leitores.

A família e a sociedade, tal como alguns aspectos políticos, são contemplados nestes contos pela ótica da vida das mulheres no século XIX, e deste modo serão analisados. O ambiente familiar, privilegiado pela autora, e todos os conflitos sociais existentes serão interpretados à luz das teorias de Irene Vaquinhas e Michelle Perrot, para que se comprove a verdadeira posição de Maria Amália acerca do desenvolvimento intelectual feminino.

Durante nosso trabalho discutiremos a questão da mulher na sociedade portuguesa e brasileira. Este se divide em três capítulos que demonstram nosso pensamento sobre a obra amaliana e traz novas propostas de interpretação de sua obra.

No primeiro capítulo analisaremos a situação feminina na legislação, desde as Ordenações que regiam o sistema absolutista até Carta Constitucional de 1826 e o Código Civil português de 1867. Também serão ressaltados aspectos da legislação brasileira, pontos convergentes e alguns divergentes entre as legislações, visto que se torna importante verificar o comportamento da sociedade do Brasil perante as mulheres, devido à inserção dos textos de Maria Amália neste país.

Através de autores como Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho e Camilo Castelo Branco, suas opiniões em artigos e personagens de ficção, analisaremos o pensamento da sociedade em relação a alguns pontos importantes para as mulheres do XIX, como a instrução superior, a livre reflexão, a educação utilitária tão prestigiada em relação à família.

No capítulo 2, traçaremos um perfil biográfico de nossa autora, enfatizando sua formação, suas influências, relações de amizade e focos de interesse. Na

tentativa de resgatar esta autora tão esquecida, analisaremos de que modo e por que penetrava facilmente no “mundo masculino” e qual seria sua verdadeira importância para a literatura e para a compreensão do pensamento feminino no século XIX. Também discutiremos o porquê de controvérsias teóricas em torno de sua obra na tentativa de desvelar possíveis estratégias de sobrevivência intelectual das mulheres.

A análise dos 12 contos escolhidos e os temas presentes neles, assim como a ligação com o pensamento social da época será assunto do terceiro e último capítulo. Verificaremos quais os pontos que a autora trata com mais frequência, focalizando na perspectiva da vida da mulher perante as questões caras à família do século XIX, tais como adultério, autoridade paterna, livre escolha amorosa, mães solteiras, filhos bastardos, condição social, educação *versus* instrução, emancipação da mulher, poder dos homens e profissões femininas. As legislações liberais portuguesas e, as brasileiras pós-independência, serão esteios para esta interpretação, assim como as teorias apresentadas no capítulo 1.

O *corpus* de análise definido a partir da fonte original foi verificado em cada publicação em livro da autora encontrada no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro. Investigamos se em alguns deles figuravam tais publicações, pois só tínhamos notícia de dois livros da autora que enfeixavam contos. São eles: *Serões no Campo*, de 1877 e *Contos e Phantasias*, de 1880.

Da verificação, concluímos que a autora por vezes publicava contos em livros onde predominavam artigos. Com isso, dentre os doze contos escolhidos, temos seis inéditos (que não chegaram a ser publicados em nenhum dos livros da autora, somente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro) e seis que saíram a público em edições reunidas sob seu nome.

O anexo com os contos, que integra este trabalho, seguiu a ordem cronológica da publicação no periódico, pois este é o nosso objeto de estudo. São narrativas curtas que tratam principalmente da vida doméstica e em torno desta se desenrolam os temas, como será debatido no capítulo 3.

Assim sendo, em seguida apresentamos uma planilha que explicita a história editorial de cada conto e os temas presentes em cada um deles. Antes de passarmos à análise da tabela, devemos fazer uma observação. Há nesta seis colunas. A primeira é a numeração dos doze contos escolhidos. A coluna “Título do conto” apresenta o nome com o qual a autora os publicou no *Jornal do Commercio*

do Rio de Janeiro e nos seis casos de publicações posteriores em livro, o nome foi mantido, assim como a trama de cada um, tornando desnecessária outra coluna para tal informação.

Na coluna seguinte – “Publicação no *Jornal do Commercio* – RJ” - temos a data exata em que o conto foi publicado no periódico. Considerando que todos os textos ficcionais saíram na primeira página na seção “Folhetim do *Jornal do Commercio*”, não foi necessário inserir esta notificação.

Em “Data e local em que foi escrito”, observamos onde a autora escreveu e a data em que foi criado, pois alguns ao final continham tal informação, outros apenas possuíam a assinatura. Torna-se relevante esta notificação para termos a noção de quanto tempo levava da criação até a publicação no Brasil.

Nas informações da quinta coluna, intitulada “Publicações em livro”, verificamos as narrativas publicadas em coletâneas de contos ou em números isolados e igualmente vemos as que só tivemos notícia de publicação no periódico em questão, portanto consideradas inéditas.

Na última – “Temas presentes” - reunimos os tópicos mais relevantes aos contos, considerando o comportamento social da época e os que, através das leituras de vários artigos da autora, concluímos ser de importante destaque na visão de Maria Amália Vaz de Carvalho.

Passemos à tabela.

História editorial de contos de Maria Amália Vaz de Carvalho no <i>Jornal do Commercio</i> - RJ					
	Título do conto	Publicação no <i>Jornal do Commercio</i> – RJ	Data e local em que foi escrito	Publicação em livro	Temas presentes
1	Cartas de um marido	Segunda-feira, 15 de abril de 1878.	Não há informação.	<i>Mulheres e Creanças</i> – 1887.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ O papel da mulher solteira e da mulher casada na visão de um homem;</li> <li>❖ Educação frívola <i>versus</i> instrução utilitária;</li> <li>❖ A dona-de-casa.</li> </ul>
2	A morte de Bertha	Sábado, 20 de abril de 1878.	Não há informação.	<i>Contos e Phantasias</i> – 1880.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Adultério pela perspectiva infantil;</li> <li>❖ O trabalho da mulher em casa e a vida social;</li> <li>❖ A dona-de-casa.</li> </ul>
3	A gratidão do Marquez	Terça-feira, 06 de agosto de 1878.	Lisboa, 01 de julho de 1878.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Viúva pobre e com filho;</li> <li>❖ A aia e a pedinte;</li> <li>❖ Educação religiosa para meninos e a preocupação com a continuação dos estudos;</li> <li>❖ Repressão de D.Miguel aos liberais e a retomada com o Duque da Terceira.</li> </ul>
4	O filho da viuva	Segunda-feira, 30 de setembro de 1878.	Agosto de 1878.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Viúva pobre e com filho;</li> <li>❖ Preocupação com a instrução dos meninos;</li> <li>❖ Profissão masculina alternativa, longe das universidades.</li> </ul>
5	A mestra	Domingo, 06 de outubro de 1878.	Lisboa.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Educação frívola <i>versus</i> instrução utilitária;</li> <li>❖ Instrução reflexiva;</li> <li>❖ Filhos bastardos;</li> <li>❖ Família burguesa;</li> <li>❖ Capacidade feminina de instruir-se igualmente aos homens;</li> <li>❖ Mulher solteira;</li> <li>❖ A vida das mestras.</li> </ul>
6	As datas de uma vida	Sexta-feira, 12 de setembro de 1879.	Não há informação.	<i>Mulheres e Creanças</i> – 1887.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Educação frívola;</li> <li>❖ Religiosidade feminina;</li> <li>❖ Omissão dos homens quanto à educação/instrução das mulheres;</li> <li>❖ Casamento sugerido pelo pai por conveniência;</li> <li>❖ O amor proibido entre jovens de classes sociais diferentes;</li> <li>❖ Futilidade <i>versus</i> utilidade na educação.</li> </ul>
7	Duas faces de uma medalha	Segunda-feira, 15 de setembro de 1879.	Não há informação.	<i>Contos e Phantasias</i> – 1880.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Família rica;</li> <li>❖ Casamento imposto pelo pai por conveniência;</li> <li>❖ O amor proibido entre jovens de classes sociais diferentes;</li> <li>❖ Educação frívola juntamente com instrução utilitária;</li> <li>❖ Falência;</li> <li>❖ Vida de mestra.</li> </ul>

História editorial de contos de Maria Amália Vaz de Carvalho no <i>Jornal do Commercio</i> – RJ					
	Título do	Publicação	Data e local	Publicação em	Temas presentes

	conto	no <i>Jornal do Commercio</i> – RJ	em que foi escrito	livro	
8	Uma história verdadeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ 1ª parte - Quarta-feira, 14 de janeiro de 1880;</li> <li>❖ 2ª parte – Sexta-feira, 16 de janeiro de 1880;</li> <li>❖ 3ª parte – Sábado, 24 de janeiro de 1880.</li> </ul>	Não há informação.	<i>Contos e Phantasias</i> – 1880.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Educação frívola;</li> <li>❖ Amor entre jovens de classes sociais diferentes;</li> <li>A ameaça de ir para o convento se não deixassem acontecer o casamento;</li> <li>❖ Trabalho feminino para sustento da instrução masculina;</li> <li>❖ Vida de costureiras;</li> <li>❖ O valor do trabalho tanto feminino quanto masculino;</li> <li>❖ Adultério;</li> <li>❖ Amizade.</li> </ul>
9	Em casa de M <sup>me</sup> X	Quarta-feira, 28 de janeiro de 1880.	Não há informação.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Experiência educacional feminina familiar baseada no trabalho e na união;</li> <li>❖ Influência positiva da instrução do marido à esposa;</li> <li>❖ Diferenciação da educação de meninas e meninos;</li> <li>❖ Educação baseada na reflexão de todos;</li> <li>❖ O valor do trabalho.</li> </ul>
10	Os remorsos do Brasileiro	Terça-feira, 27 de abril de 1880.	Não há informação.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Os “brasileiros”;</li> <li>❖ Mães solteiras;</li> <li>❖ Órfãos;</li> <li>❖ Proibição do casamento por diferenciação de classes;</li> <li>❖ Relacionamento sexual antes do casamento;</li> <li>❖ Instrução religiosa para meninos;</li> <li>❖ Instrução no interior.</li> </ul>
11	A mulher do ministro	Quinta-feira, 24 de junho de 1880.	Não há informação.	<i>Contos por toda parte</i> – 1886 (integrante de uma reunião de contos do <i>Jornal do Commercio</i> de Lisboa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Os “brasileiros”;</li> <li>❖ Educação frívola;</li> <li>❖ Adultério;</li> <li>❖ Abandono de filhos e marido – pai sozinho;</li> <li>❖ Política e sociedade.</li> </ul>
12	A estréia do delegado.	Segunda-feira, 30 de agosto de 1880.	Não há informação.	Inédito.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Bastardia;</li> <li>❖ Casamento decidido pelo pai;</li> <li>❖ Proibição do casamento por diferenciação de classes e ideias;</li> <li>❖ Morgadios;</li> <li>❖ Mães solteiras;</li> <li>❖ Mulher solteira.</li> </ul>
<b>Elaboração própria a partir de dados pesquisados na Biblioteca Nacional e Real Gabinete Português de Leitura, ambos no Rio de Janeiro – novembro de 2011.</b>					

Analisando esta tabela podemos afirmar que, apesar de intensa, a colaboração da autora não era periódica. Não havia um dia da semana específico em que escrevia ou um período determinado em que pudéssemos verificar seus trabalhos. Poderia estar presente em qualquer dia, duas ou três vezes na semana ou nenhuma naquele mês.

O que de fato nos parece é que ela enviava os textos e os editores publicavam quando era conveniente. Não acreditamos a distância ser um empecilho, pois em nossa pesquisa, observamos colunas semanais de escritores europeus, como é o caso de Oliveira Martins. A hipótese que levantamos é a de que, por ser mulher em um meio tão masculino e conservador, como era o ambiente de colunistas deste periódico, os textos dela eram aceitos, porém não eram tão valorizados quanto os masculinos.

Por outro lado, devemos estar atentos a esta autora, pois, mesmo com todo preconceito, ela estava presente deste lado do Atlântico e em um jornal tradicional da Corte brasileira, em meio a articulistas homens e sendo uma mulher casada. Seu marido faleceu em 1883, após, portanto, o recorte temporal em que se situam os contos que são objetos de nossa análise.

Apresentamos um panorama inicial de uma autora que ainda há por se descobrir. Nossa pesquisa configura-se em recuperar parte deste espólio grande deixado por uma escritora que em sua época era tão considerada por nomes importantes da intelectualidade portuguesa, e que hoje se encontra à espera em bibliotecas, com suas obras desgastadas.

Pelo que se apresenta, pretendemos, por meio da recolha e análise de seus textos ficcionais, analisando-os pelo viés histórico e social, preencher algumas lacunas que ainda ficaram pelo caminho historiográfico, do pensamento liberal português no que diz respeito ao feminino.



Figura 2 – *Moça lendo em Itu* – José Ferraz de Almeida Júnior (Brasil 1850 – 1899).

## 1 A MULHER – “COISAS d'AGORA”<sup>7</sup>.

As mulheres são mais inteligentes? – Por favor, não fale alto, pois, se houver algum homem por perto, sou capaz de apanhar... Isto não é pergunta que se faça...

Clarice Lispector / Ilka Soares<sup>8</sup>

### 1.1 A instrução e a educação: termos distintos para a mulher do século XIX.

Para contextualizarmos a situação feminina e a intelectualidade da mulher do oitocentos, temos que primeiramente distinguir dois termos que serão amplamente utilizados por nossa autora em suas obras: educação e instrução.

Sabemos que são dois vocábulos com diferentes acepções, porém, hoje, em nossa língua, eles se fundem, de certa forma, em apenas um significado, como se tudo fosse relacionado à formação acadêmica, quando na verdade, nos dicionários, observamos dois sentidos distintos. O primeiro, relativo à boa conduta de um indivíduo perante a sociedade, englobando o segundo termo, que, por sua vez, é caracterizado pela escolarização. E desta forma eram habitualmente utilizados no século XIX, para distinguir dois tipos de busca de conhecimento, principalmente no tocante às mulheres.

Os termos “educação” e “instrução” não raro eram empregues indistintamente. Mas aparece também a intenção de caracterizar os dois conceitos. Assim, num artigo da revista *O Panorama*, fundada por Herculano, essa diferença é expressamente apresentada: “De ordinário confundimos estas duas palavras: educação e instrução; mas cada uma tem sua acepção diversa. A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, segundo os princípios para que as recebemos da Natureza; a instrução, porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais” . (TORRALBA, s/d, p.609).

Esta diferenciação, como visto na citação acima, refere-se ao desenvolvimento intelectual masculino, pois no que concerne às mulheres esses termos tinham significados particulares ao sexo. Analisando os textos de escritores da época, principalmente de Maria Amália Vaz de Carvalho, nosso objeto de estudo, verifica-se que educação se reduz às práticas domésticas como arrumação, cozinha e administração de empregados, um pouco de francês, piano e canto e à arte do

<sup>7</sup>Título de publicação de Maria Amália Vaz de Carvalho no qual apresenta artigos sobre a época em que vive e seus acontecimentos.

<sup>8</sup>LISPECTOR, Clarice. **Só para mulheres – conselhos, receitas e segredos**. Org.: Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. Esta publicação consiste em uma antologia de artigos escritos pela autora Clarice Lispector em o *Diário da Noite* (1960-1961), no Rio de Janeiro, onde assume o pseudônimo de Ilka Soares.



bem receber. Apenas o necessário para que se portasse bem em salões e saraus familiares, excluindo-se dessa definição as mulheres das classes populares, pois a estas estavam reservados apenas os saberes do lar.

A instrução era considerada utilitária. Alcançava a leitura de livros mais reflexivos, a frequência em escolas e até em universidades, trazendo para a mulher conhecimento da literatura, das artes, das ciências e o saber necessário para que pudesse ter suas próprias ideias.

A educação era-lhes mais acessível, por questões de convenção social, legislações médicas e até filosóficas presentes na sociedade do século XIX. Já a instrução lhes foi negada por muito tempo, como veremos mais à frente.

## 1.2 A mulher e as leis

Dada a distinção entre dois vocábulos amplamente utilizados no século XIX, educação e instrução, tão necessária para o entendimento da intelectualidade feminina oitocentista e daquilo a que se propunha nossa autora, é importante, para uma interpretação mais apurada das obras de Maria Amália Vaz de Carvalho, antes de tudo, um estudo sobre o que este gênero representava naquela sociedade. Tal contextualização facilitará a nossa compreensão sobre a postura da autora, por vezes entusiasta de uma emancipação do pensamento das mulheres, por vezes de aparência submissa ao poder masculino instituído na sociedade.

Até 1867 Portugal viveu sem um código civil onde estivessem reunidas e ordenadas sistematicamente as normas reguladoras das relações civis, no âmbito privado ou público. Antes disto, existiam as *Ordenações*, compilação de leis vigentes sobre assuntos cíveis e penais, sem manifestação de princípios, como temos nas legislações modernas. Os portugueses, assim como os habitantes de suas colônias, tiveram três em sua história: as primeiras, que datam do século XV, eram chamadas *Afonsinas*, pois vigoraram durante o reinado de D. Afonso V; as segundas, as *Manuelinas*, são do século XVI e foram impostas por D. Manuel I; e as terceiras, as *Filipinas*, promulgadas por D. Filipe II em 1602 e confirmadas por D. João IV, sem mudança de nome, em 1643 e vigoraram até 1867.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup>GUIMARÃES, Elina. **A mulher portuguesa na legislação civil**. In: Revista Análise Social. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Vol XXII (nº 92-93), 1986, p.557.

Da leitura das últimas ordenações, as *Filipinas*, que ficaram em vigor até o século XIX, observamos que, quando se trata de direitos, as mulheres quase não são citadas. Também, para mais, não podiam ser testemunhas em testamentos, nem procuradoras, não podiam prestar fiança e não poderiam ser tutoras, visto que não participavam do poder paternal.

Às mulheres casadas era imposta a total submissão ao marido, tal como os filhos e os escravos, salvo nos casos de venda de seus bens, quando o cônjuge dependia de sua autorização. Nos demais, pela lei, eram comparadas aos cativos, até mesmo quando se tratava de violência corporal, como é observado no Livro V, Título XXXVI. Primeiramente o texto discorre sobre as “penas pecuniárias dos que matão, ferem, ou tirão arma da Côrte” (Ordenações Filipinas, Livro V, Título XXXVI, 1602 – p. 1187), logo em seguida temos as ressalvas:

E estas penas não haverão lugar no que tirar arma, ou ferir em defensão de seu corpo e vida, nem nos scravos captivos, que com pão, ou pedra ferirem, nem na pessoa, que fôr de menos idade de quinze annos, que com qualquer arma ferir, ou matar, ora seja captivo, ora fôrro, nem nas mulheres, que com pão ou pedra ferirem, nem nas pessoas, que tirarem armas para estremar, e não ferirem acintemente, nem em quem castigar criado, ou discipulo, ou sua mulher, ou seu filho, ou seu scravo, nem em Mestre, ou Piloto, que castigar marinheiro, ou servidor do Navio, em quanto stiverem sob seu mandado. (Ordenações Filipinas, Livro V, Título XXXVI, 1602 – p. 1187).

A violência à mulher casada por seu marido era legitimada, entretanto as solteiras e viúvas eram protegidas. A sedução ou violação tinham respaldo legal, como está expresso no Livro V, Título XVIII, da mesma lei. O homem não poderia sequer induzir uma “virgem ou honesta” a atentar contra sua honra, pois esta teria proteção penal e ele seria punido. A maioria dos direitos expressos em favor das mulheres versa sobre a honra desta. Muitos dos dispositivos desta compilação tratam das consequências que poderiam advir a um homem que se relacionasse sexualmente com virgens, viúvas honestas, órfãs ou parentas. Ao homem que o fizesse cabia a única solução honrosa: o casamento, redenção e proteção das mulheres, mantendo-as, entretanto, no mesmo grau de aprisionamento.

Por outro lado, mesmo com todas as restrições e prisões impostas, algumas lacunas lhes davam certa mobilidade. A mulher com mais de 25 anos, solteira, ou a viúva, longe do domínio paternal, eram consideradas livres para, sozinhas, negociarem e tomarem qualquer decisão sobre seus pensamentos e ações. As restrições eram mais rígidas àquelas que estavam sob o poder patriarcal e, como,

na maioria dos casos, não tinham escolha senão casar-se prematuramente por vontade do pai, estavam sujeitas a todo tipo de submissão ao homem, desde a física, como vimos, até a intelectual.

Passando à legislação liberal, temos a Carta Constitucional de 1826, promulgada por D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil), em que não temos menção às mulheres. Talvez, entre muitas possíveis, uma das razões de elas não serem citadas fosse a necessidade de se criar condições para que estas se tornassem de fato cidadãs, fornecendo-lhe instrução suficiente, fazendo assim com que tivessem direitos e deveres.

Com os ideais de liberdade pairando sobre a sociedade e a falta de obstáculos por parte da lei para o surgimento de instituições de caráter instrucional feminino, estas começaram a eclodir. Tiveram um crescimento lento, mas eficaz para o início da tomada de consciência da mulher sobre sua intelectualidade, o que fez com que, em 1867, no primeiro Código Civil Português, as restrições à liberdade feminina aparecessem de forma mais declarada.

Projeto de António Luís de Seabra, auxiliado por uma comissão revisora da qual fazia parte Alexandre Herculano, promulgado em 1867, o código português foi, em parte, influenciado pelo código civil napoleônico. Nasceu com uma emergência de se fazer uma legislação que representasse as ideias liberais em detrimento das ordenações, que representavam a filosofia absolutista. Foi mais um instrumento em favor do poder masculino sobre as mulheres nas relações conjugais e filiais frente à justiça, apesar de admitir a existência de mulheres autoras, ou seja, letradas, mesmo que privando-as de sua liberdade de publicação.

Neste, em seu artigo 7º vemos o seguinte:

Art. 7º A lei civil é igual para todos, e não faz distinção de pessoas, nem de sexo, salvo nos casos que forem especialmente declarados. (Código civil português, 1867, vol. I, p.1).

Lendo todo o código, percebe-se que a exceção de igualdade expressa no artigo supracitado é mais uma declaração contra uma possível cidadania feminina. Apesar de todo o ideal de liberdade trazido pelo liberalismo, os “casos especialmente declarados” inviabilizavam a cidadania da mulher, cerceavam sua liberdade e conseqüentemente subalternizavam-na em relação ao homem. O pensamento social oitocentista as considerava inaptas para as decisões sobre seus

próprios negócios ou suas vidas, incapazes, inferiores, dominadas pela emoção e com uma intelectualidade insatisfatória. Eram mais frágeis e precisavam da tutela de um homem, fosse ele o pai, o irmão ou o marido. Este conceito do sistema legislativo que inferiorizava a mulher era, em parte, corroborado pelo ideário do oitocentos, pela religião católica e pela medicina, e estava calcado “em duas premissas fundamentais: a fragilidade feminina e a predestinação para a maternidade” (VAQUINHAS, 2000, p. 21-22), o que retirava da mulher, naquele contexto, as capacidades para qualquer decisão que envolvesse dinheiro ou poder político ou jurídico.

Para o homem do século XIX, a mulher era inferior desde a concepção. Irene Vaquinhas diz que a partir da teoria evolucionista, surgiu a ideia de que o sexo dos bebês dependeria do momento da fecundação. Se o óvulo fosse concebido no início da ovulação seria formada uma menina, caso este tivesse sua concepção realizada no fim, nasceria um rapaz. Da maturidade do óvulo viria toda a estabilidade, segurança emocional e inteligência superior do homem, em contraposição à sensibilidade feminina e conseqüentemente à sua suposta inferioridade intelectual.

Com um organismo débil (órgãos delicados, uma estrutura óssea fraca, tecidos moles e esponjosos, nervos bastante ramificados o que explicaria a grande sensibilidade e o predomínio da emoção sobre a razão), sujeita a indisposições periódicas que condicionam sua instabilidade humoral, a mulher é considerada, no século XIX, como possuindo uma fisiologia patológica. Comprovaria esta fragilidade a falta de auto-controlo, o que convertia a mulher num ser a proteger. Tratava-se de um ponto de vista bastante generalizado e que Michelet sintetizou numa só frase: “a mulher é uma doente”<sup>10</sup>. O historiador Oliveira Martins partilha deste ponto de vista, expressando-o no artigo intitulado *Educação da mulher*<sup>11</sup>, no qual comenta a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cartas a Luísa*<sup>12</sup>. E di-lo abertamente, retirando a conclusão lógica do raciocínio de Michelet: se a mulher é uma doente, o que precisa é de um médico. E prossegue, afirmando: “[...] Dantes, quando havia uma fé viva numa Deus providencial [...] essa fé amaciava todas as amarguras da vida [...]. Hoje o caso é diferente [...]. Deus era médico da mulher: hoje o seu médico e o tutor dessa pupila eterna é o homem: o pai, o marido, o filho. Ai da mulher que se não submeter, dócil e amavelmente, a cada um desses médicos nos períodos sucessivos de sua existência!” (VAQUINHAS, 2000, p.22).

As mulheres no século XIX atuavam como as responsáveis pelo lar. Subjugadas pela soberania patriarcal teriam que dedicar-se integralmente à educação dos filhos e renunciar à luta pelos seus direitos de cidadãos. O corpo feminino pertencia ao marido, e convinha controlar seus impulsos, afinal, desde os

<sup>10</sup>Thérèse Moreau, *Le sang de l'histoire: Michelet, l'histoire ET l'idée de la femme au XIX siècle*, Paris, Flammarion, 1982. Porém, em uma publicação nacional também podemos encontrar tal citação: MICHELET. Jules. *A Mulher*. Tradução Maria Ermantina Galvão G.Pereiral – São Paulo: Martins Fontes, 1995 (clássicos).

<sup>11</sup> Oliveira Martins, *Dispersos*, tomo II, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1924, p.147-148.

<sup>12</sup>CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cartas a Luísa – Moral, Educação e Costumes*. Barros & Filha Editores, Porto, 1886.

ensinamentos bíblicos até as páginas dos filósofos, a mulher era considerada detentora do pecado. Como seu destino era o da procriação e sua função era gerar o herdeiro do nome e dos bens da família, urgia comandar sua fecundidade. Isso se deu, na teoria legislativa, através de instrumentos que protegiam o homem de uma infidelidade feminina. A mulher então se tornou propriedade do marido através do casamento civil, instituído no Código Civil de 1867, que estabelecia a substituição de seu nome, o que a fazia perder sua identidade familiar, nomeando o marido como “chefe”, “cabeça do casal”. A partir do matrimônio ela era a “Sra. Fulano de tal” e não mais chamada pelo nome de sua família. “Sequer uma denominação havia para a mulher casada. O homem passa a ser marido e a mulher... mulher.” (SAAD, 2010, p. 28)

Mesmo a mulher aristocrata, frequentadora de salões e saraus, teatros e bailes, não podia privar-se da tutela masculina (do marido, do pai ou do irmão). Além de sua subordinação legal, havia a social, que a reduzia a artigo de *status*, boneca de luxo para ser exposta como prova do sucesso do cônjuge. As que não atendiam a estes padrões ficavam confinadas em suas casas, comandando o bom funcionamento do lar. Logo, conclui-se, era o borralho ou a vitrine.

Configurado a um ideal masculino, o corpo feminino torna-se, no decurso do século XIX, um instrumento simbólico e objecto de intenso investimento. Adornado, maquilhado, compete-lhe, no dizer de Philippe Perrot, “ilustrar por procuração a glória do pai, do marido ou do amante, o seu estatuto social, o seu poder pecuniário”. [...] Esta função decorativa exigia ainda à mulher que demonstrasse, pelo tipo de vestuário usado ou pelo tempo dispendido nos cuidados com a aparência, que não se dedicava a qualquer trabalho produtivo. Uma vivência de tipo ocioso era sinónimo de riqueza e de distinção, um sinal de prestígio reservado a uma pequena minoria. (VAQUINHAS, 2000, p. 53-56)

Fora desta “pequena minoria”, temos as mulheres de classes mais humildes. A estas eram reservadas as prendas domésticas, para que fizessem um casamento razoável, visto não possuírem dotes que atraíssem os melhores pretendentes.

A valorização da família colocou a mulher em uma posição de destaque. O medo de uma influência nefasta sobre as crianças levou a sociedade a requisitar uma instrução feminina. Embora continuassem sem liberdade, o casamento no século XIX configurou-se como importante meio para o desenvolvimento individual da mulher. Como a família era considerada célula principal da sociedade, esta exigência não se tratava de um favorecimento à emancipação da mulher ou uma

possível concessão para que pudesse decidir seu futuro, apenas uma habilitação para que pudesse cumprir a função de mãe-educadora.

Em trecho de *Cartas a Luíza (Moral, Educação e Costumes)*, de 1886, observamos a insatisfação de Maria Amália Vaz de Carvalho sobre a situação intelectual feminina.

No mundo moderno, a mulher representa um pouco o papel que no mundo pagão representaram os escravos, que no mundo feudal representaram os servos, que no mundo monárquico representaram os plebeus. (CARVALHO, 1886, p.21).

Às mulheres em geral o código não concedia quaisquer direitos políticos, jurídicos ou cíveis sem a autorização masculina. Porém, assim como nas ordenações, às solteiras e viúvas era dado o direito à livre negociação de bens.

ART. 1188.º A mulher goza das honras do marido, que não sejam meramente inerentes ao cargo que ele exerce ou haja exercido, e conserva-as enquanto não passar a segundas nupcias. (Código civil português, 1867, vol. III, p.225)

O que às casadas era proibido passava a ser-lhes permitido quando ficavam viúvas. As honras de seus maridos passavam a elas, os bens poderiam ser geridos independentemente do poder de um homem, o poder paternal perante os filhos era exclusivamente delas.

Devido a este dispositivo, tudo que pertencia à mulher era administrado pelo marido. A esposa precisava da autorização deste para qualquer ato comercial que fosse realizar e o dinheiro ganho seria de propriedade da família, portanto pertenceria ao marido.

Art. 1117.º O domínio e posse dos bens comuns está em ambos os conjuges, enquanto subsiste o matrimonio: a administração, porém, dos bens do casal, sem excepção dos propios da mulher, pertence ao marido. (Código civil português, 1867, vol. III, p.127)

A única forma de a mulher dispor de qualquer independência sobre seu dinheiro era o contrato antenupcial, porém, como esta prática não era corrente, a maioria delas estava sujeita a ter os ganhos com seus trabalhos, quando eram autorizadas a realizá-los, tomados por seus maridos.

Esta dependência só teve fim com o Código de 1966. Portanto, tem-se aqui, em Portugal, um século de violação ao direito da mulher de administrar sua vida financeira. Isto controlava, de certa forma, o movimento feminista e suas

reivindicações, pois sem a independência em seus negócios, ao menos as mulheres casadas tinham receio de tentar qualquer insubordinação, pois não tinham a lei a seu favor e não teriam como sobreviver sem nenhum dinheiro.

No casamento, os cônjuges tinham a obrigação de viverem juntos, manter fidelidade, socorrerem-se e auxiliarem-se mutuamente, mas havia uma hierarquia: a mulher devia obediência total ao marido, como expresso no artigo 1185.º:

Art. 1185.º Ao marido incumbe, especialmente, a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher; e a esta a de prestar obediência ao marido. (Código civil português, 1867, vol. III, p.225).

Apesar de não estar expresso na lei, os castigos físicos à mulher foram abolidos devido ao princípio da igualdade que rege os indivíduos na sociedade conjugal. Mesmo estando em total submissão ao marido, este não poderia puni-la violentamente por desacatar as suas determinações.

No entanto, a intelectualidade desta é vigiada. A dependência, vê-se, ultrapassa a esfera financeira:

ART. 1187.º A mulher auctora não póde publicar os seus escriptos sem o consentimento do marido; mas póde recorrer á autoridade judicial em caso de injusta recusa d'elle. (Código civil português, 1867, vol. III, p.225).

Qualquer trabalho realizado pela esposa teria de passar pelo crivo do marido. É certo que havia a opção de se recorrer à justiça, caso a recusa do cônjuge fosse injusta, como vemos no artigo acima citado, porém, em que casos, a mulher, que não possuía poder político nem social, ganharia uma causa? Podemos afirmar que, na maioria dos casos, nem elas moveriam tal ação judicial, nem haveria deferimento da maioria dos juízes em favor da mulher para tal benefício, desautorizando um marido perante a sociedade patriarcal. Entretanto, o direito está expresso na lei, mesmo não estando claros quais seriam os motivos considerados injustos.

Talvez por esta razão não tenhamos tantas expoentes das letras no século XIX, pois retirada a liberdade de publicar livremente seus escritos, muitas engavetavam seu talento, privando a sociedade de novas ideias, tornando a visão sobre a mulher letrada cada vez mais deturpada.



Figura 3 – Ordenações Filipinas – Fonte: Universidade de Coimbra.

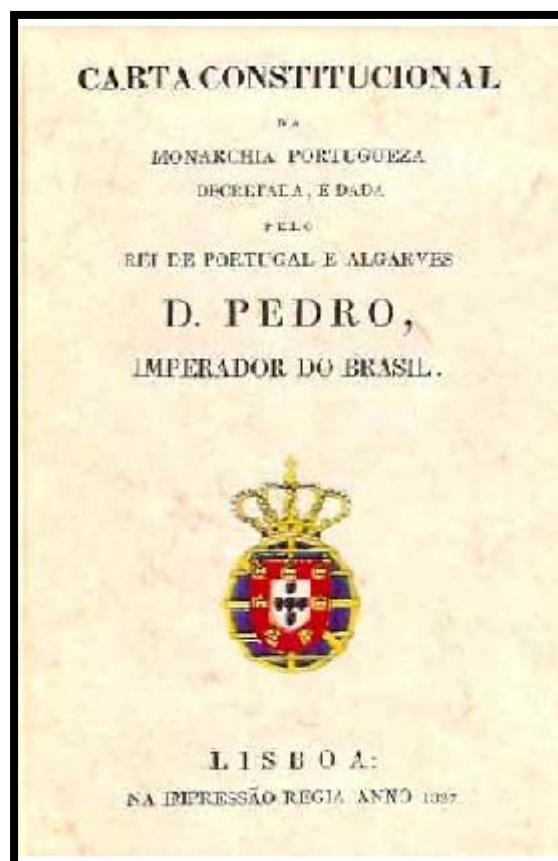


Figura 4 – Carta Constitucional - 1826 - Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

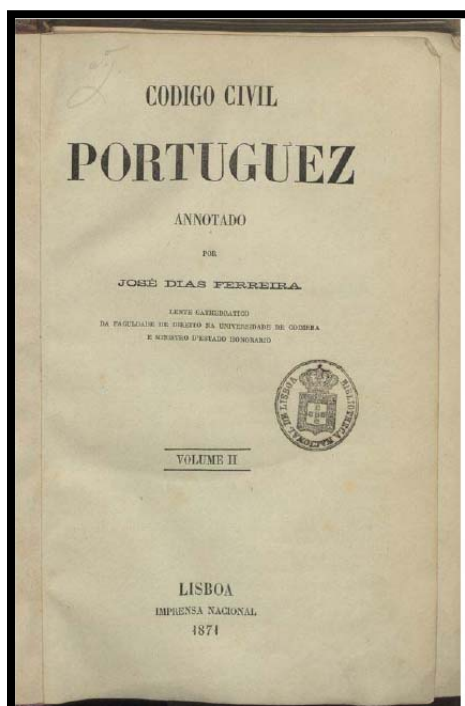


Figura 5 – Folha de rosto do primeiro código civil português – Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.



### 1.2.1 O caso brasileiro.

No Brasil, as ordenações também foram utilizadas como leis e vigoraram como principal influência jurídica até 1916, quando foi promulgado o Código Civil brasileiro. Após a independência, em 1822, elas foram pouco a pouco revogadas, mas foram substituídas por textos que mantinham, de certa forma, suas influências. Dos seus cinco livros, o que permaneceu mais tempo sem prescrição foi o IV, que tratava de negociação de bens.

Os livros I e II, por se tratarem de leis que versavam sobre os negócios entre a colônia e a Coroa, tal como normas que regiam os súditos, a Igreja, a justiça e a sociedade no tempo do domínio português, quando foi declarada a independência do Brasil, perderam sua razão de existir, vigorando apenas três livros.

Destes, o primeiro a ter seu texto prescrito foi o V, que tratava de crimes em geral. Ele foi substituído pelo Código Criminal do Império, em 1830. Este código, promulgado por D. Pedro I), clivava a violência física contra a mulher casada. Em seu artigo 14º, observamos o que era considerado “crime justificável” e o que não teria “lugar a punição delle”. No parágrafo 6º, mais especificamente vemos que há perdão para os que agredirem seus filhos, escravos, discípulos, mas sobre a mulher não há menção.

Art. 14. Será o crime justificável, e não terá lugar a punição delle:  
(...)

6º Quando o mal consistir no castigo moderado, que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade delle, não seja contrária às Leis em vigor. (Código criminal do Império, 1830)

Sobre os crimes que atentam sobre a honra das mulheres, o código criminal não se absteve, porém somente se praticado o ato de violência. Nas ordenações, a simples sedução já configurava o crime. Neste é necessário que haja violência contra a mulher honesta ou até mesmo a prostituta. O rapto também é penalizado com prisão. Todavia, em todos os casos, se for realizado o casamento entre o réu e a ofendida, não seria aplicada a pena.

Logo após, em 1832, foi aplicado o Código de Processo Criminal, que reformou o processo e a magistratura. Nele, como restrição jurídica à mulher, temos

apenas o artigo 89, que não é especificamente um impedimento à mulher, mas sim a qualquer parente próximo a um réu, impossibilitando-o de ser testemunha.

Também, no artigo 108, tem-se como direito para a mulher casada que, por eventuais circunstâncias, seja presa, a garantia de fiança, ainda que o marido não consinta no pagamento, visto que ela vive sob administração deste. Observemos o dispositivo legal.

Art. 108. Quando a mulher casada, ou qualquer pessoa, que viva sobre administração de outrem, necessitar de fiança, para se livrar solta, poderá obter-a sobre os bens, que legitimamente lhe pertencerem; e o marido, tutor, ou curador ficarão obrigados aos fiadores até a quantia dos bens do afiançado; ainda que não consentam na fiança. (Código de processo criminal do Império, 1832)

Em 1850 surge o Regulamento 737, cujo objetivo era determinar a ordem do juízo e regular matérias no processo comercial, em que a mulher casada era citada, quando houvesse negociação com os chamados “bens de raiz” (seu patrimônio anterior ao casamento). Este, juntamente com o Código de processo criminal do Império (1832), revogou o livro III das Ordenações.

Verdadeiramente, mesmo com as revogações e alterações nas leis, no âmbito do processo civil, perduravam as Ordenações. “Tanto o Código de Processo Criminal do Império, que continha disposições provisórias acerca da justiça civil, quanto o Regulamento nº 737, de 1850, mantinham na essência e estrutura o processo das Ordenações de fundo romano-canônico” (FUX, 2005, p. 35), assim como também o era o Código Criminal do Império de 1830.

### **1.3 "De burra que faz him e mulher que sabe latim, livra-te tu e a mim"<sup>13</sup>**

As mulheres perante a legislação, no Brasil ou em Portugal, mesmo nas mais liberais, sempre tiveram sua autonomia cerceada, seja em atos comerciais, sociais ou intelectuais. A emancipação feminina sempre foi impedida por meios jurídicos e ideológicos. O único lugar em que lhes era permitido movimentar-se era dentro da família, e isso somente após a segunda metade do século XIX, quando as leis as incluíram no poder paternal e as livraram dos castigos corporais lícitamente instituídos.

---

<sup>13</sup>Provérbio português.

A fragilidade feminina era o motivo principal que a impedia de participar das determinações sociais mais importantes, como, por exemplo, decidir os rumos do país através do voto. As mulheres letradas sempre foram mal vistas. Nem mesmo os intelectuais liberais – como, por exemplo, Garrett – queriam filhas letradas. Em correspondência, datada de 1854, endereçada ao convento das Salésias, onde a menina estudava, o pai adverte:

Não te afadigues com este calor, minha filha, que não te apliques de mais: eu não te quero para doutora; só desejo que sejas boa, temente a Deus, que tenhas modos de senhora, e que cultives honestamente a inteligência que Deus te deu. [...]. Diz-me de ti como estás e o que sentes; eu não tenho outros cuidados no mundo, nem mais pensamentos senão em ti; assim cuida em ti, até por mim, e pelo amor que tens a teu pai, que não pode resistir a ideia de te ver doente ou incomodada, seja por que for. E não estude de mais: torno a dizer-te; nem te canses: passeia, está pela cerca todo o tempo que to permitirem. (GARRETT, 1963, p. 1472-1473).

Mesmo assim, em todo o tempo, vemos mulheres que fogem a essa regra de forma sutil. Elas transgridiam alguns dos códigos cristalizados pelos homens. E para que esta subversão não fosse tão combatida quanto nos outros países da Europa, as mulheres portuguesas utilizaram-se de uma estratégia oferecida justamente pelos homens: a maternidade.

A maternidade é entendida numa perspectiva político-social sobre a qual se faz fundamentar a sociedade. Não basta por isso dar filhos à nação mas é preciso que estes sejam bons filhos – entendam-se bons cidadãos, bom republicanos. (VAQUINHAS, 2000, p. 48).

Usada como argumento de mudança, a maternidade foi um grande trunfo para o favorecimento à instrução feminina. Utilizar essa “missão” como motivo para alcançar o conhecimento dava dignidade ao papel designado a elas pelo poder dominante, não entrando em conflito direto e ainda as favorecendo intelectualmente. Esta forma de persuadir a sociedade, invocando a maternidade para que a mulher pudesse se instruir, foi bem sucedida e contribuiu para que a defesa da educação feminina pudesse continuar sem tantos preconceitos.

[...] valorizar a maternidade é procurar desmistificar ideias correntes. Talvez por isso as feministas portuguesas – ou pelo menos algumas – procurassem dar de si mesmas uma imagem de mães devotadas. [...] Enfim é a partir do lugar da mulher na família – no caso concreto como mãe – que algumas reivindicações feministas se articulam, consideradas como extensões dos deveres femininos. (VAQUINHAS, 2000, p.49).

Argumentação conformista ou revolucionária, não podemos julgar, pois para saírem da escuridão intelectual em que se encontravam, estas mulheres utilizaram as armas e estratégias que possuíam para tentar buscar, não o lugar considerado masculino, mas uma cidadania justa e possível naquela sociedade, o que não é pouco para aquela época.

Neste contexto, o mais importante parecia ser o objetivo a ser alcançado do que propriamente os meios que eram utilizados. Durante o século XIX, que carrega consigo o estigma de conservador, foram abertas as portas para que as mulheres conseguissem algum espaço na sociedade, dentro do que era minimamente possível, o que preparou o terreno para reivindicações mais fundamentais do século XX. Foi com essa aparente submissão e aceitação dos valores masculinos que escritoras começaram a ter destaque e o papel feminino começou a ser discutido com mais relevância. Aos poucos, reflexões breves sobre suas inquietações, em suas cartas, crônicas ou outros gêneros de texto, propiciaram uma atualização sobre a questão. Mesmo de forma discreta, o assunto entrava em pauta, com bem indica Perrot:

Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito. (PERROT, 1998, p.59).

Eclodiam em toda a Europa frentes de movimentos feministas. Em Portugal, de forma mais discreta, as mulheres escreveram, opinaram e reivindicaram, mesmo que de forma sutil, sua instrução e seu direito à participação na sociedade. No *Dicionário de Escritoras Portuguesas – Das origens à atualidade*, 2009<sup>14</sup>, encontramos cerca de 130 mulheres que escreviam durante o século XIX. Poetisas, ensaístas, dramaturgas, ficcionistas e críticas literárias.

A mulher portuguesa lutou com as armas que pôde. Cremos nisto por olharmos para a história das mulheres deste país e verificar que sempre tiveram que lutar, mesmo que inconscientemente, para manter unidas as famílias e sustentar suas casas. Desde as grandes navegações, quando os homens se lançavam ao mar e não sabiam se voltariam, as mulheres cuidam da casa, são chefes de família, mesmo que assim não sejam consideradas pelos homens. Portugal sempre foi um

---

<sup>14</sup> FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Colarres. **Dicionário de Escritoras Portuguesas**: Das origens à atualidade. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2009.

país que olhou para fora de suas próprias fronteiras, através da experiência ultramarina.

Imbuído de uma herança portuguesa, o Brasil não se diferenciou muito em relação ao tratamento dispensado às mulheres quando o assunto era a intelectualidade. Eram vistas também como seres desprovidos de qualquer inclinação ao conhecimento profundo.

Os meninos, aos dez anos, iam para bons colégios desenvolver sua capacidade mental, enquanto as meninas se dedicavam aos trabalhos manuais e às práticas domésticas. Os intelectuais corroboravam este costume, dizendo ser penoso demais o estudo para as moças.

Na sociedade brasileira, como na portuguesa, para adquirir o respeito e visibilidade a mulher teria de ser mãe antes de tudo. Não bastava dar à luz, tinha que ter boa educação e instrução adequada, como observamos no artigo de Julia Lopes de Almeida à revista *A Mensageira – Revista dedicada á mulher brasileira*, publicado em outubro de 1897:

Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora dos seus deveres, marcará, funda, indestructivelmente, no espirito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos. Parece-me que são esses os elementos de progresso e de paz para as nações. (ALMEIDA, 1897, p.3).

A citação acima demonstra o modo como as escritoras brasileiras se colocavam para reivindicar instrução. Suas posições eram comportadas, visavam a família, tal como a sociedade lhes impunha. Com isso, lentamente, o pensamento sobre o desenvolvimento intelectual feminino foi se alterando, mesmo que por uma perspectiva utilitária, mas – ao fim e ao cabo – favorável às mulheres.

Não podemos pensar que tudo foi fácil e sem intensas discussões. Havia uma vertente que defendia que a mulher deveria participar ativamente das decisões políticas, que tinha direito a voto e que não deveria se submeter ao conformismo.

Não cabe aqui julgar quais estratégias de luta foram mais eficazes. O que interessa é conhecer as formas variadas através das quais as mulheres reivindicaram um lugar na sociedade, que não era de homens ou mesmo de mulheres, mas de cidadãos. Sem dúvida a semente da emancipação feminina foi germinada no século XIX, para que no XX pudesse florescer. Alguns setores da sociedade se mostravam contrários ao desenvolvimento individual da mulher,

enquanto outros defendiam. O fato é que o movimento a favor da instrução feminina era debatido e ganhava adeptos.

Durante todo o século, apesar de observarmos que a liberdade de pensamento foi alterada, a mulher sempre continuava a ser mais admirada pelo seu “zeloso papel de mãe-esposa” e tendo que utilizar de estratégias para expressar suas vontades. Sobre isto, Vanda Anastácio, em seu livro *Sonetos - Marquesa da Alorna*, publicado em 2007, comenta sobre as biografias dedicadas a D. Leonor de Almeida, a Marquesa da Alorna, poetisa do século XVIII e como elas procuraram retratar uma mulher, que foi mãe e esposa, mas teve também participação social e política em Portugal.

Tendo em conta as biografias publicadas, mais do que o que se disse acerca desta autora, surpreende aquilo que nunca foi dito ou, se quisermos, a maneira apressada como foram respondidas muitas das questões colocadas pela sua obra e pela sua biografia. Referimo-nos à pouca atenção concedida pelos historiadores aos longos períodos da sua vida passados fora de Portugal – que correspondem a cerca de duas décadas -, bem como à sua acção política, às suas posições ideológicas, à sua postura filosófica em relação ao Catolicismo, etc. Dada a abundância da documentação existente sobre o envolvimento político de D. Leonor, o seu convívio com personalidades ligadas a sectores muito variados do espectro ideológico, e a atitude de conciliação entre os princípios “revolucionários” e a doutrina da Igreja do seu tempo, que manteve toda a vida, parece provável que estes aspectos tenham sido intencionalmente deixados cair por biógrafos mais interessados em compor uma imagem exemplar da figura feminina do que em aprofundar os factos. (ANASTÁCIO, 2007, p. 11-12).

Esta supressão de fatos importantes na biografia da Marquesa demonstra a imagem que se queria compor desta mulher. Ela foi transgressora em seu tempo, pois ousou penetrar no já delimitado espaço masculino. Já que não podiam escondê-la da história, louvaram-na, ressaltando o seu caráter ligado aos valores da esfera familiar. Os homens de sua época e, posteriormente, alguns de seus biógrafos, mencionavam sua instrução, sua capacidade literária, porém as atitudes de caridade e exemplar papel familiar – esperado de todas as mulheres – eram mais exaltados do que qualquer outro aspecto.

O que a sociedade exigia da mulher, e vemos isso bem claro em alguns intelectuais do século XIX como Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco, era que ela fosse a educadora dos filhos. Camilo e Castilho até elogiavam a instrução das mulheres (que deveria ser pouca), porém Garrett admitia que elas foram feitas para o casamento e para isso deveriam ser preparadas.

Almeida Garrett, em 1829, publica o que chama de tratado, intitulado *Da Educação*, onde revela suas posições acerca da educação da Rainha. Em caráter epistolar e em referência a uma dada senhora que seria responsável pela educação da soberana D. Maria II, Garrett coloca suas opiniões sobre como espera que seja ministrada a educação dos infantes. O livro é dividido em algumas partes, e logo nesta divisão inicial podemos perceber o que ele pensa sobre a preparação das meninas em relação à educação:

- LIVRO PRIMEIRO: Educação doméstica ou paternal, comum de ambos os sexos.
  - PARTE I. Sistema geral. – Infância, à puerícia.
  - PARTE II. Puerícia, à adolescência.
- LIVRO SEGUNDO: Educação do ginásio, dita pública, para o sexo masculino.
  - PARTE I. Adolescência, à puberdade.
  - PARTE II. Puberdade, à virilidade.
- LIVRO TERCEIRO: Educação maternal ou do gineceu para o sexo feminino.
  - PARTE I. Adolescência, à nubilidadade.
  - PARTE II. Nubilidadade, à maturidade.
- LIVRO QUARTO: Educação pública propriamente dita.
  - PARTE I. Educação dos órfãos e desamparados.
  - PARTE II. Educação de privilegiados.
  - PARTE III. Educação das classes inferiores.
  - PARTE IV. Educação acadêmica e profissional. (GARRETT, s/d, p. 179).

Há uma divisão bem visível: os meninos frequentariam o ginásio, as meninas teriam a sua educação em casa com a mãe e deveriam ser preparadas para a nubilidadade, Assim fica de fora a intelectualidade. Mais à frente, o autor coloca que, quando a mulher chega à adolescência, ela está pronta, já pode se casar, “os fins da natureza estão preenchidos e completos: já pode ser esposa e mãe; que mais lhe resta na natureza e na sociedade?” (GARRETT, s/d, p. 204). Verdadeiramente, se não teve uma pouca instrução que seja, não lhe resta nada, apenas passar da proteção do pai para a do marido. E ainda completa: “É núbil? – está perfeita a mulher.” (GARRETT, s./d., p. 204).

Apesar deste elogio ao papel totalmente familiar da mulher que vemos neste tratado, em 1845-1850, Garrett publica *O arco de Sant’Ana*, onde observamos uma tríade feminina movimentando a história. Há três perfis de mulheres muito diferentes, mas todas são subordinadas a homens o tempo todo. Porém, atenção, são mulheres que movem o enredo do romance.

Neste, somente uma corresponde fielmente ao que o Garrett de 1829 demonstrou em seu tratado: Aninhas, jovem casada, mãe zelosa e católica fervorosa, guardiã da lâmpada do arco da santa, um exemplo de mulher que se

desejava no século XIX, dedicada somente à família e carrega uma doce submissão. As demais, por suas participações políticas presentes na trama, surpreendem ao serem delineadas por um autor que defendia que a posição principal da mulher era o da nubildade e por um pai que não queria que sua filha se cansasse ao estudar demasiadamente.

Outro autor que defende a mulher na família, porém de forma distinta, é António Feliciano de Castilho. Em 1849, em *Felicidade pela Agricultura*, no capítulo intitulado “O clero, e as mulheres”, Castilho advoga pelo sufrágio feminino e mostra como o assunto “mulheres” é desprezado pela sociedade. Apesar de serem cantadas em poemas, responsáveis pela educação moral dos filhos, estas são tratadas como escravas. Deste modo, Castilho defende a não sujeição da mulher ao homem, mas sim o companheirismo no casamento. Ao dizer da tirania masculina, abre uma nota e acrescenta:

Com estas reflexões não pretendemos desaprovar a subordinação das mulheres a seus maridos nos termos em que a prescrevem os nossos livros sagrados. Só não queremos que esta dependência se converta em escravidão, que a legítima autoridade marital degenera em tirannia. Eva, diz um Padre da Igreja commentando o Genesis, não foi formada da cabeça de Adão, para que não tivesse a presumpção de o querer dominar; nem tão pouco foi formada dos pés do homem, para que por elle não fosse considerada como serva; foi-o de uma costella, a fim de que se entendesse que era destinada a ser sua companheira. (CASTILHO, 1903, p. 107-108)

Reparemos que ele não desaprova a subordinação ao homem, somente defende a liberdade desta, que foi feita para ser sua companheira e não sua escrava ou serva. Esta visão é “inovadora” para os padrões morais da época ou, se quisermos olhar com maior distanciamento crítico, “moderadamente conservadora”, o que, seja como for, já prenuncia uma mudança de visão no que tange aos direitos femininos e à posição da mulher na sociedade.

Outra questão de importante destaque no que diz respeito a Castilho é a defesa sutil que ele faz da expressão ao talento feminino. O autor se coloca desta forma em certa passagem:

Os trabalhos contínuos, obscuros, e inglorios, são a sua vida; e a sua morada um cárcere. Aqui, a excluem dos recreios mais honestos; além, a punem com o ridículo, se deixa respirar o seu talento; uma decência convencional e tirannica lhe impõe silencio quasi continuo. A acção, o passo, o dito mais indifferentes, lhe são interpretados. As Universidades lhe estão fechadas; defezas as magistraturas e os tribunaes; inacessiveis o fôro e a tribuna. Só da caridade, dos hospitaes, das escolas de infância, e do claustro da oração, a não poderam excluir. (CASTILHO, 1903, p. 106-107).



Este trecho nos remete à discussão feita anteriormente sobre os biógrafos da Marquesa da Alorna. A mulher de letras era tratada com preconceito, recebia denominação pejorativa – ridícula, sabichona, pretensiosa e de moral duvidosa –, o que nos faz refletir sobre até que ponto as escritoras não zelavam por sua moral ao extremo – aquela aceita socialmente – para que seus trabalhos intelectuais sobressaíssem. Mantinhas a admiração dos homens, se não rompiam completamente com os códigos convencionais, passavam a transitar pelos meios literários e sociais mais instruídos, e por vezes até podiam chegar a publicar.

Aos olhos de um feminismo que começava a se desenhar na sociedade portuguesa, que procurava uma identidade própria, direitos políticos e jurídicos e instrução acima de tudo, esta atitude parece muito submissa. Todavia, era nova a ideia de luta por direitos para as mulheres e ainda havia os antifeministas<sup>15</sup> que, como mencionado acima, tratavam as feministas com muito preconceito, como observamos em Ana Vicente, em seu artigo “Antifeminismo – A resistência ao evidente”, inserido na publicação *Dança dos demónios – Intolerância em Portugal*, de 2009:

Quanto ao antifeminismo, além de estar presente no *status quo*, servindo de sustentáculo às assimetrias de poder que continuam presentes, com velhas ou novas roupagens, no início do século XXI, utiliza/utilizou diversas estratégias para travar a afirmação das mulheres. Proibir, dificultar, perseguir, caluniar, ignorar, prender, iludir, impedir, ridicularizar, desprezar foram e são métodos adotados com notável energia e persistência. As feministas são e eram egoístas, más, parvas, inimigas do homem, lésbicas, putas, malucas, ridículas, perigosas, frustradas, feias, com falta de homem, uns seres detestáveis e perturbadores. (VICENTE, 2009, p. 435).

O feminismo foi um movimento que obteve resistência forte, em termos sociais, políticos e legislativos. Recordemos que foi no século XIX que o direito se codificou e, através desse sólido dispositivo, é que se garantiu o lugar subalterno das mulheres.

A evolução da instrução feminina em Portugal se fez lenta. A taxa de analfabetismo feminino em 1878 chegava a 89,3%. Apesar deste alto índice, Irene Vaquinhas comenta que “só a partir de 1850 que a instrução feminina progride um pouco, multiplicando-se o número de escolas primárias destinadas a este sexo,

---

<sup>15</sup> Termo utilizado por Ana Vicente em seu artigo *Antifeminismo – A resistência ao evidente*, integrante da publicação “*Dança dos demónios – Intolerância em Portugal*”, de 2009, quando caracteriza o feminismo do século XIX, início do XX como “procura de uma identidade própria” (p.434) e o antifeminismo como um travamento a esta autoafirmação, dificultando este processo com proibições e calúnias.

investindo-se, em simultâneo, no nível cultural das *mestras de meninas*" (VAQUINHAS, 2000, p. 28-29). A historiadora ainda comenta o modo como se deu o desprezo por parte da sociedade em relação às leis que favoreciam a instrução das mulheres:

[...] Embora a constituição de 1822 prevísse a abertura de "escolas para ambos os sexos", foram em número escasso as instituições escolares femininas então criadas. Assim, na reforma do ensino promulgada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, em 7 de setembro de 1835, nem sequer figurava o ensino feminino; na reforma de 1836, da responsabilidade de Passos Manuel, apenas se previa a criação de escolas femininas nas capitais de distrito. Pela reforma de 1844, promulgada por Costa Cabral, autorizava-se o governo a abrir escolas com vista à instrução do sexo feminino e, embora tenham sido disponibilizados meios financeiros para esse objectivo, o número de escolas femininas pouco aumentou, tendo-se mantido praticamente estacionário. (VAQUINHAS, 2000, p. 28).

No Brasil, somente após a Proclamação da República houve maior valorização educacional, com a preocupação escolar do professor e da profissão de mestra, através do magistério para ensino primário. A profissão de mestra de crianças era vinculada ao feminino por se entender que as professoras eram extensões das mães. Era como se o magistério fosse uma ramificação do trabalho doméstico e maternal.

O fato é que as mulheres estavam sendo vistas e vigiadas. Mesmo que seu desenvolvimento individual não fosse levado em consideração, a sociedade queria que fosse comedido. Não afrontando a ordem estabelecida, desempenhando seu papel social, poderiam se mover entre os meios intelectuais e participar de certo modo das decisões sociais, sendo ouvidas e consideradas.

Imbuída deste princípio, Maria Amália Vaz de Carvalho comenta na publicação *Mulheres e Crianças*, de 1880, sobre a moralidade da mulher: "A mulher precisa de ser moralmente mais forte do que o homem, para conseguir levar a cabo a tarefa relativamente superior que a natureza e a sociedade lhe impoem." (CARVALHO, 1880, p.10). Na seção do texto onde esta afirmação está presente, a autora discute a instrução feminina e, a partir dela, podemos inferir que a natureza impôs às mulheres o encargo de serem mães e a sociedade o de educá-los, portanto devem se preparar para tal. A moral ilibada garantia à mulher o respeito. Se era uma mulher de letras, devido à ausência de "manchas morais", suas considerações intelectuais passavam a ter mais valor.

Eram os padrões estabelecidos para a época que a maioria das mulheres não ousava romper e algumas prezavam-se por respeitar. A mulher não precisava

transgredir a moral imposta pelos homens para movimentar a sociedade. Sobre isto observemos Irene Vaquinhas:

Apesar de excluídas da política, não intervinham as mulheres no espaço público, apoiando e patrocinando obras filantrópicas, fundando ou colaborando em jornais, dinamizando salões? (VAQUINHAS, 2000, p.16)

Tanto a emancipação feminina portuguesa quanto a brasileira foram conquistadas não com afrontamentos, mas sim com sutileza e utilizando as barreiras que os homens colocavam no caminho como argumentos para a fundamentação da defesa de uma educação mais sólida e útil.

Camilo Castelo Branco, em um capítulo intitulado “Marqueza D’Alorna”, do livro *Esboços de apreciações litterarias*, de 1865, diz que a mulher deve ser discreta e modesta. Se ilustrada, deve manter o recato e não alardear sua ilustração.

Vai muito, porém, de mulher sabia a mulher ilustrada. Essa se não faz da sua ilustração alardo para ser admirada, conquista a distinção na propria modéstia. A florecencia do espírito não impece aos maviosos instinctos do coração. Será sempre esposa bemquista, e mãe veneravel a que sabe o segredo de agradar com incantos de intelligencia a seu marido, e educar seus filhos por um processo differente das frivolidades costumeiras com que vulgarmente as mães cuidam influir nos ânimos da infância. (BRANCO, 1865, p. 142).

Os grilhões que prendiam as mulheres seriam difíceis de arrancar, pois a maioria dos intelectuais da época corroborava tal pensamento em relação ao papel feminino na família. Era o ideal de mulher da época e era o que toda moça, mesmo que ilustrada, desejava ser e, se não desejasse, havia de se submeter aparentemente, se quisesse ser respeitada.

A mulher que se queria instruída, tinha que ser antes de tudo boa filha, boa esposa e boa mãe, para depois ser uma intelectual; e, mesmo assim, ainda havia proibições e preconceitos contra o que escrevia. Mulheres valorosas viveram isto, porém não se privaram de suas penas e suas vozes para relatar diversos aspectos da situação das mulheres, principalmente no tocante à instrução.

Entre os nomes que se destacaram em periódicos e publicações estão, além da nossa autora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), a jornalista Maria José Canuto (1812-1890), a poetisa Júlia de Gusmão (1835-?), a ficcionista Guiomar Torresão (1844-1898), a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), a pedagoga Alice Pestana (1860-1929), a republicana e feminista Ana de Castro Osório (1872-1935), a ficcionista e ensaísta Virgínia de Castro e Almeida (1874-

1945), entre outras. Mulheres que, com atitudes radicais ou moderadas, se faziam presentes reivindicando direitos. Umas respeitavam as convenções sociais, obedecendo aos códigos masculinos, outras subvertiam e assumiam sua condição profissional, mas todas tinham o intuito de fazer com que a sociedade refletisse sobre a injusta posição das mulheres em relação à educação.

Ao se estudar o século XIX, o campo literário deve abandonar a visão masculina do cânone e descobrir estas mulheres que, mesmo longe das luzes do palco principal, movimentaram a sociedade, sendo questionadas ou questionando.

O que importa no estudo não é se elas foram reacionárias ou revolucionárias, se atendiam aos padrões sociais ou os transgrediam, mas a qualidade dos seus trabalhos, a influência que estes tiveram para aquela sociedade, os questionamentos que suscitaram com suas obras. Assim como podemos discutir se Eça de Queiroz é moralista ou não, Almeida Garrett é liberal ou conformista em suas obras, devemos também discutir o porquê de uma autora como Maria Amália Vaz de Carvalho, ora defender uma submissão aos deveres familiares, ora defender uma emancipação irrestrita da intelectualidade feminina; o porquê de alguns autores acharem que ela escrevia o que não vivia se fala de relações matrimoniais e maternas, quando esta era casada e tinha filhos.

Estudar somente os homens desse período não nos permitirá uma visão mais profunda e alargada do que se passava na época. Assim como o estudo da sociologia e da história evoluíram, relativizando as visões pertinentes à composição social, também o estudo literário deve avançar e incluir as mulheres, nomeadamente as escritoras, como foco de estudo.



Figura 6 – D. Maria Amália Vaz de Carvalho e seus filhos – Fonte: “Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho”, de Amaro Carvalho da Silva, 1997.

## 2 “ECHO SONORO EM TODOS OS CORAÇÕES FEMININOS QUE SENTEM, EM TODOS OS ESPÍRITOS FEMININOS QUE PENSÃO<sup>16</sup>” - PERFIL BIOGRÁFICO DE MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO.

Uma “mulher esclarecida” não é, como algumas querem fazer crer, e muitos homens sabidos teimam em convencê-las, uma mulher sem escrúpulos e sem preconceitos, pois a viver como parte de uma sociedade, toda criatura tem de seguir as leis dessa sociedade, quer as ache certas ou erradas. Digo-lhes que “esclarecida” é a mulher que se instrui, que procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro do seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca mimada a criar outros bonequinhos mimados.

Clarice Lispector<sup>17</sup>

Há três classes de mulheres de letras – lembro-me de ter escrito, algures: as escritoras-homens, as escritoras-mulheres e as escritoras-senhoras. As primeiras são o caso literário freqüente de quem, ao transpor a publicidade, se masculiniza, toma atitudes e opiniões masculinas, veste intelectualmente pelos últimos figurinos do homem e, como regra, na sua mais inestética forma. Ao lado dêste exemplo, aparece a escritora que, ficando ainda dentro do seu sexo, perde no entanto, como Georges Sand, no impudor das camaradagens literárias, o melhor das reservas e dos recatos que nós, bem ou mal, nos habituamos a respeitar nas fragilidades femininas.

D. Maria Amália Vaz de Carvalho é um dos raros modelos da terceira categoria: figura senhoril que, para ser uma batalhadora de ideias, uma educadora, uma cronista condescendente e culta do tempo e do passado, escrevendo dezenas de livros de lirismo, de pedagogia, de historiografia, de ressurreição literária; nunca precisou de sair da penumbra discreta e florida do seu salão. (CASTRO, s/d, p. 8-9)

Assim é definida Maria Amália Vaz de Carvalho por Augusto de Castro no prefácio de *Cartas a uma noiva*, da autora, publicado em 1891. Respeitada pelos intelectuais de Portugal, Maria Amália foi uma das expoentes femininas no campo das letras no século XIX.

Nascida a 1 de fevereiro de 1847 na Rua Poiais de São Bento, 88 – freguesia de Santa Catarina, Lisboa, e batizada a 2 de março do mesmo ano, possuía descendência ilustre, visto que o poeta Francisco de Sá Miranda era seu tio-avô.

<sup>16</sup> Citação de Maria Amália Vaz de Carvalho em seu artigo de estreia no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro: “Venho de um paiz de irmãos fallar ás minhas leitoras de áquem do Atlantico, de assemtos que devem saber echo sonoro em todos os corações femininos que sentem, em todos os espiritos femininos que pensão”. (*Jornal do Commercio* – RJ, 23 fev. 1878, p1).

<sup>17</sup> LISPECTOR, Clarice. **Correio Feminino**. Org.: Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. Esta publicação consiste em uma antologia de artigos escritos pela autora Clarice Lispector em diversos periódicos da década de 1960 no Brasil e que só se referiam ao “mundo feminino”.

Recebeu o nome de sua avó paterna Maria Amália Sá Coutinho e o sobrenome de seu pai José Vaz de Carvalho.

Maria Amália nasceu no período cabralista, quando António Bernardo da Costa Cabral dominou a política portuguesa. Mais precisamente, veio ao mundo no momento em que acontecia uma guerra civil (1846-1847). O país estava em época de revoltas populares de contestação ao governo Costa Cabral, de crise econômica, de intervenção estrangeira, de consolidação do ideário liberal e implantação de partidos políticos.

Grande parte da sua vida passou no solar de seus pais, em Pintéus, próximo de Santo António do Tojal – Loures. Foi neste lugar, na época uma espécie de centro intelectual onde se reuniam autores românticos, que, aos 20 anos, leu seu primeiro trabalho poético: *Uma Primavera de Mulher*, resultado de desenvolvimento espontâneo. Encontravam-se presentes António Feliciano de Castilho, Latino Coelho, Bulhão Pato e outros grandes autores. Tratava-se de um poema em quatro cantos, que terminou por ser publicado em 1867, com prefácio de Tomás Ribeiro.

Assim, entre amigos e familiares, Maria Amália Vaz de Carvalho iniciou sua carreira literária. Como qualquer menina da época, sua educação dos primeiros anos ficou a cargo da mãe e de uma ama semi-analfabeta. O interesse pelas letras, provavelmente, surgiu da convivência em sua casa com influentes escritores, além de sua dedicação aos estudos.

Esta curiosidade literária levou-a a um livro de poesias publicado em 1871, intitulado *Miniaturas*, do poeta brasileiro, radicado em Portugal, António Cândido Gonçalves Crespo. Interessou-se em conhecer o autor daquela obra. A partir de então passaram a se corresponder, até casarem-se, em 12 de março de 1874. A vida conjugal de Maria Amália e Gonçalves Crespo começou à distância, pois o poeta era estudante de Direito em Coimbra. Enquanto isso a autora continuava em casa de seus pais.

Em 1877 foram viver no Minho a convite de amigos. No ano seguinte voltaram a Lisboa e, em 12 de agosto, nasce o primeiro filho do casal: Luiz Vaz de Carvalho Crespo. Dois anos depois o casal tem Maria Cristina Vaz de Carvalho Crespo, em 19 de junho. A vida de esposa e mãe não tolheu a capacidade literária da autora. Pelo contrário, a partir da união com Crespo, em 1874, Maria Amália passou a escrever para periódicos e a publicar poemas.

Contista, cronista, ensaísta, pedagoga, socióloga, historiadora, literata, Maria Amália Vaz de Carvalho preocupava-se sobretudo com a situação feminina. Queria que fossem capazes de refletir e proferir opiniões. Era da vertente que apoiava o papel familiar da mulher, porém que este fosse de companheirismo e que elas estivessem livres da ignorância a que eram submetidas.

Observava o que acontecia no mundo e sabia que não haveria espaço para mulheres alienadas. Talvez alguns de seus críticos sejam de opinião de que a autora ousou pouco, pois defendia acima de tudo a mulher na família, visão que corroborava em parte a vontade masculina. No entanto, temos que levar em consideração que se trata de uma viúva, que precisava sustentar os filhos e era conhecedora dos obstáculos sociais a qualquer forma de emancipação da mulher. Utilizava-se de sutilezas nas palavras para persuadir seus interlocutores e, com isso, deu passos importantes, influenciando as leitoras e os leitores de seu tempo.

Maria Amália gozava de certa liberdade em relação a seu trabalho. Como vimos, a lei permitia ao homem a recusa de autorização para que a mulher publicasse seus escritos. Mas com nossa autora foi diferente. Durante sua juventude foi incentivada a escrever, seu pai tornava o ambiente propício para tal. Maria Amália só publicou uma vez enquanto esteve sob a tutela do pai.

A escritora voltou a publicar somente após o casamento com Gonçalves Crespo, que exerceu influência sobre ela. Casou-se em 1874. Em 1876 já publicava. Novamente observamos que seu desenvolvimento individual não foi tolhido por um homem, como possibilitava o código civil de 1867. Crespo, provavelmente por também ser escritor, não usou da lei para impedir o progresso intelectual de Maria Amália. Pelo contrário, assim como o pai, a incentivou e até, conjuntamente, escreveram *Contos para nossos filhos*, livro de pequenas histórias infantis, publicado em 1882.

No ano de 1883, vítima de intensa vida social e graves problemas de saúde, Gonçalves Crespo falece em 11 de junho, deixando dois filhos pequenos e um em gestação. Viveram juntos apenas nove anos. Dias depois da morte do marido, nasce o terceiro filho, que não chegou a completar um mês, falecendo em 17 de julho.





Figura 7 – Poeta António Cândido Gonçalves Crespo – marido de Maria Amália Vaz de Carvalho -  
Fonte: “Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho”, de Amaro Carvalho da Silva, 1997.

Moravam em um prédio da Travessa de Santa Catarina, em Lisboa, onde a autora continuou até o fim da vida. O seu *Cantinho*, como gostava de chamar sua casa, tornou-se um salão de amizades e discussões intelectuais, um dos últimos da cidade, onde Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Antero de Quental e outras personalidades figuravam em reuniões literárias.

Ana Maria Costa Lopes, ao analisar os salões de diversas personalidades de Lisboa, em seu livro *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos – Percursos de modernidade*, publicado em 2005, comenta sobre como era o de Maria Amália:

Maria Amália Vaz de Carvalho manteve em sua casa, à Travessa de Sta Catarina, um salão “famoso em Lisboa, durante mais de meio século e que nele se reuniam todas as personalidades marcantes do tempo”<sup>18</sup> como António Cândido Ribeiro da Costa, o médico Sousa Martins, o diplomata conde de Sabugosa, Pinheiro Chagas, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Bulhão Pato, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Bernardino Machado, entre outros.<sup>19</sup> “Por ali passava o debate político do momento, as influências políticas, as várias questões científicas, filosóficas e literárias da época.”<sup>20</sup> Para alguns, era uma “autêntica academia, cenáculo de espíritos superiores”<sup>21</sup>, o que diferenciara de alguns dos salões [da época]. (LOPES, 2005, p. 159).

Joaquim Ferreira, na introdução da publicação *Serões no Campo s./d*, de Maria Amália, nos mostra a relação amistosa entre autora e os escritores que frequentavam sua casa:

Esta mulher de olhos lacustres, negros e plácidos, sabia descortinar e entender, sob a mentira das aparências, o enigma das coisas e das almas. Os mestres da arte e do pensamento escutavam-na. Ramalho Ortigão dizia-lhe ditirambos no belo antelóquio de suas *Crônicas de Valentina*, Eça de Queirós hospedava-a intimamente em Neuilly, Fialho de Almeida prestava homenagem no País das Uvas “aos seus talentos de escritora e às suas altíssimas virtudes de mulher”, enfim Camilo correspondia-se com ela. A sua casa da Travessa de Santa Catarina, em Lisboa, era um cenáculo nos prélios da literatura e da política. (FERREIRA, s/d, p. 10-11).

A escritora, como vimos, tinha estreita relação com todos que frequentavam sua casa, porém não abandonou o papel de dona de casa e mãe. Como mostramos anteriormente, era este o papel estabelecido socialmente às mulheres. Nossa autora, utilizando-o como estratégia ou não, soube bem, ao que tudo indica, prezá-lo.

<sup>18</sup> s.a., “De la condition sociale des femmes au dix-neuvième siècle”. *L'Abelle*, 11(Fev.) 1841, p.502.

<sup>19</sup> *Idem*, *ibid*.

<sup>20</sup> *Idem*, *op. cit.*, p.501.

<sup>21</sup> *Idem*, *op. cit.*, p.502.



Figura 8 - Visão geral da Quinta-Palácio de Pintéus – Loures - Fonte: “Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho”, de Amaro Carvalho da Silva, 1997.



Figura 9 - Edifício da casa de Maria Amália e Gonçalves Crespo na Travessa de Santa Catarina – Lisboa. - Fonte: “Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho”, de Amaro Carvalho da Silva, 1997.

Durante o casamento com Crespo, Maria Amália publicou seis livros, sendo dois destes de contos de ficção. Após a morte do marido foram mais 13 publicações. Com ajuda de seu tio, Luís de Almeida e Albuquerque, diretor do *Jornal do Commercio* de Lisboa, começou a publicar artigos, primeiramente crônicas literárias com o pseudônimo de Valentina de Lucena, depois assumindo sua verdadeira identidade. Suas opiniões literárias e ideológicas fizeram com que atribuíssem seus artigos e comentários políticos a Andrade Corvo e Pinheiro Chagas.

Viúva, com dois filhos, sua situação econômica, que já não era boa desde os últimos anos em que vivia com seus pais, a fez enveredar com afinco pelo caminho da crônica. Escreveu para jornais da Europa e do Brasil, entre eles *Actualidades*, *O Atheneu*, *Comércio do Porto* e *A Mulher*, no Porto; *Álbum das Glórias*, *Artes e Letras*, *Brasil-Portugal*, *Correio da Manhã*, *Diário Ilustrado*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Gabinetes dos Reporters*, *Jornal do Commercio*, *Jornal da Noite*, *A Moda Illustrada*, *Novidades* e *O Ocidente*, em Lisboa; *Revista Moderna*, em Paris; e, no Brasil temos o *Echos do Sul* (Rio Grande do Sul), *O Paiz* e o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro). O conteúdo de seus artigos é muito diversificado: vai de conversas entre mulheres até política; comenta sobre arte, sociedade, comportamento e traz também a ficção, através de contos breves.

Ainda em sua bibliografia ativa temos seis traduções e muitos artigos. Contos que saíram em jornais de Portugal, França e Brasil e que não foram publicados em volumes, prefácios e prólogos de livros importantes da literatura universal como o da primeira tradução portuguesa de *Crime e Castigo* de Dostoievsky. Escreveu ainda duas biografias: do Duque de Palmela<sup>22</sup> e da Marquesa da Alorna<sup>23</sup>, além de traduções e poesias.

Trabalho intenso e muitos amigos não lhe aliviavam a dor da perda do marido e filho. Em 1893, durante os meses de abril e maio, hospedou-se em casa de Eduardo Prado, em Paris. Andou por todos os lugares importantes da época e escreveu sobre eles. Sua vida literária tomou novo fôlego, apesar de já ter sintomas de neurastenia, doença que lhe acompanharia até o fim da vida. Procurando refúgio, encontrou-o em Cascais, em casa oferecida pela Duquesa de Palmela, por sua obra sobre o Duque de Palmela.

---

<sup>22</sup> CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **A vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein**. 3 volumes: Imprensa Nacional, Lisboa, 1898 – 564 pp; 1901 – 646 pp e 1903 – 582 p.

<sup>23</sup> CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **Scenas do século XVIII em Portugal – A Marquesa de Alorna**. Portugal-Brasil Lda. – Sociedade Editora, Lisboa, s.d. [1921?], 238 p.

Durante seus 74 anos de vida, viu com tristeza seus maiores amigos morrerem. Isto também era tema para seus artigos, como observamos no trecho abaixo da crônica escrita para o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, sobre a morte prematura de Eduardo Prado, em 30 de agosto de 1901:

Ainda sob a impressão fulminante do telegrama, que lhe anunciava a morte, tracei eu, levada por affectuosas instancias, umas breves notas a respeito d'elle.

[...]

A minha gratidão para com a sua memória entrelaça-se com a mais viva admiração pela sua grande, variada, comprehensiva e tão culta intelligencia, pelo seu talento vivo e brilhante.

[...]

Como não amar uma creatura em que a comprehensão mais ampla e a sympathia calorosa mais attrahente se combinam e fundem para constituir uma personalidade rara!

"Morre-se muito em Portugal!", costumava Eduardo Prado dizer, e tinha tido occasião de o repetir bastantes vezes, quando a propósito de Sousa Martins me escrevia uma carta encantadora, quando chorava quasi como um irmão a morte de Oliveira Martins, quando o seu coração de amigo extremoso se dilacerava ao receber a noticia da morte de Eça de Queiroz, quando via enfim desapparecerem tantos portuguezes illustres a quem o prendiam affinidades de espirito e de coração.

De feito, os nossos últimos dez annos têm sido enlutados de tantas mortes que parece que realmente um mau fado persegue agora o nosso paiz. (CARVALHO, 1920, p. 71-73)

O "mau fado" a que se refere no artigo tem muita relação com seu olhar sobre a política de Portugal na virada do século e a república que se prenunciava, constituída de fato em 1910. Maria Amália não via com bons olhos a proclamação de uma república naquele momento. Também não enxergava mais como uma fortaleza a religião em Portugal. A sua obra desta época apresenta uma autora cheia de amarguras e reflexiva em relação à sociedade portuguesa.

A partir do advento da república e do triunfo do positivismo, sua atividade literária foi declinando, seus artigos não eram mais tão disputados como antes pelos periódicos e seu público ia desaparecendo. Entretanto, o Brasil continuava a dar-lhe apoio. Sua colaboração em jornais brasileiros foi intensa. No *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, por exemplo, contribuiu, mesmo que de forma irregular, por quase 40 anos.

Apesar de não ter mais uma intensa vida literária em Portugal, ainda era respeitada e homenageada. Foi assim que, em 1912, aos 65 anos, 45 dedicados à literatura, foi eleita, juntamente com Carolina Micaëlis de Vasconcelos, sócia-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa da Classe de Letras (2ª classe), entrando assim para a história desta casa como a primeira escritora portuguesa a ocupar um lugar na Academia.

A partir daí sua saúde tem um declínio significativo, a doença começou a tomar conta da escritora e seus trabalhos se tornaram muito irregulares. Após perder o marido e o filho recém-nascido em 1883 e nunca ter se recuperado dessas perdas, em 31 de agosto de 1918, aos 38 anos, morre sua filha Maria Cristina. Depressiva, já não tão valorizada em Portugal, e com sua saúde muito frágil, em 24 de março de 1921 Maria Amália Vaz de Carvalho falece, aos 74 anos, em sua casa à Travessa de Santa Catarina, 11-1º - Lisboa. Foi sepultada em jazigo no cemitério Ocidental nº 2 (Prazeres), de Lisboa.

Há várias homenagens à autora em Portugal e no Brasil. No bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, há uma rua que leva seu nome, assim como em Lisboa. Existe também um liceu denominado Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, situado em Lisboa, que por muito tempo foi uma escola exclusivamente de moças. E ainda há um prêmio, instituído pela Câmara Municipal de Loures, intitulado Prémio Maria Amália Vaz de Carvalho. Este encontra-se em sua 10ª edição e premia escritores portugueses que tenham obras de ficção ou poesias inéditas.

Analisar o que Maria Amália Vaz de Carvalho escreveu causa dúvidas nos leitores de hoje quanto às suas verdadeiras intenções, pois sua bibliografia passiva é muito controversa: quis colocar mais uma pedra no muro de alienação das mulheres ou usou de astúcia para enganar os antifeministas da época? Seus pontos de vista nem sempre são vistos como um sinônimo de luta em favor das mulheres. Apesar de declarar repugnância à educação que às mulheres era dedicada (quando muito, restringia-se a algo extremamente precário ou voltado apenas às lições domésticas ou às frivolidades dos salões, como a própria diz), alguns críticos que a leem hoje veem-na submetida às ideias masculinas, que dominavam a sociedade. Cito Ana Maria Costa Lopes, 2005 sobre essa suposta submissão ao sexo masculino:

Maria Amália Vaz de Carvalho é uma figura contraditória. Só quando a sua obra for estudada, na íntegra, cruzando-a com dados privados, como a sua correspondência, entre outro material disperso, em conjunto com as personalidades com quem esteve em contacto, se poderá aferir do seu pensamento sobre o sexo feminino.

[...] Mas porque se aliou ao sexo masculino? Medo de enfrentar a sociedade, receio de perder o prestígio conquistado? Temor de que os seus livros se não vendessem num meio dominado pelo sexo masculino, uma vez que a viúva “durante largos anos viveu pela pena, como Camilo ou Pinheiro Chagas?”<sup>24</sup> Que teme esta mulher tão consciente e lúcida da realidade portuguesa? (LOPES, 2005, p. 579; 581)

<sup>24</sup> CASTRO, Augusto de. **D. Maria Amália Vaz de Carvalho**. In: CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cartas a uma noiva*. Porto, Imp. Portuguesa, s./d., 8ª edição, p. 10.

De fato não podemos considerar Maria Amália Vaz de Carvalho uma feminista, tal como as inglesas o eram. Seu propósito maior não era ocupar a mulher portuguesa em profissões conservadoramente masculinas, nem era sua intenção “desacomodar” os homens de suas funções tão orgulhosamente praticadas. Sobre isto observemos, uma vez mais, Augusto de Castro:

[...] essa mulher eminente que, durante largos anos viveu pela pena, como Camilo ou Pinheiro Chagas, nunca foi feminista, nem sentiu a necessidade de pregar a emancipação política do seu sexo. Portuguesa por essa branda virtude, protectora e afectiva, feita de indulgência e de conselho, que é o fundo da sua obra de educadora [...]. (CASTRO, s/d, p.10).

Sim, não nos parece que tenha sido feminista, como hoje o concebemos. Nossa visão histórica deste movimento é a que foi caracterizada pelo modelo anglo-saxão, que buscava a igualdade dos direitos individuais. O padrão de feminismo português foi dado pela França, que se apoiava nas diferenças do gênero em suas reivindicações, invocando as funções da maternidade em seu mote principal, como já discutimos anteriormente. Sobre isto comenta Perrot:

[...] ressalta-se a importância da economia doméstica e da senhora do lar. Enfim, o filho, sua saúde e educação são invocados como fundamento dos deveres e poderes das mulheres. O próprio feminismo se apoia sobre a maternidade para fazer suas reivindicações, e essa insistência sobre a diferença certamente constitui uma especificidade do feminismo francês perante seu correspondente anglo-saxão, que se concentra mais exclusivamente na igualdade dos direitos individuais. (PERROT, 2009, p. 130).

Embora apoiada em um segmento do movimento em prol da instrução feminina considerado moderado, dizer que a autora “nunca [tenha sentido] necessidade de pregar a emancipação política do seu sexo” (CASTRO, s/d, p.10) é uma afirmação muito radical.

O que percebemos em seus textos é uma vontade de libertar a mulher de uma ignorância intelectual, instruí-la, fazer com que ela não servisse apenas de adorno para as salas, que pudesse viver de forma participativa nas decisões familiares, conseguisse o respeito social, que fosse de algum modo admirada por sua ilustração e não somente pela sua beleza. Isto a literatura da época já mostrava, através de Maria Eduarda da Maia, em *Os Maias*, de Eça de Queirós; e de Gertrudes, de *O Arco de Sant’Ana*, de Almeida Garrett, duas mulheres que se

destacam pela força de suas opiniões, e que movimentam as histórias mesmo que por vezes com uma aparente submissão aos homens.

A situação de subalternidade intelectual da mulher certamente muito incomodou Maria Amália. Tanto em seus artigos, como em seus contos, inseria este tema, e sempre procurava direcionar suas ideias na intenção da educação e instrução. No trecho que segue, do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, vemos que o tema de sua luta é a escravidão da alma, que considera ser a mais cruel das escravidões:

Na Europa e na America, comquanto a America dê á sua imã mais velha, nisto em muitas cousas, mais um exemplo digno de imitar-se, as mulheres precisão de quem lhes falle, as console, as encaminhe; precisão de quem, em vez de accusa-las pela sua involuntaria ignorancia, as exhorte com apaixonada vehemencia no resgate desta escravidão mais cruel que a do corpo – a escravidão da alma. É que não é outra cousa a inercia, a incoscienca em que ellas jazem, sem comprehenderem que nas sociedades modernas, tão profundamente modificadas por todas as violentas revoluções feitas pela força, por todas as pacificas evoluções feitas pelo pensamento, lhes cabe a ellas um lugar que devem assumir, sob pena de abdicarem a sua realcaza, até agora incontestada. (*Jornal do Commercio* – RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Maria Amália Vaz de Carvalho era filha do século XIX, embora tenha vivido boa parte de sua vida e falecido no XX. Suas convicções devem ser analisadas no enquadramento maior dos acontecimentos sociais e políticos de seu tempo. Se observarmos, por exemplo, a legislação liberal, em vigência quando a autora iniciou sua carreira jornalística, veremos que suas posições estão, em parte, avançando em relação aos ideais propostos pelo código civil de 1867. Sabemos que a lei não era favorável às mulheres. No entanto, aceitando aparentemente certas convenções sociais e fortalecendo sua imagem em relação ao poder dominante, representado pelos homens, ela teria maior mobilidade e liberdade para debater questões dentro de seus textos e em espaços não só dedicados às mulheres, como àqueles em sua maioria masculinos.

Nosso ponto de vista é o de que Maria Amália, na tentativa de debater certos temas que seriam condenados pela sociedade, escolhia de forma criteriosa os assuntos e onde iria publicar suas crônicas e contos. Demonstrava uma aparente submissão, para que, com isso, pudesse penetrar na ribalta então dominada pelos homens.

Para exemplificar, observemos sua publicação *Scenas do Século XVIII em Portugal*. Aqui temos sua faceta de biógrafa e historiadora. Maria Amália faz um panorama histórico-social e político desde a chegada do Marquês de Pombal até o



reinado de D. José, passando pela tentativa de regicídio de que os Alorna foram injustamente acusados, condenados e presos, até a morte de D. José, filho da rainha D. Maria I. Seu objetivo: traçar um breve perfil de D. Leonor de Almeida Portugal, 4<sup>a</sup>. Marquesa da Alorna.

A data da primeira publicação desta biografia é 1912, no Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. VI-1912, onde se lê em rodapé que o publicado ali era o princípio de um longo estudo, que, por razões alheias às vontades da autora, não se encontrava finalizado. Em 1921 sai a versão definitiva<sup>25</sup>, não sabemos se antes ou após sua morte. Entretanto, mesmo antes das publicações mencionadas, Maria Amália já havia publicado parte desta obra em periódico. A folha em questão é o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, onde saíram três partes em 1892. Para este jornal, Maria Amália já colaborava desde 1878, e conhecia bem seu público: comerciantes da elite carioca. Apesar de não ser voltado para as mulheres, o conteúdo do diário também as atingia, com os folhetins e os próprios artigos da escritora.

Da leitura deste trabalho biográfico, nos perguntamos: por que Maria Amália, acusada tantas vezes de seguir preceitos masculinos, iria se interessar justamente pela vida de uma personalidade feminina que transgrediu tanto, que, depois de ilustrar-se tão avidamente, atreveu-se a questionar o poder da Igreja num país tão católico, que desobedeceu por várias vezes a seu pai, fazendo leituras que este considerava impróprias, e que recusou pretendentes, ousando ela própria escolher o marido, com quem afinal se casou?

Uma mulher escrever sobre a vida de outra que transgrediu as leis convencionais da sociedade não era tarefa fácil. Ainda mais porque a autora inclui os anseios que ela supõe serem os de D. Leonor. O *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro era a principal folha da época no Brasil. Seu público certamente era predominantemente masculino. O que a nossa autora fez foi trazer para a discussão o que uma mulher poderia ou não fazer, poderia ou não sentir. Claro que ela abertamente não discute isso, mas, ao abordar os possíveis e supostos desejos de Leonor num jornal de elite, já nos mostra o que ela pretendia com a sua coluna jornalística.

---

<sup>25</sup>Informação encontrada em :SILVA, Amaro Carvalho da. **Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho**. Edição Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho . Execução Gráfica, Câmara Municipal de Lisboa, Imprensa Municipal, 1997.

Voltamos então ao ponto: se não transigia em relação aos valores de uma sociedade feita por e para os homens, não o fazia por medo da pobreza, por receio de perder o relativo prestígio que tinha e que afinal lhe garantia o pão ou apenas se valia de uma estratégia astuta para divulgação de suas ideias? Inclino-nos mais pela última hipótese, embora isto não elimine a validade das demais.

Ao estudarmos a sua vida e obra, já decorridos tantos anos, comparando-a a personalidades mais radicais, é natural que se espere mais de suas atitudes. Todavia talvez devamos ter em mente que ela não podia ignorar os anseios de suas leitoras e os eventuais temores e suspeitas de seus leitores. Se de algum modo, queria empurrar suas “irmãs” para posições menos subservientes, mais ilustradas, tinha de ter cuidado, porque o momento era delicado e qualquer exagero poderia ser mal interpretado.

Maria Amália Vaz de Carvalho contribuiu a seu modo para a emancipação intelectual feminina. Mas o alcance disto ainda está por se ver. Podemos considerá-la uma autora a ser descoberta, pois em nossa pesquisa encontramos mais de cem trabalhos, entre crônicas e contos breves, esquecidos em bibliotecas. E isto apenas em um periódico, o que nos faz crer que há ainda muito que fazer, muito que se pesquisar.



Figura 10 – *Moça com livro* – 1879 – José Ferraz de Almeida Júnior (Brasil - 1850-1899).

### 3 “CONTOS E PHANTASIAS”<sup>26</sup> - MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO E SUA FICÇÃO NO JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO.

A mulher esclarecida [...] estuda, ela lê, ela é moderna e interessante sem perder seus atributos de mulher, de esposa e de mãe. Não tem de trazer necessariamente um diploma ou um título, mas conhece alguma coisa além do seu tricô, dos seus quitutes e dos seus “bate-papos” com as vizinhas. Ela cultiva, especialmente, a sua capacidade de ser compreensiva e humana. Tem coração. Despoja-se do sentimentalismo barato e inútil, e aplica sabiamente a sua bondade e a sua ternura. É Mulher.

Clarice Lispector<sup>27</sup>

Venho hoje apresentar-me, pela primeira vez, revestida do honroso cargo de folhetinista do *Jornal do Commercio*, ao publico brasileiro, que me prendem, ha tanto, laços de profunda sympathia, e principalmente ás formosas leitoras fluminenses, que me não conhecem, e me receberão porventura com a desconfiança que nos inspira o que é para nós inteiramente novo. (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Foi com este discurso que Maria Amália Vaz de Carvalho iniciou sua colaboração à imprensa brasileira. Dotada de sutileza, a autora mostra, já em seu primeiro artigo, precursor de outros trabalhos e de anos de colaboração ao periódico, a intenção de ser aceita e lida na posição de folhetinista do *Jornal do Commercio*: e assim posicionar-se contra o que considera a pior das escravidões para as mulheres - “a escravidão da alma” (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Consciente de que a mulher não poderia ficar excluída dos processos sociais, a autora trabalhou no sentido de colaborar na luta pela sua emancipação intelectual. Escreve então às leitoras fluminenses no intuito de alertá-las sobre a importância da instrução em suas vidas, trabalho que já empreendia com afinco em Portugal através de livros e artigos para os jornais e revistas.

Em fins do século XIX existiam grupos de mulheres, na Europa e no Brasil, que já falavam sobre esta temática, porém ficavam restritas a jornais e revistas femininas, que traziam informações sobre a instrução, mas que, em parte, ainda

<sup>26</sup> Nome de publicação de contos de Maria Amália Vaz de Carvalho.

<sup>27</sup> LISPECTOR, Clarice. **Correio Feminino**. Org.: Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. Esta publicação consiste em uma antologia de artigos escritos pela autora Clarice Lispector em diversos periódicos da década de 1960 no Brasil e que só se referiam ao “mundo feminino”.

estavam presas à educação para o lar e ao embelezamento da mulher, ou integravam frentes radicais de luta que visavam o gênero totalmente emancipado. Maria Amália, não fazia parte de nenhum destes lados. Focava seu trabalho na imprensa de maioria masculina, por não só atingir os homens, mas também as mulheres através dos seus folhetins, espaço reservado à literatura, crítica e artigos variados sobre o cotidiano.

Mais especificamente no *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, encontramos ao lado dos assuntos tratados por homens e que faziam parte do universo considerado mesmo deles (como a política, o comércio e a economia), os contos e artigos da autora, ocupando espaço no rodapé da primeira página, a tratar de aspectos da vida íntima.

Maria Amália, ciente do que a esperava como mulher letrada e colaboradora de jornais “de homens”, referia-se ao mundo masculino com muita consideração e respeito, o que, é de se supor, favoreceria a aceitação de seu trabalho.

No excerto abaixo podemos observar como a autora se coloca diante da tarefa de escrever em um país estrangeiro e de se dirigir às mulheres, em um veículo de comunicação dominado pelos homens:

Eu, porém, entrando aqui, neste mundo mais respeitavel e mais severo do que o frívolo mundo dos salões, atravessando sózinha e desprotegida o oceano que estende entre mim e aquelles que hoje são meus juizes – e que serão talvez amanhã meus amigos – a intima extensão dos seus plainos azues, com provas de muito maior ousadia, abalanço-me a muito mais ardua empresa, porque me não escuda o talento, que é uma grande força, nem a consciencia do merito, que tenho a certeza de não possuir.

E, contudo, venho cheia de fé, de confiança, de orgulho honesto e bom. (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1).

A escritora se apresenta de forma sutil e astuta, certamente para que suas ideias sejam introduzidas, e sem que, para tanto, fosse necessário o rompimento com as regras sociais e os protocolos de escrita criados pelos homens. Em Portugal, como no Brasil, Maria Amália defendeu uma instrução na qual a mulher pudesse refletir e encontrar um espaço no mundo intelectual, distanciando-se do mundo “frívolo” dos salões. Ela usa como argumento – que entendemos como estratégia de aceitação - o desejo do homem de achar uma companheira à altura de suas necessidades, e destaca que eles precisam de mulheres que estejam acompanhando as mudanças, pois “as transformações sociais arrastão consigo todas as outras transformações” (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1 ).

O homem moderno procura no seu lado a companheira digna delle, e não a encontra!

É que elle já não quer sómente a simples e casta matrona das antigas republicas, vigiando a cozinha e a despensa, fiando a lã, e vivendo absorta na mais completa ignorancia; não quer a devota inspiradora das suas heroicas aventuras medievas; não precisa de encontrar em sua esposa uma daquellas esplendidas musas da Renascença, uma Victoria Collona, poetiza, artista lida em: philosophia platonica, perfeitamente de seu tempo, digna da aurea e rendilhada moldura em que os seculos a vêm, mas de certo deslocada na nossa época, mais completa e mal utilitaria; as gentis mulheres de sala, que exercêrão tamanha influencia no desenvolvimento da civilisação, já não achão neste seculo, sufficientemente polido, a esphera propria em que possão, tornar-se uteis, como tambem nada temos que fazer com as tragicas rainhas que morrem sem transigir, ou com as bellas republicanas que têm em frente da guilhotina ditos que serão applaudidos em Athenas ou Esparta!

O que hoje se quer e se exige é muito menos do que isso; por outra, é um conjuncto de qualidades que estejam em harmonia e perfeito acórdo com as multiplas necessidades do homem moderno. (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Este texto, que foi o de sua estreia no *Jornal do Commercio*, revela, modestamente, como pretensão sua apenas levantar questionamentos, pensamentos, que os próprios homens talvez julgassem benéficos:

Pelo que deixo dito comprehende-se de sobejo que o meu fito é e tem sido consagrar ás mulheres de meu paiz, ás quaes daqui em diante associo as mulheres do paiz irmão, querido do meu, tudo o que a Providencia me concedeu de boa vontade e de convicções sãs.

[...]

Não aspiro a outra recompensa que não seja esta lembrar-me de que alguns dos meus conselhos vão desatar-se frentes opulentas n'um espirito bem fadado de mulher, e que algum pai, algum marido, algum irmão, ao ver o écho das minhas palavras convence-las, serão eloquentes, vibrar n'um coração que lhe pertença, lhe envie de longe um pensamento agradecido e diga de si para si, que nem sempre a mulher que errasse é um perigo e um ridiculo. (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Maria Amália Vaz de Carvalho não tencionava tornar-se voz do feminismo, para uma mudança efetiva e urgente da posição da mulher em Portugal e no Brasil. Talvez por isto os que a leem hoje façam críticas negativas, julgando-a de certo modo cúmplice do pensamento masculino. De modo diferente, nós a consideramos uma escritora que sabia muito bem em que mundo vivia, e que leitores e leitoras tinha diante de si.

Também não rejeitamos a hipótese de influência de certo modelo de feminismo aplicado na França, como já apresentamos no capítulo anterior, que se amparava nas diferenças biológicas entre os sexos e reivindicava seus direitos a partir da estratégia da educação de sua prole para instruir-se.

Através da análise de seus escritos, acreditamos que Maria Amália não apoiaria uma emancipação feminina radical, em que não estivesse, por exemplo, em primeiro plano para as mulheres os seus lares e filhos. A família era uma instituição muito respeitada naquela sociedade. Ir contra isto dificultaria muito a exposição de suas ideias por escrito. Acreditando em suas convicções sobre o desenvolvimento intelectual da mulher dentro do ambiente familiar e desejando que suas ideias fossem aceitas e aplicadas, ela preferiu o caminho do meio, aquele que ficava entre os radicalismos do feminismo anglo-saxão e o completo abandono intelectual a que os homens sujeitavam as mulheres. Preferiu ser moderada.

Na imprensa brasileira, o periódico que mais recebeu colaboração da autora foi o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Maria Amália começou escrevendo na seção “Folhetim”, que ficava ao pé da primeira página, depois seus artigos apareciam como especiais e figuravam na primeira ou segunda página, quase sempre aos domingos. Em todos assinava seu nome de família. A sua colaboração não pode ser considerada frequente, pois não eram semanais, nem mensais, nem mesmo sazonais, eram em alguns meses esporádicas, e em outros constantes.

Nos tópicos subsequentes observaremos os temas que Maria Amália Vaz de Carvalho utilizava com suas leitoras e leitores do Rio de Janeiro à luz das legislações vigentes em fins do século XIX no Brasil e em Portugal, respectivamente as *Ordenações Filipinas* e o Código Civil Português de 1867, e das teorias explicitadas no capítulo 1 do nosso trabalho.

### **3.1 Os contos**

Maria Amália, em sua ficção, pensa o papel feminino relacionado à família. Os conflitos, dramas, alegrias e tristezas passam-se neste ambiente. Em seus contos, não há mulheres na política ou nas universidades. Suas narrativas analisam o cotidiano, são contos que retratam a sociedade por um ponto de vista de mulher. Sua escrita, por vezes, adquire tom de conversa ou de confissão, o que aproxima o leitor, tornando fácil a identificação com a trama.

A obra ficcional de Maria Amália Vaz de Carvalho, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, se concentra entre os anos de 1870 e 1880. Retrata a família em todas as suas complexidades. Os contos desta autora seguem a vida das mulheres

do século XIX, no seu dia a dia, mostrando sutilmente como encontravam saídas para sobreviverem em uma sociedade baseada no patriarcalismo. Aponta as contradições e os conflitos sociais presentes. Apresenta a sua versão para os dramas maiores que afetavam o viver das mulheres.

Maria Amália hoje é uma autora estigmatizada. Suas convicções, ao apoiar o papel da mulher na família como importante para o equilíbrio social, são vistas como submissão às vontades dos homens. Entretanto, se lermos com atenção a sua obra ficcional, devidamente contextualizada, veremos as frestas existentes em favor das mulheres. O lugar que a sociedade lhes destinava à época era dentro dos lares, ao lado dos seus maridos e filhos. Tudo que fosse diferente disto era motivo de indignação. Portanto, era dentro deste ambiente e consideradas tais circunstâncias que deveriam partir as reivindicações por seus direitos.

Ela apoiava sim o lugar das mulheres em seus lares, não queria a dissolução das famílias, pois, como católica e mãe – assim o supunha – não poderia defender algo diferente. Entretanto, seus artigos e ficções apontam seu desejo de mobilidade social e funcional das mulheres de seu tempo. Neles lemos o sentimento conjugal tomando forma, mas com visíveis alterações nos contratos entre pais e filhos; as mulheres buscando instrução e debatendo igualmente com os homens questões filosóficas e literárias; e o combate à vida fútil das moças.

Maria Amália tentava mostrar, através de sua ficção, o retrato do que ela esperava ser uma família ideal, harmoniosa e colaborativa entre seus membros. A mulher ocupando-se de tarefas domésticas e tendo a clareza reflexiva para tomar decisões em conjunto com seu marido, criando seus filhos de modo a que viessem frutificar em suas vidas e obtivessem sucesso. Apoiando o papel familiar da mulher, a autora poderia transitar pelos assuntos sobre os quais gostaria que a sociedade refletisse. E isto não dentro de jornais ou revistas feministas estigmatizadas pelo preconceito, mas no interior de periódicos respeitados no mundo masculino.

A sociedade liberal portuguesa da segunda metade do século XIX se modificava intensamente e não era diferente com o universo feminino. Convivendo com o novo e o tradicional, Maria Amália retratava estas mudanças. Seguindo um fio condutor, que é a visão feminina, estudou as modificações através de comportamentos e anseios e, através das narrativas conseguiu retratá-las. Assim, a ficção lhe dava maior liberdade para transitar por assuntos que, talvez, ela considerasse complicados de serem publicados em artigos, como por exemplo, o



adultério, a bastardia e profissões das mulheres, que sustentavam a educação masculina. As narrativas lhe conferiam um poder de introduzir assuntos espinhosos que possivelmente estavam sendo ou podiam ser debatidos dentro dos lares.

Peter Gay afirma que a ficção é uma fantasia, uma ilusão, na qual os indivíduos se veem, se imaginam e repensam suas vidas. Conforme um romance, novela ou conto atinge um determinado número de circulação satisfatória, ele passa a ser debatido de forma mais intensa e o assunto entra na sociedade mais facilmente:

O que quer que sejam e o que quer que façam, sejam elas conscientes ou inconscientes, as fantasias se situam no limiar entre a imaginação pessoal e a coletiva, e servem como ponte entre elas. Isso se aplica com mais verdade à ficção, que consiste em fantasias disciplinadas, ordenadas e embelezadas. [...] Os impulsos e as ansiedades do indivíduo fornecem a energia, mas é a cultura que fornece as matérias-primas para as fantasias, arquitetadas de acordo com requisitos estéticos. O que faz das fantasias um material histórico tão rico é, em grande parte, o fato de não serem simplesmente fantásticas. Os romancistas e os críticos literários do século XIX tinham noção de tudo isso. (GAY, 2000, p. 124)

Seja como for, a ficção pode ser um retrato da sociedade, mas pode ser também uma preparação para algo que ainda está por vir.

Os contos de Maria Amália não eram fantasiosos em nenhum aspecto. Apenas tratavam do universo a que a mulher estava condicionada naquela época. O que os diferencia é o foco nos percalços a que as mulheres, via de regra, estavam sujeitas, seja através de amores impossíveis, impedimentos legais ou complicações financeiras; como se portavam e como saíam ou não de certas situações embaraçosas.

A família, ambiente principal das tramas, se organiza a partir da legislação e, como célula fundamental da sociedade, influencia seus outros setores. O pai exerce o poder supremo nas decisões familiares. Mesmo no código civil que institui a divisão do poder paternal entre o casal, os homens continuavam a ter a palavra final. Observemos os artigos 137<sup>o</sup> e 138<sup>o</sup>, do Código Civil:

Art. 137.<sup>o</sup> Aos paes compete reger as pessoas dos filhos menores, protegê-los e administrar os bens d'elles: o complexo d'estes direitos constitue o poder paternal.  
Art. 138.<sup>o</sup> As mães participam do poder paternal, e devem ser ouvidas em tudo o que diz respeito aos interesses dos filhos; mas é ao pae que especialmente compete durante o matrimonio, como chefe de familia, dirigir, representar e defender seus filhos menores, tanto em juízo, como fóra d'elle. (Código civil portuguez, 1867, vol. I, p. 199).

Vemos que a autoridade da mãe nas decisões referentes aos filhos é concedida. Porém, como estas continuavam a não ser consideradas como cidadãs, seu aparente domínio ia até os limites dos portões de seus lares, pois os representantes legais, tanto delas como da prole eram os maridos.

Lendo estes artigos temos a impressão de que a maternidade trazia consigo uma presença forte da mãe, ao menos na vida íntima de seus filhos. Na verdade, isto só aconteceria se o pai permitisse. Observemos o artigo 1061º:

Art. 1061.º Havendo dissentimento entre os paes sobre a concessão da licença para o casamento, prevalecerá a opinião do pae. Se existir só um d'elles, ou se o outro se achar legalmente impedido, bastará o consentimento do que sobreviver, ou não estiver impedido, excepto se, sobrevivendo a mãe, esta passar a segundas nupcias, e não for confirmada na administração dos bens dos filhos; porque em tal caso esta faculdade pertencerá ao conselho de família. (Código civil portuguez, 1867, vol. III, p.24).

Constata-se então que, mesmo que a mãe quisesse intervir em uma decisão tão importante para o filho, que era o casamento, não poderia, pois, no caso de divergência com o marido, este teria sua vontade respeitada e respaldada em lei.

Nos contos de Maria Amália esta discordância não aparece. A autoridade paterna é comprovada pelo tema do casamento. O matrimônio era o fato mais importante na vida de um indivíduo e, no caso das mulheres, na escolha de um marido, nem sempre a vontade da futura noiva era respeitada. Na maioria das vezes este casamento era incluído como um negócio nas transações financeiras paternas. Escolhiam-se sempre os pretendentes mais promissores, os mais ricos, os que trariam mais benefícios. Em “A estréia do delegado”, publicado em 1880, o desembargador Miranda, não daria “a sua Valentina ao primeiro bonifrate que a viesse requestrar” (*Jornal do Commercio* - RJ, 30 ago. 1880, p.1), pois esta possuía grande fortuna, então não era qualquer um que iria desposá-la.

Apesar de Valentina já ter conhecido e se apaixonado pelo rapaz, o desembargador queria saber de que família vinha, que méritos ele possuía e, apesar de grande talento e caráter honrado – comprovado pela renúncia de uma promoção e um bom casamento em nome de princípios advindos de sua juventude de miséria – o pai da moça o recusou somente porque não cumpriu uma decisão esperada. Isto causou muita tristeza em Valentina, o que não demoveu seu pai da sua decisão e,

por respeito a ele, a moça preferiu continuar na insistência eterna em se casar com Alexandre Corrêa, que era o amor de sua vida.

A preferência amorosa era algo que não era considerado na hora da escolha de pretendentes. Talvez, algumas vezes, os pais pudessem perguntar a opinião das filhas em relação a este ou aquele candidato, porém não era o fator preponderante. No conto citado, Valentina não se casa com Alexandre, mas também não contrai matrimônio com ninguém, o que nos faz supor que seu pai não aceitou o noivo escolhido pela filha e não a obrigou a casar-se com qualquer outro.

A única virtude de Alexandre aos olhos do orgulhoso desembargador era o seu talento para as leis, visto que não era rico e não possuía nome tradicional. Sua filha era herdeira de uma grande riqueza, então não a entregaria a ele antes que provasse seu valor, e isto significava acatar as opiniões do pai de sua amada. Contudo, apesar de amar Valentina, suas convicções falaram mais alto e Alexandre Corrêa fez o que sua consciência lhe ordenou.

Os personagens principais, na ficção de Maria Amália, são sempre fiéis aos seus princípios. Costumam estar atentos às regras sociais, porém demonstram que, apesar do impedimento social e legal, havia espaços para algumas transgressões. O fato de Valentina ter conhecido Alexandre e já ter trazido a proposta para o pai, que resolve verificá-la, já denota certa liberdade nas relações afetivas e familiares. Esta tem a abertura de sugerir um pretendente e o pai considera a sugestão.

A exemplo de “A estréia do delegado” temos “Duas faces de uma medalha”, publicado em 1879. Margarida, assim como Valentina, se apaixona por um rapaz de futuro promissor. Usa de astúcia para que seu pai o conheça. Tem a liberdade de ser cortejada pelo jovem, porém, quando se sente segura e certa de que seu sonho de amor se realizará, o pai impõe sua vontade. A diferença entre as duas é que Valentina não é forçada a se casar. Já Margarida não tem a mesma sorte.

Seu pai, o banqueiro, já havia vislumbrado um pretendente para ela. Um moço que possuía sangue nobre. O conde de V. era da alta nobreza, possuía título, e isto valia tanto quanto uma grande fortuna. Juntava-se a velha fórmula de união da burguesia rica com a nobreza ociosa. A família de Margarida possuía riqueza e o nobre Conde, ao longo da narrativa vemos, só tinha o título. Aqui vemos um exemplo de moedas de troca para que se realizassem casamentos. Sobre isto, Perrot comenta:

O casamento é uma negociação (...), as estratégias matrimoniais se diversificam e se tornam complexas. O dinheiro assume formas variadas: móveis, imóveis, negócios e “esperanças”. Outros elementos entram em linha de conta: o nome, a consideração, a “situação” (as profissões liberais gozam de grande estima), a “classe” e a beleza fazem parte dos termos de troca. (PERROT, 2009, p. 124).

Maria Amália nos mostra que, por vezes à margem das transações financeiras, o amor estava presente. Mesmo indo contra os preceitos da época, para as moças, muitas vezes não importava tanto a posição social do pretendente. Em contraposição a isto, a vontade dos pais, sustentada em legislação, teria que se cumprir, mesmo que não contando mais com a obediência cega dos filhos. Esta determinação da autoridade paterna por lei estava prevista tanto no código português quanto nas normas brasileiras. Em Portugal, as mães ainda poderiam emitir opinião, mas, no Brasil, que revogou o Livro IV (que tratava justamente deste assunto) das Ordenações já no século XX, as mulheres estavam fora do pátrio poder, sendo impedidas de qualquer tentativa de ajuda aos filhos.

Os casamentos arranjados, nos contos de Maria Amália, sempre terminam em decepções futuras. Valentina e Margarida sofreram as consequências das determinações dos pais autoritários que tiveram: às duas foi reservada a solidão, uma na tentativa incansável e eterna de persuadir seu genitor, e a outra dentro de um casamento totalmente infeliz e miserável.

Entretanto, não temos somente pais despóticos neste conjunto de contos. Como já havia sido comentado, há casos em que os progenitores querem a opinião das filhas para que se realize a negociação. Todavia há sempre uma indução, mostrando as qualidades do pretendente, sempre deixando claro que há aprovação da família. Vejamos um trecho de “Datas de uma vida”, publicado em 1879, onde o pai de Lili pergunta-lhe sobre seu futuro noivo:

Dançou até ás seis da manhã; vem cansada, abatida, toda ennovellada nos fôfos coxins do seu *coupé*, mas vem pensando muito.  
É que o vio no baile, e lhe disserão que *elle* seria o seu marido.  
O pai antes della partir de casa – vestida de tulle e rendas, coroada de myosotes, e com um collar de perolas lacteas e iriadas, a affagar voluptuosamente a transparencia rosea do seu collo, – o pai, antes della partir, dissera-lhe gravemente, mas com uma gravidade em que havia muito affecto:  
– *Elle* é moço, é nobre, é herdeiro de uma casa riquissima.  
A familia deseja este enlace. Não te quero forçar, Lili; mas, se gostares delle, approvarei com enthusiasmo essa affeição! (*Jornal do Commercio* - RJ, 12 set. 1879, p.1)

Pela educação que recebera, Lili inclinava-se totalmente a casar-se com um “moço, nobre, herdeiro de uma casa riquissima” (*Jornal do Commercio* - RJ, 12 set.

1880, p.1) e, somados a isto a aprovação e o gosto da família, tornava-se quase improvável uma recusa. Há ainda um momento de hesitação por parte da jovem, e isto é causado pelo “sentimento” (a paixão), que, naquele tempo, vinha ganhando espaço nos corações e mentes. Lili imagina que, além de todos os predicados que a sociedade tanto valorizava, que o pretendente possuía, ela iria olhá-lo e se apaixonaria, e o mesmo aconteceria com ele. O moço, tal como nos romances, iria ser gentil, educado, amoroso e cavalheiro. Vejamos o que se sucede:

Vira-o no baile, fallára com elle, tinhão dançado juntos.

Percebêra que o noivo que lhe destinavão era um pobre rapaz, ignorante enfatuado, muito feliz de ser nobre, de ser rico, e de haver mulheres que em torno delle cobiçassem o seu título futuro e a sua riqueza presente.

Apesar disso, Lili estava contente.

Era ella que *elle* preferira, e visto que *elle* era rico, teria carruagens, daria bailes e festas, teria um modo original, severo e elegante de vestir-se, as suas amigas imitarião a mobilia das suas salas, e o feitio dos seus chapéos, seria uma das raras mulheres que sabem gozar em toda a sua plenitude a vida social no que elle tem de faustoso e de brilhante.

Que importa que *elle* não soubesse dizer *amo-te* com a voz que Lili tinha sonhado!

A troco do seu ouro, ouviria dos labios della sem hesitação e sem lagrimas as palavras mysteriosas que a mulher pura só deve dizer ao eleito do seu coração, as palavras magicas: *Sou para sempre tua!* (*Jornal do Commercio* - RJ, 12 set. 1879, p.1).

Apesar de seu deslumbramento com toda a nobreza e a riqueza do rapaz, Lili se decepciona com os modos dele. Aceita-o mesmo assim, o que causa sua solidão ao final da trama. Nobre, rica, popular nos salões e sozinha, olha e reflete sobre sua vida voltada para uma educação frívola e sua escolha por um pretendente da qual nunca foi companheira, o que resulta em tristeza e arrependimento.

A entrada do amor na cena familiar oitocentista denota um enfraquecimento da autoridade paterna. Isto é mostrado por Maria Amália. Em seu conto “Uma História Verdadeira”, publicado em três partes, em 1880, a protagonista, Margarida, se apaixonou por Henrique, um jovem médico sem recursos e declara “terminantemente aos pais que voltava para França, que ia morrer freira no convento onde vivêra educanda se elles a não casassem com Henrique”. (*Jornal do Commercio* - RJ, 14 jan.1880, p.1). O pai, diante de tal ameaça, demonstra total indiferença. A mãe, por sua vez, não coloca impedimentos à vontade da filha. Margarida, então, casa-se com Henrique e vive como os seus desejos a conduzem, pois os homens quem com ela convive são subordinados pela paixão.

Neste conto, especificamente, não temos um final infeliz para Margarida, porém, se analisarmos pelo viés familiar que Maria Amália segue, não

necessariamente teremos uma vida feliz, pois a heroína causa situações aflitivas a seu marido e tristezas a Thadeu, integrante de sua família. A escolha amorosa para o compromisso conjugal poderia ter sido bem sucedida, se não caísse no adultério. Isto, todavia, não é motivo de infelicidade para ela.

A autoridade paterna, no que diz respeito ao casamento, é vista por Maria Amália nestes contos como algo maléfico à constituição de uma família unida e harmoniosa. Ao contrário do que se pensava, que o amor viria com o tempo, a autora tenta mostrar que um enlace baseado em interesses pecuniários ou valores aristocráticos não era o que daria à jovem nubente uma vida feliz e também não era regra que traria benefícios à família, visto que Margarida de “Duas faces de uma medalha”, casa-se com o Conde e termina na miséria, pois este leva à família à falência.

A vida conjugal deve ser construída, na visão da escritora, com serenidade e os filhos educados justamente para que haja harmonia em seus futuros lares, conseguindo desta forma repassar os valores do trabalho, da instrução e da solidariedade. O pensamento de Maria Amália sobre seu ideal de família se mostra mais forte no conto “Em casa de Mme X”, publicado em 1880, onde discute sobre a educação doméstica das moças atrelada à instrução útil para que, futuramente, mesmo que não se casem, não se tornem solteiras amarguradas, pois sempre saberão ser benéficas a alguém e a si mesmas. Observemos um trecho do conto onde justamente ela discorre sobre isto:

Não será difícil que minhas filhas casem todas menos mal. São bem educadas, têm hábitos de ordem e de trabalho, um dotesinho que as torna independentes, são sympathicas senão formosas, enfim, possuem todas as condições para virem a encontrar noivos. Comtudo não tenho medo nenhum do futuro se alguma dellas ficar solteira.

Nunca virá a ser a *vieille fille acariatre* que todos conhecemos mais ou menos. Sabem pensar, sentir, estudar, trabalhar e ser uteis a si e aos outros. É o que deve exigir-se na mulher. (*Jornal do Commercio* - RJ, 28 Jan. 1880, p. 1)

“É o que deve exigir-se na mulher”, isto afirma Madame X ao seu interlocutor. Aqui temos o papel familiar feminino que é defendido por Maria Amália. Não era necessário, como já foi debatido, entrar em confronto direto com a sociedade controlada pelos homens para se notasse a influência da mulher, que era “invisível mas latente; não talvez consagrada pelas leis, mas patente nos acontecimentos; não aceita como um direito, mas reconhecida como um facto” (*Jornal do Commercio* - RJ, 23 fev. 1878). Portanto, quanto mais instruídas fossem, mais importância na

educação de seus filhos teriam, e aumentando este nível de poder sobre os futuros cidadãos, mais latente seria a vontade destes de que se fizessem leis que emancipassem intelectualmente suas mulheres para que se chegasse a uma paridade intelectual dos gêneros.

O casamento é retratado de diversas formas pela autora em seus contos. Na última narrativa supracitada vemos um exemplo de feliz comunhão devido a um contrato de aprendizado e ensinamento feito pelo marido francês e a portuguesa Madame X, em que o homem se preocupa com o desenvolvimento individual da mulher e ela assume o seu papel na educação dos filhos, tal como o código português previa.

Este modelo de união matrimonial também está em consonância com o que o liberalismo idealizava para as mulheres e o que um segmento reivindicatório do feminismo português, como já foi mencionado, utilizou como estratégia para se instruir.

Em outro conto, intitulado “Cartas de um marido – Indiscrições de uma carteira”, publicado em 1878, o narrador, um homem, descreve sua mulher, desde o primeiro encontro até o momento em que narra a história. Há neste, como no anterior, uma domesticidade da mulher. Porém, vendo com atenção, notamos a apologia à mulher instruída. Tanto Madame X quanto Maria estão felizes com suas escolhas conjugais e exercem suas tarefas domésticas com tranquilidade, embora não sejam mulheres fúteis ou alienadas, afeitadas a salões e festas ou acomodadas intelectualmente. Vivem modestamente e, apesar disto, são instruídas. Estudam, refletem, leem autores consagrados.

Em casa de Madame X não era feio ou proibido às mulheres emitirem suas opiniões: “ [...] podia-se discutir livremente. Ninguém tinha vergonha de apresentar as suas idéas e sobretudo de ... as ter. Porque emfim nas nossas salas superficiaes, nas nossas salas do *high-life* ter uma *idea* é já escandaloso, *ter ideas*, chega a ultrapassar as raias do decoro” (*Jornal do Commercio* - RJ, 28 Jan.1880, p1). Na casa do narrador de “Cartas de um marido”, é descrito que, ao mesmo tempo em que a Maria cuida do lar com cuidado, tem o esclarecimento suficiente para ler Shakespeare e tocar Beethoven.

Compreende Shakespeare e faz deliciosamente uma *omellete*; toca com sentimento mais fino e mais ideal, uma phantasia de Beethoven, e inventou um systema engenhoso e abreviado de fazer o rol da lavadeira; adora as flores, os versos, as crianças, os livros, tudo que é bello, tudo que é bom na natureza. [...]. (*Jornal do Commercio* - RJ, 15 abr. 1878, p.1).

O caráter instrucional das mulheres está presente nos contos de Maria Amália como fator de harmonia conjugal. Disto conclui-se que a autora acreditava que a sociedade, estruturada a partir da família, não mais queria mulheres parvas. Irene Vaquinhas comenta:

O próprio romantismo ajudou a forjar este tipo feminino, ao construir uma imagem de mulher simultaneamente idealizada e insignificante; a mulher espartilhada em termos físicos ou morais, posta ao abrigo dos perigos exteriores, virginal e ignorante, cujos conhecimentos se deviam reduzir às artes do bem receber e às “prendas domésticas”; labores, um pouco de francês, de piano e de canto. Apenas o necessário para animar os salões ou os saraus familiares. (VAQUINHAS, 2000, p. 24-25).

A sociedade dos fins do século XIX não queria mais esta mulher que, em certa parte, “o romantismo ajudou a forjar” (VAQUINHAS, 2000, p. 24). A valorização do indivíduo e da democracia traz consigo a necessidade de cidadãos mais bem formados. Mães instruídas, supõe-se, não estariam tão alheias aos acontecimentos sociais. A emergência da mulher no campo social era latente e Maria Amália nos mostra bem isto ao colocar em suas páginas donas de casa não mais tão incultas.

Para a maioria das mulheres, indica Peter Gay, “a família vitoriana podia representar tanto uma prisão quanto um refúgio” (GAY, 2002, p.68). O casamento era almejado por todas, mesmo havendo mais restrições legais às mulheres casadas do que às solteiras. Havia compensações, às quais, talvez, olhando com distanciamento de hoje, não damos nenhum valor, mas que à época eram muito importantes. Respeito, proteção e para algumas a possibilidade de ascensão social, como podemos observar na personagem Lili, de “Datas de uma vida”, em que a mãe faz de tudo para que sua filha se eduque a fim de que ela faça um bom casamento, que aqui significava fortuna, luxo e nobreza. Perrot comenta:

Mesmo num espaço inteiramente dominado, as mulheres encontram compensações que favorecem consentimento: uma relativa proteção, uma menor culpabilidade, o luxo ostensivo das burguesas incumbidas das aparências – o que não deixa de ter seus encantos – e no final das contas uma maior longevidade. Elas também dispõem de possibilidades de ação não desprezíveis, tanto mais que a esfera privada e os papéis femininos conhecem uma constante revalorização no século



XIX, as olhos de uma sociedade interessada no utilitarismo, preocupada com os filhos e atormentada por suas próprias contradições. (PERROT, 2009, p. 126-127).

Apesar de poder ser concebida como refúgio, apesar das notáveis compensações materiais, a vida conjugal era muito desfavorável à mulher. A tática de instrução para educação dos filhos só funcionaria de fato se seu marido estivesse de acordo, pois não havia nenhuma garantia legal que respaldasse a mulher neste sentido.

O código português previa mulheres escritoras, mas não havia incentivo ao desenvolvimento da instrução feminina. Existiam projetos de lei, clamores da sociedade, mas nada concreto. As esposas ficavam a cargo de seus maridos. Se estes permitissem que elas se instruissem, assim se fazia. Caso contrário, continuariam na ignorância intelectual.

As mulheres, na sociedade vitoriana, que alcançavam um pouco de liberdade e respeito, eram as viúvas. Estas possuíam menos restrições sociais. Nos contos de Maria Amália encontramos três merecedoras de uma atenção mais detida: Theresa de “A Gratidão do Marquez”; a mãe de Alexandre R., apenas referida como a “viuva”, de “O filho da viuva”, ambos publicados em 1878; e Thomazia do Vicente, vizinha do “brazileiro”, em “Os remorsos do Brasileiro”, publicado em 1880.

São três mulheres diferentes. Theresa, após perder seu marido em acidente de um despenhadeiro quando participava de uma caçada, consegue viver sem muitos recursos durante aproximadamente cinco anos. Decorridos estes, sem ter como se sustentar, resolve ser aia na casa de um marquês, não vê problema em trabalhar. A mãe de Alexandre R., a “viuva”, vive durante alguns anos de joias de família, depois acaba vivendo dos recursos que seu filho obtém através de sua música. Thomazia nunca se sustentou, era pobre e vivia dependente do filho que morre afogado em um rio. Depois deste acidente, passa a viver sob a proteção do “Brazileiro”.

Estes personagens têm o respeito da sociedade, apesar de serem mulheres que vivem sós. Têm a liberdade do trabalho, como Theresa; e a independência para dar autonomia aos filhos de escolherem suas profissões. Entretanto, como Maria Amália traça perfis variados de mulheres, há as totalmente dependentes da proteção masculina como Thomazia.

São três perfis que mostram como poderia ser a vida das viúvas. Theresa está sempre a proteger o Marquez e em nenhum momento da trama aparece uma

dúvida ao seu caráter ou dignidade. Chega ao ponto de pedir esmolas para que seu amigo não passasse desonra na prisão, pois acreditava nos ideais liberais que seu patrão apoiava. Move-se com autonomia e passa a seus filhos os ideais em que acredita. Não depende de nenhum homem, ela se autogoverna.

Chorava, lastimava-se.

– Não, isso não ha de elle comer, enquanto eu fôr viva.... Mas eu não posso trabalhar, para que sirvo eu? Estou cansada, estou doente, os desgostos envelhecêrão-me. Resta-me o pedir uma esmola... Pedirei.

E pedio.

– O que isto custa, meu filho! Que vergonha! Mas eu devo tanto ao fidalgo, tanto! Nunca me tratou como uma criada, teve pena de mim, e fallava-me como de igual a igual... Se eu morrer neste entretanto, filho, vai tu pedir tambem, é uma vergonha, mas, diga-me cá, um fidalgo daquelles tão bom, tão generoso, ha de comer do rancho como se fosse um ladrão, e um matador? (*Jornal do Commercio* - RJ, 06 ago. 1878, p.1).

As outras duas viúvas que aparecem nos contos já são mais dependentes, mas gozam da mesma reverência que Theresa. A mãe de Alexandre R. está entre esta e Thomazia, pois sustentou seu filho por um tempo e, só não trabalhou porque estava velha. Mesmo assim seu filho se importou com sua opinião sobre seu trabalho. Perguntou-lhe porque lhe devia respeito e porque a não queria desagradar.

– O que queres ser, filho? Perguntava a velha.

Elle esteve por muito tempo sem dar uma resposta decisiva, por fim um dia foi direto á mãe e ajoelhando-se, e pondo-lhe a cabeça nos joelhos:

– Eu queria ser musico. Toco flauta menos mal irei ás festas das igrejas ao principio, depois talvez consiga que me admittião n'uma orchestra de theatro, e quem sabe se não acabarei na orchestra de S.Carlos! Quem me aconselhou isto foi meu mestre. A mamã não se zanga, não?

Ella, a pobre mãe, sonhava com muito melhor e mais prospero futuro para o filho, mas as joias que a pouco e pouco se ião derretendo nas brazas das casas de penhores atabafárão-lhe o orgulho, e a sua vaidade capitulou.

- Pois sim, filho, vai! O trabalho não deshonra ninguem. (*Jornal do Commercio* - RJ, 30 set. 1878, p.1).

Já Thomazia do Vicente é totalmente subordinada ao poder financeiro masculino. Não há muitos detalhes da vida desta personagem, pois ela é apenas uma passagem para que se fale do caráter do protagonista. Pelo que se deduz, é uma mulher que dependia do filho integralmente e passou a depender do vizinho que, por caridade, decide-se por ajudá-la.

O filho único da Thomazia do Vicente, uma pobre viuva, visinha do *brazileiro*, andava-se a banhar n'um domingo, na ribeira, e afogou-se.

O *brazileiro* ouviu o alarido e o clamor formidável de toda a gente da aldeia: mandou saber pela Josepha. Quando soube a triste notícia, os olhos arrazárão-se-lhe de lagrimas.

– Coitada!

– E era o seu único amparo, murmurou a Josepha condoidamente.

– Que idade tinha?

– Vinte annos: um mocetão como umas casas!

O *brazileiro* esteve a pensar por muito tempo, os olhos fitos no arrendado das arvores da montanha proxima, que naquella hora crepuscular destacavão no fundo côr de perola do céu.

Ao outro dia espalhou-se no lugar que a Thomazia recebera de noite a visita do parochio e do *brazileiro*, e que este lhe estabelecêra uma tença. (*Jornal do Commercio* - RJ, 27 abr. 1880, p.1).

As viúvas gozavam de certa autonomia perante a legislação. O código Seabra previa que administrassem bens, desde que não se casassem novamente. Nas Ordenações Filipinas, que ainda regiam os assuntos cíveis no Brasil, eram consideradas chefes da família. Além das viúvas, havia outra situação em que mulheres gozavam de certa autonomia, embora não tanta quanto a das viúvas: referimo-nos às mulheres solteiras distantes do poder paternal com mais de 21 anos (pelo código civil português) e com mais de 25 pelas Ordenações Filipinas. Estas possuíam as mesmas restrições jurídicas que a mulher casada, mas as proibições referentes ao marido, como administração de bens ou mesmo publicação de seus trabalhos, não existiam. Isto dava-lhes maior liberdade.

Por outro lado tornava-se pesado o ônus social de ser solteira em uma sociedade onde a constituição de uma família para ambos os sexos era quase lei. Esta mulher era muito vigiada, tinha de ser virgem, pois ao menor deslize era culpabilizada e estigmatizada para sempre em seu meio de convívio. Retomando o conto “A estréa do delegado”, vemos nosso protagonista, Alexandre Corrêa, em meio a seus pensamentos, lembrando a sua infância pobre, quando a mãe, solteira, o criava com dificuldades.

Ella olhava para o filho e sorria-se.

Um sorriso de martyr, que aceita a expiação, por dura que ella seja. O filho olhava para ella e chorava! O chôro da innocencia, que pergunta a Deus, por que e para que existem as mãos!

A querida figura esbelta e delicada ia definhando dia a dia. Nunca tinha fome antes do filho haver saciado o pequenino estomago glutão, e emquanto elle comia, o seu triste sorriso tinha um não sei que de angelico. Depois comia o resto do pão que ficava, discretamente, com uma doce e graciosa distincção!... (*Jornal do Commercio* – RJ, 30 ago. 1880, p.1).

Maria Amália retrata como pode ser a vida de uma mulher sem o amparo de um homem. Sozinha, o fardo a carregar, se tem um filho, é muito grande. A elas é reservada a miséria e a luta constante. A prole carrega a marca da bastardia para

sempre. “O bastardo é um escândalo; atinge a honra das moças que perderam a virgindade, das mulheres de flagrante infidelidade, das famílias ameaçadas em sua ordem”. (PERROT, 2009, p.251).

Na legislação liberal, os filhos bastardos são chamados “naturais” ou “espúrios”. A diferença entre eles era a seguinte: “*naturaes*, nascidos de pessoas que não tinham impedimento para casar, e *espúrios*, nascidos de pessoas que não podiam *entre si* contrahir matrimonio: e debaixo d'este genero se comprehendiam os adulterinos, incestuosos e sacrilegos”. (FERREIRA, 1870, p.197). Não sabemos qual era o caso do Dr. Alexandre Corrêa, mas a bastardia foi confirmada pela afirmação da mãe ao adoecer: “deitada n'uma pobre enxerga, sem remedios, sem soccorros, sem amparo de ninguem, ainda assim os seus labios resequidos pela febre se não abrirão para amaldiçoar quem a desgraçou!” (*Jornal do Commercio* - RJ, 30 ago. 1880, p.1).

A ilegitimidade de um filho era uma desonra para o nome da família. A mulher que tinha relações sexuais fora do casamento, engravidava e resolvia ficar com o fruto de sua “vergonha” era tratada de forma implacável, sofria as consequências do seu passo. Michelle Perrot observa:

De modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. O erro sexual, o nascimento ilegítimo são objetos de uma censura muito maior que a falência, [...]. Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas ao lado da vergonha.

O nascimento bastardo é objeto de uma reprovação especialmente intensa, o que explica o recurso das mães solteiras (ou adúlteras) ao aborto e ao infanticídio, ou ao parto clandestino nas maternidades das cidades anônimas e ao abandono da criança. (PERROT, 2009, p. 250-251)

O abandono ou morte de crianças não aparece nos contos de Maria Amália. A mãe de Alexandre Corrêa, assim como o tio de Joaquim da Costa em “Os remorsos do Brasileiro”, não abandonam as crianças bastardas. Neste último, apesar de o mestre-escola, irmão da mãe solteira, ficar indignado e pensar no primeiro momento em vingar-se “do malvado que a deshonrara e á [sua] familia” (*Jornal do Commercio*, 27 abr. 1880, p.1), não cogitou a possibilidade de abandonar a criança. Levou-o para morar consigo e o criou com carinho. Outro personagem que, dentro das suas possibilidades, burla o senso comum na obra amaliana.

Ambos os personagens citados acima são afortunados ao encontrarem mães que não se curvam ao medo e à vergonha. Depois são apadrinhados: um por um suposto pai misterioso que, tomado pela culpa, resolve ajudar Alexandre Corrêa,

outro por um avô, que se utilizando da sua autoridade, deixa que seu filho morra sem cumprir sua palavra de legitimar uma criança concebida em pecado, mas depois se regenera tornando a vida do pequeno mais leve. Estes são homens que carregam o estigma da bastardia. E as mulheres?

Elas estão representadas na ficção da autora por Martha de Vasconcelos, em “A mestra”, publicado em 1878. A protagonista é apresentada como uma mulher instruída, fina e de modos muito singulares. Contratada por uma família abastada, ensinava tudo o que o capricho burguês buscava para as moças que quisessem, e pudessem, brilhar nos salões da sociedade.

Não conhecera sua mãe. Era criada por uma senhora, pois o pai era casado e possuía outros filhos. Martha era uma bastarda. Descrita como uma intrusa, aos quinze anos teve a revelação sobre o que, nas leis do tempo, era um crime (para os pais) e motivo de vergonha (para todos os envolvidos): era fruto de um adultério.

O pai, que a vinha ver muitas vezes á casa da senhora a quem na infancia a confiára, disse-lhe um dia com o pejo a ruborizar-lhe as faces, com lagrimas a marejarem-lhe os olhos que ella era uma filha natural, mas que tencionava reconhecê-la, regularisar sua posição, dar-lhe todos os direitos que ella por tantissimos lados merecia.

A adoravel criança não o percebeu.

Então – castigo terrivel das suas culpas – o pai teve de explicar, de fazer comprehender áquelles castos ouvidos de quinze annos uma historia deploravel, a historia do seu crime! (*Jornal do Commercio*, 06 out. 1878, p.1).

Nesta passagem ele diz que ela é uma filha natural, quando pela legislação ela é nomeada como espúria. Tinha direito à perfilhação e esta era a intenção do pai. Antes que isto pudesse acontecer, ele falece. Então, Martha, sozinha no mundo, tem de trabalhar para se sustentar. O estudo sempre foi seu refúgio e sua salvação, por ser mulher solteira e filha bastarda, teria que ter sua moral mais intacta do que qualquer outra.

A bastardia era assunto recorrente na literatura, o que denunciava que isto se repetia na sociedade. Maria Amália nos mostra que, mesmo com a marca da vergonha, os filhos naturais ou espúrios poderiam ser dignos e as mulheres esclarecidas. Martha, ao saber que era filha bastarda, estudou com mais afinco, aprofundou-se em suas reflexões e manteve sua moral no que, pelos códigos da época, devia ser considerado “acima de qualquer suspeita”.

O pai de Martha era casado, tinha filhos, vivia para sempre longe della nas tranquillias alegrias de familia, uma familia em que ella só podia ser a intrusa!

Desde esse dia Martha estudou com dobrado afinco, aprendeu com uma ancia dolorosa, com um não sei quê de impaciencia inexplicada. Sentia que havia de ter muito o que soffrer, muito que lutar. Tratou de robustecer a alma e de dilatar o espirito. Era uma especie de iniciação heroica. (*Jornal do Commercio* – RJ, 06 out. 1878, p.1).

O adultério também ocasionava a existência de bastardos como Martha de Vasconcelos, Alexandre Corrêa e Joaquim da Costa. Tal ato era considerado motivo de separação, tanto para o homem quanto para a mulher. Era lícito pelo código civil português a separação de corpos (o que não significa “divórcio”) por motivo de adultério. Para o homem, bastava um deslize da mulher. Mas para esta a separação estava condicionada ao escândalo público, desamparo ou comprovação de união adúltera constante. Já nas Ordenações, as normas eram mais rígidas. Era legal ao homem matar a sua esposa e o amante para que sua “honra” fosse limpa. Não havia nenhum tipo de punição para quem cometesse assassinatos deste tipo.

Maria Amália, ao tratar da família, não poderia preterir este assunto. Há três visões distintas do adultério dentro da família, unidas pela característica feminina. Peter Gay comenta sobre a posição de Balzac em relação ao adultério entre as mulheres:

[...] a *Physiologie du mariage* de Balzac, apesar de toda a sua frivolidade e de toda a sua malícia sugestiva, às vezes evoca temas ao mesmo tempo críticos e desconfortáveis. Balzac proclamava que os arranjos sociais de seu tempo careciam seriamente de reforma, particularmente a educação fútil das moças e as condições financeiras que controlavam os acertos matrimoniais. [...] Nessa sociedade, a mulher não passa de um “ornamento de salão, um manequim da moda”. A maneira como as moças eram preparadas para o mundo era simplesmente um escândalo: deixava-as ignorantes, vaidosas, inseguras, extremamente impacientes para experimentar as glórias prometidas do luxo. “A moça pode emergir de sua escola virgem. Casta? Não.” Já estava pronta para o adultério. (GAY, 2000, p. 68).

O foco na educação das meninas relacionado ao adultério se aproxima muito da visão que Maria Amália nos dá em dois de seus contos: “Uma história verdadeira”, que já comentamos; e “A mulher do ministro”, publicado em 1880. Em ambos observamos mulheres caprichosas, educadas para a vida social dos salões, festas e admiradores. Margarida enamora-se de Henrique pelas suas boas maneiras, seu porte elegante e seus modos aristocráticos, apesar de pobre. Sua vida continua a mesma após o enlace: vontades feitas, desejos realizados. Amélia ou Lili, como era chamada, (personagem do segundo conto analisado), apesar de não viver em meio rico, tinha educação fútil e valorizava muito o dinheiro. Francisco Ferreira, apaixonado, acedia a todas aos seus quereres.

As duas, talvez pela monotonia de suas vidas ou puro capricho, cometem o adultério, cada uma a seu modo. Margarida queria manter seu casamento e continuar sua vida de luxos; já em “A mulher do ministro”, não temos uma declaração explícita de que houve um adultério, mas pelos fatos apresentados deduz-se que a vergonha, que Francisco Ferreira teve de passar perante a sociedade lisboeta, foi exatamente isto (o adultério da esposa). Vejamos duas passagens dos contos citados:

Neste momento Margarida entrava pelo quarto de Thadeu pallida, pallida como um cadaver, com os grandes olhos dilatados n'uma expressão de indescriptivel terror. Agarrou-se-lhe ao braço e disse-lhe baixo, n'uma voz estrangulada e rouca:  
 – Henrique chegou da quinta. Eu não o esperava. Contava que elle viesse amanhã. No meu gabinete ha uma pessoa que deve sahir sem que meu marido o veja. Ouves? Estou perdida. Estava perdida, mas lembrei-me de ti. Salva-me.  
 Não me digas nem uma palavra, prosseguio vendo que elle ia fallar. Uma demora de segundos perde-me sem remissão.  
 E sahio com o seu passo miudinho, o seu passo *chic*, aprendido de passagem nos *boulevards* de Pariz.  
 Thadeu sahio do quarto, e quando tornou a entrar alli acompanhava-o um moço muito pallido, de bigode louro, cabelo cuidadosamente frisado e toilette irreprehensivel.  
 Não trocárão uma palavra. Thadeu apontou-lhe para uma cadeira, fechou a porta do quarto á chave e sentou-se junto da janella, que dava sobre o jardim. (*Jornal do Commercio* - RJ, 14 Jan. 1880, p.1).

O que ella amava era o apparatus exterior daquella vida, as festas, as recepções, a opulencia...  
 Já não comprimentava as amigas quando as encontrava, ella recostada nos coxins côr de percia do seu *coupé* de oito mollas, ellas a pé, vestidas com um luxo barato, de lações altos nas botinas esticadas e grande *chignon* posticho nas cabeças ôcas de idéas.  
 Na primeira vez que foi ao paço teve um ataque de nervos na carruagem em que voltava do baile.  
 Começava então a ambicionar um titulo, e ha quem diga que o austero democrata se ia deixando influenciar pelas caricias felinas daquella corruptora inconsciente.  
 Subito, quando ninguem o esperava, Francisco Ferreira pediu a sua demissão de ministro, resignou o mandato dos seus eleitores, e partio para o Minho, para a pequena aldéa em que nasceu, para a mãe velhinha que ainda vive, levando comsigo, do naufragio de todas as suas glorias unicamente os despojos.  
 Tres crianças louras que lhe perguntão sem chorar, mas com a curiosidade violenta da infancia, onde está sua mãe, aquella bonita senhora vestida de *faulle* e de rendas, que andava sempre de carruagem, a que se zangava quando lhe pedião beijos.  
 O pai responde-lhes a chorar:  
 Morreu.  
 Todos quatro andão vestidos de luto. (*Jornal do Commercio* - RJ, 24 Jun. 1880, p.1).

A educação é fator preponderante nestes contos. Antes que se narre o ato em si, as protagonistas são descritas minimamente como arrogantes, ignorantes e fúteis, o que culmina no adultério. Maria Amália encaminha as narrativas a fim de que o leitor sinta que uma educação errônea pode causar malefícios imensos às moças, dentro e fora de seus lares. O fio condutor deles revela uma preocupação

grande com o caráter instrucional, além de revelar reivindicações sobre a intelectualidade feminina, chamando a atenção para o modo como elas estavam sendo educadas para o casamento.

Em “A morte de Bertha”, publicado em 1878, temos a narração de uma história a uma criança chamada Naly: o relato de um adultério pela ótica inafntil. Bertha, a protagonista, vê sua vida feliz ao lado de seus pais terminar com a chegada de um primo, ator principal do crime. Sua mãe, antes toda voltada para o lar, começa a sair muito com este primo e se torna indiferente aos cuidados de sua filha. Um dia, em brincadeira com seus pais, rouba uma carta denunciatória da mãe e revela a verdade ao pai, o que a faz sentir tanta tristeza pela amargura dos dois que adocece e morre.

A narrativa é semelhante, em alguns aspectos, ao romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, ambos publicados no mesmo ano. O primo descrito no romance é bem parecido com o personagem de Eça: “um moço, alto, elegante, bem parecido, muito falador n’umas horas de expansão, muito concentrado n’outras horas, de bigode retorcido e triunphante, olhares que sabião ser doces e que erão quasi sempre altivos” (*Jornal do Commercio* – RJ, 20 abr. 1878, p.1), e comete o mesmo ato: seduz uma mulher casada. Outra semelhança é o modo como a adúltera é descoberta, através de carta amorosa que a denuncia.

A narrativa talvez seja uma maneira de demonstrar como o adultério pode corroer o seio familiar. Forma de corrupção, a vida social fora do lar, teria influência direta na indução ao ato libidinoso. Como no conto “Em casa de Mme X”, onde as moças não têm contato com o mundo dos salões e festas elegantes para não serem corrompidas, aqui temos uma suposta demonstração daquilo que uma esposa que abandona o lar em troca de uma vida mundana, tem reservado para si.

Olhar masculino por parte da autora? Pode ser! Mas devemos considerar que Maria Amália era uma defensora da família, portanto sempre atacará os atos que promovam a dissolução desta, que era considerada por ela base para o equilíbrio e desenvolvimento intelectual feminino.

Esta evolução, na visão amaliana, só se daria pelo ambiente familiar seguro, firme, e a estabilidade da mulher para lutar pelos seus direitos viria deste. Uma estrutura de família harmoniosa era imprescindível até mesmo para aquelas que eram sozinhas no mundo, como Martha, de “A mestra”, isolada, primeiramente em relação ao pai, e depois aos seus patrões. Vivia como uma sombra. Tal vida de



renúncia é-nos apresentada como necessária para que pudesse estar no mundo com alguma dignidade.

A libertação da mulher se dava pelo trabalho e, por vezes, pelo seu estado civil. Como vimos, as viúvas moravam sozinhas. Algumas, como a mãe de Lili – em “A mulher do ministro” – possuem uma “casa de hóspedes”; outras trabalham fora para acabar de criar seus filhos, como Theresa – em “A gratidão do Marquez” – e Margarida - de “Duas faces de uma medalha” –, além das que se sustentam e são solteiras, como Martha de Vasconcelos. Nem sempre este trabalho é muito recompensador para uma moça que passou sua vida em meio ao luxo, como Margarida, mas é a forma de dizer aos homens e a si mesmas que era o início do fim de uma subserviência de séculos. Observemos Margarida quando resolve se candidatar a um ofício:

Alguem, que me contou este vulgar episodio da vida moderna, mostrou-me o fragmento de uma carta que Margarida escreveu doze annos depois de casada a uma socia das suas antigas alegrias.

“E’ a ti que prefiro escrever. Conheceste-me solteira, feliz, idolo de um pai, que, ai de mim! Se perdeu e me perdeu pela vaidade. Has de ter dó de mim.

“Tenho dous filhos e preciso ganhar honestamente o pão que elles hão de comer!

“Presinto, o teu espanto, as tuas interrogações, os brados afflictivos da tua surpresa!

“Não me perguntes nada.

“Pergunta-o se quizeres, a essa Lisboa, que assistio ao louco esphacellar de uma fortuna enorme, com o sorriso banal e adulador que ella tem para todos os perdularios.

“Sabes a educação que recebi.

“Creio que seria uma mestra capaz de cumprir com a minha ardua missão.

“Em nome dos teus louros pequeninos, tão fartos de gulodices e de beijos, arranja-me algum meio de ganhar um pedaço de pão para os meus filhos.

Dava lições! (*Jornal do Commercio* - RJ, 15 set. 1879, p.1).

Antes a honestidade de uma vida de afazeres do que o ócio de uma vida de aparências. Antes a dignidade de um trabalho do que a miséria. Maria Amália Vaz de Carvalho, no livro *Cérebros e Corações*, ao discorrer sobre a criação de um liceu feminino em Portugal, comenta sobre o trabalho como meio de sobrevivência e proteção das mulheres.

Trabalhem para fazer das nossas filhas boas mães, boas esposas, boas, nobres e honestas mulheres! Trabalhem para conseguir que aquellas, que no casamento não acharam protecção natural, saibam a si mesmas proteger-se, ganhando seu pão quotidiano em mistéres que lhes não sejam improprios ou inadequados. Isto é que é a redempção! (CARVALHO, 1903, p. 55).

Martha, Theresa e Margarida prenunciam mulheres mais livres em seus pensamentos e ações, que não se enxergavam mais espartilhadas. Margarida e

Martha foram criadas com modos aristocráticos, mas sabiam dar valor à reflexão, à conversação útil, ao trabalho. Theresa era a mais humilde das três, porém não se deixou abater diante das diversidades apresentadas em sua vida. Isto, modestamente apresentado, já era o início de uma tomada de consciência por parte das mulheres. Não se queria mais o fútil, o aparente, o culto somente à beleza estética.

Maria Amália defende o papel familiar, porém admite que aquela que não encontrar o companheirismo do marido em seu casamento busque seu meio de sustento, assim como Margarida o fez. Ao colocar uma personagem que, mesmo com toda dificuldade, procura o seu provimento e o de seus filhos, a autora mostra como havia mulheres que batalhavam, mesmo as que tinham educação refinada, que possuíam filhos e poderiam sim conseguir uma posição no mundo do trabalho sem que para isso fossem vistas com maus olhos por todos. Os tempos eram outros. Irene Vaquinhas comenta que:

[...] no plano simbólico, a elegância e a beleza femininas carregam as teorias do darwinismo social, então em voga, que demonstram as desigualdades naturais, os retratos apresentados constituíam o suporte visual de um texto fecundo em considerações morais. Através das qualidades descritas propunha-se um novo tipo de mulher cuja distinção assentava no mérito do trabalho, na instrução e na educação, valores que o século XIX erige em panaceia contra todos os males da sociedade. (VAQUINHAS, 2000, p. 70).

Este “novo tipo de mulher cuja distinção assentava no mérito do trabalho” (VAQUINHAS, 2000, p. 70) e que procurava ganhar seu “pão cotidiano em mistéres que lhes não [fossem] improprios ou inadequados” (CARVALHO, 1903, p. 55), surgia através de profissões que eram consideradas extensões do papel de mãe, valorizando os trabalhos domésticos. Após anos de educação para o lar, nada mais natural que os ofícios mais procurados pelas mulheres fossem aqueles que se atrelassem aos seus domínios.

As Ordenações não previam profissões para mulheres, mas o código civil, como já debatido, tanto prevê, como a sua autorização deve ser dada pelo marido, assim como seus ganhos devem ser entregues a este, caso requeira.

Nas narrativas de Maria Amália as profissões são referentes aos afazeres domésticos modernos que incluem a instrução infantil: aia, costureira e principalmente, a mestra. Theresa, a viúva de “A gratidão do Marquez”, ao decidir pelo trabalho, vai cuidar das filhas do Marquez de P.; Joaninha, irmã de Henrique,

de “Uma história verdadeira”, sabia trabalhar para ajudar no sustento da casa e nos estudos do irmão, era costureira; Martha e Margarida eram mestras de meninas<sup>28</sup>.

Todas estas funções remetem ao trabalho no interior do lar, porém a profissão de mestra ganhou destaque por ser feito fora dele ou mesmo em várias residências e por ter uma proximidade maior com os indivíduos devido à natureza do trabalho. Sobre isto Perrot observa:

O desenvolvimento da escolaridade obrigatória reduz o número de preceptores, e não tanto das professoras, descritas por Flaubert no seu *Dicionário das ideias feitas*: “São sempre de uma excelente família que sofreu desgraças. Perigosas nas casas corrompem os maridos!”. (PERROT, 2009, p. 164).

Nesta descrição encaixam-se, de certa forma, Martha e Margarida: a primeira, por ter um pai rico, apesar de bastarda, que lhe proporcionou uma instrução reflexiva e profícua; e a segunda que caiu na miséria por conta de um marido irresponsável.

Outro aspecto invulgar a ser destacado é o sustento dos estudos masculinos pelas mulheres. Theresa e Joaquina trabalhavam para se manter, porém também o faziam em virtude da instrução dos seus: filho e irmão respectivamente. A aia de meninas pediu ao Marquez pela educação de seu filho e trabalhava para que ele pudesse continuar morando com a tia e estudando.

– E vosmecê fala com o o Sr. marquez? indagára eu de minha mãe.  
– Ora essa! Então não hei de fallar! Quem, senão elle, te recommendou aos frades, filho? E para isso foi preciso que eu lhe fallasse. (*Jornal do Commercio* - RJ , 06 ago. 1878, p.1).

Henrique, irmão de Joaquina, dava lições de línguas e recebia uma pensão que um tio havia lhe deixado, mas não era o suficiente para manter sua casa e seus estudos.

Henrique, que havia tres annos tinha completado a sua educação, e que agora cursava a escola de medicina, nunca deixara de o visitar de tempos a tempos, levando-o muitas vezes por occasião das férias a passar o dia em casa de sua mãe. O moço estudante de medicina dava lições de francez e de inglez nas horas vagas, para aumentar os minguados recursos da família, e como um tio que morrêra lhe tivesse deixado uma pequena pensão, vivião agora todos tres mais desaffogadamente.

<sup>28</sup> Comum na sociedade do século XIX, a profissão de mestra de meninas era desempenhada por mulheres instruídas e bem educadas. As meninas ricas tinham sua educação e instrução dada por estas professoras que iam em suas residências ministrar conhecimentos domésticos como costura, culinária, etiqueta social, assim como línguas modernas, canto e dança.

Occupavão uma casa pequenina mas muito aceiada e quase nova; tinham um quintal com tres gallinhas, um casal de pombos e um canteirinho semeado e flôres. O trabalho da casa era a mãe de Henrique quem o fazia; a irmã costurava e bordava para fóra, o irmão vivia de estudar e de esperas. Muito unidos, muito resignados; em certos momentos mesmo muito alegres, d'uma alegria serena e doce, a alegria dos corações honrados que confião na pratica de Deus! (*Jornal do Commercio* - RJ, 16 jan. 1880, p.1)

Creemos que não foi por acaso que Maria Amália atribuiu a duas personagens femininas o sustento de rapazes. Uma, Theresa, por obrigação moral. A outra, Joanhina, por bom grado. O ofício feminino era condicionado à permissão masculina, mas, por vezes, este trabalho o ajudava a se tornar um homem com uma posição respeitável. Um olhar mais atencioso mostrará que as mulheres não só movimentavam a sociedade em forma de caridade ou ajudando a formar cidadãos para a pátria, mas também sustentando a formação dos futuros profissionais da sociedade liberal.

### 3.2 A educação e instrução nos contos

Para as mulheres eu queria e sonhava uma educação em harmonia com o seu sêr organico, uma educação que, sem destruir nenhuma das qualidades fundamentaes d'esse sêr, as disciplinasse e harmonisasse em equilibrio saudavel. Quizera compenetrar-as bem da grandeza da sua missão de educadoras e mães; dar-lhes, em lições amoraveis, a noção de todas as virtudes que para isso precisam de exercitar e crear em si. Não queria que fossem extraordinariamente instruidas senão aquellas que, por excepção, tivessem que dedicar-se aos misteres puramente intellectuaes. A's outras bastava que, sem deixar atrophiar em si nenhuma faculdade natural, as cultivassem sómente no grau necessario á felicidade e á harmonia de seu viver... (CARVALHO, 1903, p. 54).

Como foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a instrução feminina dependida de fatores jurídicos, sociais e culturais. Maria Amália Vaz de Carvalho sempre foi a favor de que a mulher fosse instruída, porém isto deveria se desenvolver de forma leve e dentro de suas “faculdades naturais” (CARVALHO, 1903, p. 54) que seriam a maternidade e a vida conjugal.

Devemos levar em consideração que a defesa radical da emancipação feminina era motivo de chacota entre a classe intelectual do país e pelo poder dominante masculino. Não é improvável que Maria Amália tivesse receio de se tornar alvo de críticas ferozes, como observamos neste trecho, em que a autora faz considerações relativas à sua indignação diante da submissão intelectual das

mulheres e ao modo depreciativo (“sabichonas”) pelo qual estas são vistas (fora e dentro de Portugal), quando sabiam um pouco mais do que o habitual:

Um ilustre escritor grego – de quem não citamos o nome, receosa de que algum perguntador nos dê sorte igual à que Molière e Castilho deram às *Sabichonas* – expôs deste modo todos os deveres da mulher perfeita:

– “Deve ser semelhante à abelha mestra; não sair de casa, exercer sobre os escravos activa vigilância, distribuir-lhes as tarefas diversas, tratar dos que estão enfermos, qualquer que seja o seu número e idade, receber e guardar cuidadosamente as provisões, zelar o fabrico do pão, das teias e dos vestidos, arranjar os utensílios da cozinha, conservando-os sempre muito limpos, e dando-lhes nomes que os distingam uns dos outros; amamentar e educar os filhos; e vestir-se com decência e asseio.”

A isto deviam limitar-se as aspirações de um coração que ama e deseja, de um espírito que se levanta pelo pensamento [...]. Um olhar para fora deste círculo asfixiante, uma vacilação no árido caminho deste Calvário, era-lhes castigada com as penas mais cruéis.

Deste despotismo masculino nasceu, como era de crer, a revolta. (CARVALHO, s/d, p.281-282).

Maria Amália chama a atenção para peça de Molière, reeditada por Castilho – “Sabichonas” – que ataca a afetação dos salões aristocráticos pelos modismos da falsa erudição, e o saber usado como instrumento de poder social. Ela não queria que suas reivindicações em favor da instrução feminina fossem confundidas com um capricho de mulher fútil, um conhecimento a favor da ornamentação de festas.

Na citação que abre este tópico vemos a autora afirmar que “não queria que fossem extraordinariamente instruídas senão aquelas que, por excepção, tivessem que dedicar-se aos misteres puramente intellectuaes” (CARVALHO, 1903, p. 54), o que comprova não ser ela contra as mulheres que se dedicavam integralmente à vida intelectual, muito embora considerasse mais conveniente a conciliação com o papel de esposa e mãe.

Críticos de hoje, como Ana Maria Costa Lopes, divergem desta opinião e revelam outro lado deste comedimento que Maria Amália dispensava em seus artigos:

Maria Amália Vaz de Carvalho, ao contrário, vive num mundo estático. As atribuições e funções sociais, profissionais e intelectuais estavam definidas sexualmente. [...]. Na sua mente prevalecia a função biológica tradicional das funções femininas. Mulheres como Francisca Wood<sup>29</sup> subvertiam os padrões sexuais, por ousarem invadir e usurpar áreas do poder masculino. Por isso, eram encaradas, neste século como mulheres-homens, [...] e, como tal, hostilizadas e segregadas. (LOPES, 2005, p. 374).

<sup>29</sup> Neste trecho a autora comenta da recusa de Maria Amália em colaborar com a revista *A voz feminina* de Francisca Wood.

Realmente a autora preferia para as mulheres o papel familiar ao social. Daí a afirmarmos que ela vivia “num mundo estático” vai uma distância. Seus escritos nos mostram, pelo contrário, que Maria Amália apontava diversas modificações no meio familiar, no do trabalho e no da instrução feminina.

Voltando às personagens da ficção amaliana para que se comprove a presença das reivindicações em favor da instrução feminina, temos Martha, de “A mestra”. Esta personagem, apesar de bastarda e de sua condição financeira desfavorável, se instrui a ponto de debater literatura com o filho dos patrões: Julião. Martha chega a ser tão ou mais inteligente e reflexiva do que ele, o que o surpreende muito e desperta no jovem um interesse pela moça.

Julião, o filho do commendador, tinha 23 annos quando Martha foi para casa do pai. Ao principio pouco reparou nella. Imaginava-a uma mestra como as outras, o mesmo livro tirado a centenas de exemplares. Reconheceu sómente que era um pouco mais bonita que a generalidade das suas collegas. Um dia, porém, que elle lia Göethe no original, e que uma phrase obscura do poeta o fazia parar na leitura um tanto impacientado e confuso, lembrou-se por acaso ou pressentimento – de recorrer á mestra de allemão de suas irmãs. Entrou na sala de estudo, com um certo desdem a transparecer-lhe na physionomia. Póde ser-se educado na Allemanha e não compreender o *Fausto*: o que era no entanto absolutamente impossivel, na opinião do moço, era não ter nunca estado na Allemanha e conhecer Göethe como um poeta nosso compatriota. Martha conhecia-o. Pegou no livro que Julião lhe estendia, deitou um relance de olhos para o verso de que se tratava, e depois, com um sorriso não isento de certa malicia innocente, explicou a Julião a idéa do poeta. Havia tanta clareza nas suas palavras, uma tão superior intuição artistica nos seus rapidos e despretenciosos commentarios, que o moço olhou para ella devéras espantado. Pareceu-lhe que a via pela primeira vez. (*Jornal do Commercio* – RJ, 06 out. 1878, p.1).

Neste conto há contraposições entre riqueza e pobreza, instrução e educação. A mestra era pobre, “desdenhada por tanta gente que lhe era inferior na intelligencia, na coragem, na distincção”. (*Jornal do Commercio* - RJ, 06 out. 1878, p.1). A família a que prestava serviços era rica, mas “não tinham ideas absolutas, tinham simplesmente ideas relativas, excitar a admiração parecia-lhes uma cousa réles e insignificante; o que elles querião era excitar a inveja” (*Jornal do Commercio* - RJ, 06 out. 1878, p.1). Todas as vezes que identificavam uma moça que possuísse algum saber que eles não tinham, e que por isso fosse admirada, logo exigiam de Martha que ensinasse às filhas, não para que pudessem desenvolver suas almas, e sim para que fossem mais “brilhantes”.

Martha acedia aos caprichos das meninas. Os pais não as incentivavam a ter ideias próprias, a refletirem. O importante para eles era que fossem bem educadas para que lograssem um casamento vantajoso.

Apesar de Martha não ser recompensada ao fim da trama, vemos uma crítica contundente à preferência das famílias burguesas pela educação fútil de suas meninas. Martha é contratada para desenvolver a intelectualidade das filhas, mas fazia o mínimo disto, ao contrário ensinava tudo o que a inveja daquela família desejava.

Em “Datas de uma vida” também observamos o erro apontado pela autora na educação. Lili desde criança é educada para um casamento rico. Vemos uma sucessão de valores deturpados, de sua mãe para Lili e dela para suas filhas. Os costumes portugueses de doutrinação para uma vida aristocrática são postos na mesa por Maria Amália. Observemos o trecho abaixo da publicação *Cartas a uma noiva*, onde a autora denuncia a falta de autonomia das meninas antes do casamento.

[...] já que os nossos costumes, ou demasiadamente prudentes, ou demasiadamente hipócritas, não permitem que uma menina, antes do casamento, seja outra coisa, além de um autômato, um ser incharacterístico e nulo, que responde *sim* ou *não* fazendo-se muito corada; escondendo tudo que lhe deixaram adivinhar; ocultando tudo que é e que sente; já que os nossos costumes nos dão como resultante essa criatura enigmática, que amanhã será mulher, mas na qual se não podem adivinhar sequer os mais essenciais lineamentos do caráter futuro[...]. (CARVALHO, 1891, p.21-22).

O conto mostra como os pais podem inibir o desenvolvimento de suas filhas, que, afinal, podem ter suas próprias ideias e desejos. A narrativa é dividida em seis partes: *A ida para o colégio*, *Durante as férias*, *A primeira comunhão*, *Na volta do baile*, *Dez anos depois* e *Na velhice*. Em todas há uma reflexão sobre a educação feminina. Lili passa a vida obedecendo regras e cumprindo o que lhe ditam os outros: primeiro ia para a escola em que a “mamã” escolhesse, depois seguia as normas de Mme. Maubry. Aprendia uma religião que não lhe fazia sentido, entrava em um baile e encontrava um noivo que não lhe agradava, porém era rico e isto era o que interessava. Vira condessa, é invejada, cobiçada, admirada, dava festas para suprir o desejo de ser cortejada e de despertar o ódio de alguns.

Na velhice, Lili percebeu que nunca conseguira ter nas mãos as rédeas da sua vida. Era rica, tinha tudo, porém o amor fora substituído pelo dinheiro, os valores

mais elevados pelas conveniências da vida social. Vivera refém do mundo dos homens.

A este respeito, observemos um texto de Maria Amália presente no livro *Cartas a uma noiva*, 1891:

Quem nasceu no *mundo*, – quer dizer, dentro daquela porção mínima da sociedade que a si própria se intitula o *mundo*, com modéstia edificante – o que deseja é que as filhas cheguem a realizar o ideal de *bonecas brilhantes* que as mãis ou já foram ou tiveram imensa pena de não ser!

Quando têm cinco anos, estas pobres crianças, vivendo numa perfeita e desorientada Babel – com a aia *inglesa*, a mestra *alemã*, a criada de quarto da mãe *parisiense* e uma professora de fora *italiana* – falam igualmente mal estas cinco línguas, e ficam ignorando completamente como se pensa na sua própria, ou mesmo em qualquer outra.

[...]

Habituada a *papaguear* em línguas diversas, a decifrar ao piano músicas brilhantes e de efeito seguro nos profanos, a agradar superficialmente, a viver de louvores, a vestir-se com muita elegância [...] – que é que a rapariga afeiçoada por esta educação brilhante e frívola deseja mais que tudo?

Aparecer. Manifestar-se. Surpreender e deslumbrar.

[...]

Quando chega a hora de entrarem no mundo, estão, já se vê, perfeitamente aptas para fazerem o casamento brilhante e rico a que foram destinadas desde o primeiro dia da sua curta existência.

Na escolha que lhes é permitido fazer [...] – atendem principalmente, nessa escolha, por força limitada e sujeita a conveniências sociais – as qualidades que ao primeiro relance de olhos percebem, ou à riqueza, que pode ser-lhes origem dos gozos mais inebriantes e mais apaixonados.

[...]

Dali em diante, a vida destas mulheres subordina-se a um tirano inflexível que é o *mundo*, que é a sociedade, para a qual foram feitas e criadas. (CARVALHO, 1891, p. 89-94).

Era tudo que o Comendador de “A mestra” queria para suas meninas e que a mãe de Lili desejava para ela. Lili perdoa sua mãe por toda a vida frívola que vivera e também espera o perdão das suas filhas, pois seguiu o caminho que sua mãe lhe traçara, tornando-as incapazes da reflexão por conta própria, importando-se somente com “o mundo” (CARVALHO, 1891, p.94).

Neste conto a instrução fica em segundo plano, é algo menor dentro do futuro “brilhante” que espera Lili. Vejamos:

[...] Perguntaste o que lá ensinão?

– Oh! A esse respeito podes estar descançadíssima.

Uma perfeita educação de senhora. Mme. Maubry é o typo da parisiense delicada e graciosa.

Tem um cuidado inexcédível com as maneiras das discipulas, com o seu modo de se apresentarem, com a sua *toilette*.

Disse-me ella que tinha por systema dar-lhes desde muito cedo o gosto de agradarem na sociedade, de excitarem em torno de si uma sensação agradável...



impregna-las daquela graça especial que constitue a mulher do mundo!... Approvo immenso aquella maneira superior de entender a vida social.

- Mas não me fallaste ainda da instrucção que recebem as discipulas...

- Oh! Já se vê, correspondente ao resto. Linguas... nas linguas Mme. Maubry tem um apuro especial. Piano, canto, um pouco de historia, de geographia, dansa, desenho, varios bordados, etc., etc. Creio que é o sufficiente para brilhar entre as primeiras. (*Jornal do Commercio* - RJ , 12 set. 1879, p.1).

Reparemos que a amiga pergunta sobre a instrução e a mãe diz muito da educação e quase nada do que foi perguntado. O importante era ser a mais prendada, a mais bonita e brilhante entre as moças da sociedade. Elas aprendem boas maneiras, línguas, como se vestir, como comer, como falar, como andar, mas não aprendem a pensar, a refletir sobre o que lhes é ensinado. Isto traz a Lili grande desgosto, quando ao fim da vida percebe que por conta de futilidades não fora boa mãe nem boa esposa, viveu em benefício próprio.

No fim de contas a sua vida não fôra mais do que um sonho frustrado, a carreira impetuosa e desvairada atrás de uma sombra que sempre fugia!

Não tivera as livres e salutaes expansões da alegria infantil, não tivera os sonhos cariciosos e idéaes da adolescencia, não fôra filha, nem amante, nem esposa, nem mãe!

Agora já não saberia ao menos ser avó!

E pelos recantos sombrios do aposento enorme, a condessa julgou ver deslizar uma pequenina figura de cabeça amarellada e loura, uma figurinha que dava pelo nome de Lili!

Era o phantasma saudoso da sua infancia que passava!

- Minhas filhas, murmurou baixinho a altiva senhora, perdoai-me pelo amor de Deus, assim como neste momento eu perdô-o á minha mãe! (*Jornal do Commercio* - RJ, 12 set. 1879, p.1).

Ela não teve nenhuma outra preocupação em sua vida senão a busca pelo dinheiro, títulos e admiradores. Conseguiu tudo isto, mas à custa de preterir desde sua infância todas as outras felicidades que cada fase da vida tem. Maria Amália traça uma vida em poucas linhas para mostrar o quanto uma educação voltada apenas para o triunfo dos homens pode destruir subjetivamente uma mulher.

Em direção oposta a este conto temos “Em casa de Mme X”. Aqui vemos, talvez, o que consideramos a experiência mais saudável de lar para a autora. Não há vida social intensa, vive-se com humildade, dando valor ao trabalho e à reflexão. Todas as meninas sabem afazeres domésticos, entendem de artes, dança e música e expõem suas ideias com tranquilidade e clareza. Madame X, certa de que a instrução voltada para o interior de seus lares é mais fecunda para as meninas, dirige-as para tal vida. Maria Amália acreditava que o fim principal da instrução provinha não de estudos somente da gramática, geografia, história, da forma fria

como se eram dados nos liceus, mas sim das experiências cotidianas. Vejamos como ela discorre sobre isto:

– O fim da instrução é conhecer o mundo que nos cerca e envolve – responde o meu ignorante instinto – é conhecer as leis a que êste mundo se subordina, o sistema universal de que êle faz parte, os aspectos que êle apresenta aos nossos olhos, as transformações que o tempo nêle tem operado, os fenómenos de ordem física e de ordem moral de que êle é o teatro permanente e o permanente colaborador. (CARVALHO, 1891, p. 131).

Observemos que o ensino para Maria Amália deve ser composto da experimentação e não de currículos formados por saberes não aplicáveis adquiridos pelos livros como “definições incompreensíveis e abstractas [...], extensas nomenclaturas sem vida e sem sentido” (CARVALHO, 1891, p. 131) dadas pelas escolas da época. A função da instrução feminina baseava-se na aplicabilidade dos conhecimentos, por isto a defesa desta, para ser utilizada na educação dos pequenos.

Os contos de Maria Amália mostram as transformações de uma sociedade que submetia as mulheres à clausura e à ignorância. De acordo com a visão amaliana esta sociedade só alcançaria um ideal de equilíbrio quando valorizasse o intelecto feminino em prol da construção conjunta de uma vida harmoniosa e igualitária para homens e mulheres, o que, por conseguinte, seria o início de uma sociedade sem privações de direitos, com mais justiça.



Figura 11 - *D. Maria Amália Vaz de Carvalho* – Disponível em: [http://www.if\\_santacatarina.pt/historia.html](http://www.if_santacatarina.pt/historia.html)

## CONCLUSÃO

Em princípio, o que mais desperta a curiosidade de quem se aventura a pesquisar a produção literária feminina do século XIX é, sem dúvida, a contradição de opiniões presente nas críticas a este respeito. Os diversos porquês movem o pesquisador a tentar desvendar o motivo pelo qual estas mulheres são tão desprestigiadas, por exemplo, nas histórias literárias. Em se tratando de Maria Amália Vaz de Carvalho, tudo fica mais controverso, pois sua obra foi admirada pelos seus contemporâneos e é rechaçada pelos críticos de hoje, o que nos levou a crer numa importância de sua contribuição para a reflexão do feminino no século XIX.

O século vitoriano carregou consigo grandes transformações, principalmente no que diz respeito às mulheres. O senso comum considera muito as vitórias alcançadas no século XX, porém toda a indignação e a movimentação em prol da liberdade do pensamento feminino nasceu no século XIX, seja de forma radical, como no modelo anglo-saxão, seja mais moderada, como no modelo francês.

Procuramos provar, ao analisar seus contos e suas opiniões, que, da sua maneira, ela colaborou para o desenvolvimento intelectual das mulheres. Nisto discordamos de posições como a de Ana Maria Costa Lopes, que vê a obra de Maria Amália Vaz de Carvalho como estática, reacionária, contra o movimento de libertação feminina.

Defendemos que Maria Amália parece ter evitado o confronto direto com o poder instituído dos homens. Apoiava sim o lugar da mulher na família, possuía opiniões que as levavam a cumprir este papel e procurava apoiá-las em favor do casamento nos moldes de então. Tudo isto o leitor encontrará nas obras de Maria Amália. No entanto, a autora também contribuiu, a seu modo, para a emancipação intelectual das mulheres.

No interior de seus lares, cuidando de suas famílias e exercendo o papel considerado biológico, a mulher necessitava instruir-se, desenvolver seu intelecto, deixar a vida fútil das modas, festas e salões e refletir sobre a vida e os acontecimentos junto com seu marido. O companheirismo no casamento é a expressão-chave para que se entenda a verdadeira contribuição da obra deixada por Maria Amália.

Apoiar certo domínio do homem sobre a mulher e aceitar passos tão vagarosos em relação ao fim da subserviência, por vezes pode parecer conformismo, mas, se analisarmos atentamente as estratégias que o feminismo português utilizou, veremos que a autora não se desviava do propósito. A tática de utilização da maternidade – considerada função natural da mulher – como forma de acesso ao conhecimento foi difundida por ela. Os fundamentos eram: pensar na primeira “escola” dos futuros cidadãos portugueses, que eram os seus lares, e suas primeiras “mestras”, suas mães; refletir sobre um futuro próspero da nação através da instrução destas mães, do desenvolvimento de sua intelectualidade, para que seus filhos também fossem mais bem preparados para a vida.

Esta vertente, que apoiava a instrução utilitária para as mulheres, ganhou força no século XIX. As mães deveriam instruir-se, desenvolver-se, para que seus filhos tivessem uma primeira educação frutífera. O medo dos malefícios causados por uma educação errônea favoreceu o argumento em prol da educação das mulheres.

Maria Amália Vaz de Carvalho também utilizou esta argumentação. Propôs mudanças moderadas, sutis, porém astutas, em benefício das mulheres, suas leitoras, portuguesas e brasileiras. A família e a sociedade, tal como alguns aspectos políticos, são contemplados, em suas páginas, com ênfase na vida das mulheres no século XIX. Suas “prisões” são explicitadas, e questionadas, por vários ângulos.

Seus personagens transitam pela sociedade, apontando efetivas transformações nas convenções e no comportamento. Se Maria Amália estivesse pensando um mundo imóvel, não teríamos Valentina e Margarida, personagens de “A estréia do delegado” e “Duas faces de uma medalha”, desobedecendo a convenções e movimentando-se para conseguir um casamento por amor. A mesma Margarida é vista, no final da trama, como lutadora pela sobrevivência. Ela não se acomoda e trabalha dignamente pelos seus filhos.

Também não teríamos o arrependimento de Lili, em “Datas de uma vida”, por viver uma vida voltada para as vontades masculinas de exibição da mulher, uma vida de futilidades sem desenvolvimento intelectual; nem muito menos Madame X, que critica a educação das moças portuguesas e volta-se para um casamento de ensino e aprendizagem contínua.

As reivindicações da autora são colocadas de forma perspicaz, em meio a assuntos cotidianos do ambiente familiar. Insere problemas que denunciam a

evidente mudança de comportamento das mulheres. Em um país controlado por um código civil que cerceava o desenvolvimento feminino e que lhes garantia poucos direitos como cidadãs, Maria Amália mostrava – parece-nos – o que era possível e aceitável para melhorar, fosse como fosse, a condição feminina.

Diferentemente de outras mulheres que preferiram escrever para jornais predominantemente femininos, Maria Amália, com sua aparente reverência ao mundo masculino, conseguiu penetrar em jornais influentes das elites, tal como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, objeto de nossa pesquisa. Suas ideias eram lidas por homens e mulheres, seus temas entravam em reflexões.

Em seus artigos, de forma mais cuidadosa, acusava os homens de relegar a mulher à escuridão intelectual, como observamos abaixo:

O homem transfigurou completamente a sua vida, a sua constituição social, e deixou que a educação da mulher continue a sujeitar-se ao molde que antigamente lhe convinha o que hoje está em completo desaccôrdo com sua missão na sociedade e na família.

Daqui um perigoso e triste desequilíbrio de que ninguém analisa a origem e de que todos lamentão os funestos resultados! (*Jornal do Commercio* – RJ, 23 fev. 1878, p.1).

O “perigoso e triste desequilíbrio” (*Jornal do Commercio* – RJ, 23 fev. 1878, p.1), a que a sociedade estava exposta teria de ser modificado pelos homens, afinal, eles que detinham o poder. Cabia à mulher letrada – que tivesse liberdade suficiente para tal – “animar as mulheres a que se [revistissem] de força, de coragem, de boa vontade, para resolverem ellas a pouco e pouco, empregando a tenacidade, o estudo, o esforço intelectual de que são capazes” (*Jornal do Commercio* – RJ, 23 fev. 1878, p.1).

Já na ficção, vemos uma defesa mais contundente, porém que corrobora o pensamento descrito acima, através de Martha de Vasconcelos de “A mestra”, por exemplo. Seu pai lhe deu instrumentos e ela se instruiu cada vez mais para superar as dificuldades que se prenunciavam. É tão ou mais culta que o filho dos burgueses para os quais trabalhava. Martha é uma mulher solitária, por isso vive triste, mas há nela a luz da intelectualidade que Maria Amália busca para as mulheres.

As diversas personagens analisadas na ficção de Maria Amália Vaz de Carvalho nos apresentam uma multiplicidade de transformações sociais, retratam aquilo que parece não pertencer ao século das aparências, mas que a autora desvela através de sutis fatos cotidianos. Os conflitos e percalços femininos que, na

maioria das vezes, tornam-se secundários na obra dos autores do século XIX, tomam *status* de ações-protagonistas nos contos de Maria Amália, fazendo-nos repensar o comportamento feminino no século XIX.

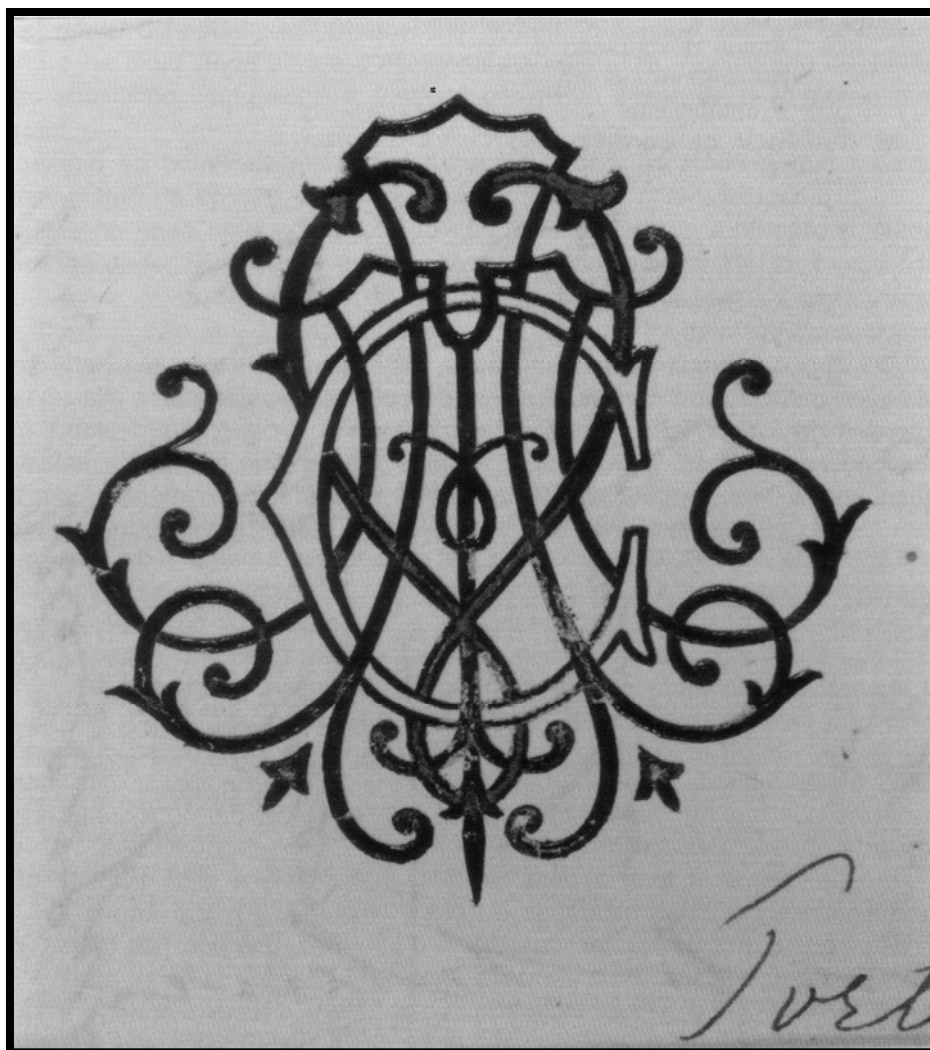


Figura 12 - Monograma de Maria Amália Vaz de Carvalho - Fonte: "Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho", de Amaro Carvalho da Silva, 1997.



## REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, Vanda. *Sonetos - Marquesa de Alorna*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Carta Constitucional*. Lisboa: Impressão Régia Anno 1827. Disponível em: <<http://purl.pt/11484>>. Acesso em: 11 mar. 2012. 1 fotografia, color.

\_\_\_\_\_. *Código civil portuguez*/ annot. José Dias Ferreira. 5 v. Lisboa: Impr. Nacional, 1870-1876. Disponível em: <<http://purl.pt/12145/4/>>. Acesso em: 11 mar. 2012. 1 foto., color.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *A mensageira* – Revista dedicada às mulheres brasileiras. ALMEIDA, Julia Lopes de. *Entre amigas*. 15 de outubro de 1897. Revista. Anno I, n.1, São Paulo. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per352438\\_contente/per352438\\_item1/P2.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per352438_contente/per352438_item1/P2.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2012.

BRANCO, Camillo Castello. *A Marquiza da Alorna*. In: *Esboços de apreciações litterarias*. Porto: V.M. Editora, 1865.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Código Civil Brasileiro* [1916]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm). Acesso em: 11 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Código Criminal do Império* [1830]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. *Código de Processo Criminal do Império* [1832]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2012.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *A vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein*. 3 volumes, Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Luíza – Moral, Educação e Costumes*. Porto: Barros & Filha Editores, 1886.

\_\_\_\_\_. *Cartas a uma noiva*. 8.ed. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cerebros e corações*. Lisboa: A.M Pereira Livraria-Editora, 1903. (Bibliotheca do Cura de Aldeia)

\_\_\_\_\_. *Contos e Phantasias*. Porto: Editor Joaquim Antunes Leitão ,1880.

\_\_\_\_\_. *Mulheres e Crenças – Notas sobre educação*. Porto: J.A. Leitão & Irmão,1880. (Bibliotheca do Cura de Aldeia)

\_\_\_\_\_. *Páginas Escolhidas*. Lisboa: Portugal-Brasil. – Sociedade Ed., 1920.

\_\_\_\_\_. *Scenas do século XVIII em Portugal – A Marquesa de Alorna*, Lisboa: Portugal-Brasil . – Sociedade Ed., s/d.

\_\_\_\_\_. *Serões no Campo*. Porto:Editorial Domingos Barreira, s/d.

\_\_\_\_\_. *Uma Primavera de Mulher*. Lisboa: Typographia Franco Portuguesa, 1867.

\_\_\_\_\_ ; CRESPO, Gonçalves. *Contos para nossos filhos*. 3. ed. Porto: Empreza Litteraria e Typographica-Editora (Bibliotheca do Cura da Aldeia), 1985. (Bibliotheca do Cura da Aldeia)

CASTILHO, António Feliciano de. *Novas telas literárias*. Lisboa: Empreza da história de Portugal, 1908.v.III

\_\_\_\_\_. O clero e as mulheres. In: *Felicidade pela agricultura* . 2.ed. Lisboa: Livraria Barateira, 1903. v. 4.(Obras Completas)

CASTRO, Augusto de. D.Maria Amália Vaz de Carvalho. In: CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Cartas a uma noiva*. 8. ed. Porto: Imprensa Portuguesa, 1891.

FERREIRA, Joaquim. *Prefácio*. In: CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Serões no Campo*. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.

FERREIRA, José Dias. *Anotações do Código Civil*. In: *Código civil portuguez*. 5 v. Lisboa: Impr. Nacional, 1870-1876. Disponível em:< <http://purl.pt/12145/4/>>. Acesso em: 11 mar. 2012. 1 fotografia, color.

FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Colarres. *Dicionário de Escritoras Portuguesas: Das origens à atualidade*. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2009.

FUX, Luiz. *Curso de direito processual civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 1

GARRETT, Almeida. *Cartas íntimas*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello & Irmão, 1963. v. 1.

GARRETT, Almeida. Da educação. In: \_\_\_\_\_. *Obras completas*. Lisboa: Círculo de Leitores, s/d.

\_\_\_\_\_. *O Arco de Sant'Ana*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978. (Os grandes romances históricos).

GARRETT, Almeida. Discurso - Extracto da sessão de 19 de julho da sociedade literária patriótica, 8 ago, 1822. *Jornal da Sociedade Litteraria Patriótica*, 19 jul, 1822. Economia política. Secção 2.

GAY, Peter. *A Experiência Burguesa: Da Rainha Vitória a Freud – A Paixão Terna*. Trad.: Sérgio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GAY, Peter. *O Século de Schnitzler – A formação da cultura da classe média – 1815 – 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, Elina. A mulher portuguesa na legislação civil. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. xxii, n. 92-93, 1986. Disponível em: <[analisesocial.ics.ul.pt](http://analisesocial.ics.ul.pt)>. Acesso em: 11 mar. 2012.

JORNAL DO COMMERCIO – RJ. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Texto de apresentação sem título*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Anno 57, n. 54, p. 1, 23 fev.1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Cartas de um marido*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Anno 57, n. 105, p. 1; 15 de abril de 1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A morte de Bertha*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Anno 57, n. 110, p.

1; 20 de abril de 1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

JORNAL DO COMMERCIO – RJ Maria Amália Vaz de *Carvalho*. *A gratidão do Marquez*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 57, n. 218, p. 1; 06 de agosto de 1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *O pharoleiro / O filho da viuva*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 57, n. 273, p. 1; 30 de setembro de 1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A mestra*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 57, n. 279, p. 1; 06 de outubro de 1878. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *As datas de uma vida*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 58, n. 254, p. 1; 12 de setembro de 1879. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Duas faces de uma medalha*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 58, n. 257, p. 1; 15 de setembro de 1879. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Uma historia verdadeira*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 59, n. 14/16/24, p. 1; 14, 16 e 24 de janeiro de 1880. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Em casa de M<sup>me</sup> X*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 59, n. 28, p. 1; 28 de janeiro de 1880. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Os remorsos do Brasileiro*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 57, n. 117, p. 1; 27 de abril de 1880. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A mulher do ministro*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 57, n. 174, p. 1; 24 de junho de 1880. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A estréia do delegado*. Seção Folhetim do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, Ano 59, n. 241, p. 1; 30 de agosto de 1880. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A marquiza d'Alorna e o seu tempo - Durante a reação de D.Maria I (trecho desta obra inédita)*. Seção Litteratura, Rio de Janeiro, Ano 70, n. 108, p. 1; 17 de abril de 1892. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *A sociedade e a literatura portuguezas no seculo XVIII – O duello entre o Marquez de Pombal e a nobreza (trechos de um livro inédito)*. Seção Litteratura, Rio de Janeiro, Ano 70, n. 212, p. 1-2; 31 de julho de 1892. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

\_\_\_\_\_. Maria Amália Vaz de Carvalho. *Sociedade Portuguesa no seculo VII – Fragmentos de uma obra inédita – D.Maria I e D.Pedro III*. Seção Litteratura, Rio de Janeiro, Ano 70, n. 310, p. 1; 06 de novembro de 1892. (Disponível em microfilme na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

LISPECTOR, Clarice. *Correio feminino*. Aparecida Maria Nunes (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

\_\_\_\_\_. *Só para mulheres – Conselhos, receitas e segredos*. Aparecida Maria Nunes (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

LOPES, Ana Maria Costa. *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos – Percursos de modernidade*. 1. ed. .Lisboa: Editora Quimera. 2005.

PERROT, Michelle. *História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. v. 4.

\_\_\_\_\_. *Mulheres públicas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

QUEIRÓS, Eça de. *O primo Basílio*. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d. (Coleção mestres da literatura brasileira e portuguesa, n. 36).

\_\_\_\_\_. *Os Maias*., Porto Alegre: L&PM, 2005. (Coleção L&PM Pocket, nº 442-443).

SAAD, Martha Solange Scherer. A Evolução jurídica da mulher na família. In: BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins ; ANDREUCCI Ana Cláudia Pompeu Torezan (Orgs.). *Mulher, sociedade e direitos humanos* São Paulo, 2010.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007 – de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Editora Quorum, 2007.

BRASIL. Senado Federal. Congresso Nacional. *Regulamento 737* [1850]. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=64752&norma=80659>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

SILVA, Amaro Carvalho da. *Esboço da Vida e Obra de Maria Amália Vaz de Carvalho*. Edição Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho. Execução Gráfica, Câmara Municipal de Lisboa, Imprensa Municipal, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. atual.. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TORGAL, Luís Reis. Instrução Pública. In: MATTOSO, José (Org.) *História de Portugal: O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 2008. v.5.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Instituto de História e Teoria das Ideias. *Ordenações Filipinas*. 5 livros. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>> Acesso em: 11 mar. 2012. 1 foto.color.

VAQUINHAS, Irene. *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

VICENTE, Ana. Antifeminismo – A resistência ao evidente. In: MARUJO, António; FRANCO, José Eduardo. *Dança dos demónios – Intolerância em Portugal*. Temas e debates – Lisboa: Círculo de leitores: 2009.



**BIBLIOGRAFIA**

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício T. *História da sociedade brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Maria Angélica. A educação feminina no Brasil do entre-séculos (xix e xx) - imagens da mulher intelectual. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal, 2003. *Anais...* Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0540.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2012.

BARROS, Teresa Leitão de – *Maria Amália Vaz de Carvalho*. Lisboa: Edições Panorama, 1961. (Páginas Portuguesas; 31)

BIBLIOTECA Acadêmico Luiz Viana Filho. Portal O Senado, Comissão de juristas encarregada de elaborar anteprojeto de Novo Código de Processo Civil. O código de processo civil de 1973 e suas alterações. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/CPC\\_ALTERA%C3%87%C3%95ES.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/novocpc/pdf/CPC_ALTERA%C3%87%C3%95ES.pdf)> Acesso em: 11 mar. 2012.

CARVALHO, Domitila de. *Maria Amália Vaz de Carvalho*. Lisboa: [s.n.], 1930.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Coisas d'Agora*. Lisboa: A.M. Pereira Livraria-Editora, 1912.

CASCÃO, Rui; VAQUINHAS, Irene. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 2008. v.5.

DUBY, Georges ; PERROT, Michelle (Org.) *História das mulheres no Ocidente*. Século XIX. Porto: Afrontamento, s/d. v. IV.

DUBY, Georges ; PERROT, Michelle (Org.) *História das mulheres no Ocidente*. Século XX. Porto: Afrontamento, s/d. vol. V.

FERRÃO, António . D. Maria Amália Vaz de Carvalho e a sua obra. In: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Imprensa da Universidade, Coimbra, 1923 v. XIV.

FIGUEIREDO, Antero de. *Maria Amália Vaz de Carvalho* (Discurso na Academia das Ciências, 17 de março de 1918), Lv. Aillaud e Bertrand, Paris-Lisboa, 1918. Rio de Janeiro: F. Alves, 1918.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges ; PERROT, Michelle (Org.) *História das mulheres no Ocidente*. Século XIX. Porto: Afrontamento, s/d. v.. IV.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. *Maria Amália Vaz de Carvalho*., Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s/d. v. vi.

MACIEL, José Fábio Rodrigues .*Ordenações Filipinas* – considerável influência no direito brasileiro. In: *Jornal Carta Forense (on-line)*, 2006. Disponível em: <<http://www.carteforense.com.br/Materia.aspx?id=484>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

MICHELET. Jules. *A Mulher*. Trad. Maria Ermantina Galvão G.Pereiral.São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Clássicos).

OLIVEIRA, Américo Lopes de ; VIANA, Mário Gonçalves. *Dicionário Mundial das Mulheres Notáveis*. Porto: Lello & Irmão-Editores, 1967. p 216-217.

SERRÃO, José. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987. (Coleção Horizonte, 48)

## APÊNDICE – Bibliografia ativa de Maria Amália Vaz de Carvalho

### 1. Livros:

- **Uma Primavera de Mulher, 1867**
  - × Typographia Franco Portuguesa, Lisboa, 164 pp. (com prólogo – “Conversa ao reposteiro” – de Tomás Ribeiro e uma carta de Castilho, é um poema em 4 cantos. Esta obra marca o início da carreira literária da autora).
  
- **Vozes do Ermo, 1876**
  - × Livraria Editora de Mattos Moreira e C.<sup>a</sup>, Lisboa, 152 pp. (com prólogo de Latino Coelho, é uma coletânea de poemas que vão de 1868 a 1875).
  
- **Serões no campo, 1877**
  - × Editores-Mattos Moreira e C.<sup>a</sup>, Lisboa, 238 pp. (Coletânea de 8 textos de diferentes gêneros: contos, crítica literária, etc.)
  - × Edição (?): Editorial Domingos Barreira (Colecção Portuguesa nº 46), introdução e revisão de Joaquim Ferreira, Porto, s.d., 326 pp.
  - × Edição de 1974: Porto Editora-Lda (Colecção Portuguesa), introdução e revisão de Joaquim Ferreira, Porto, 1974, 296 pp.
  
- **Arabescos – Notas e Perfis, 1880:**
  - × David Corazzi-Editor, Lisboa, 232 pp. (coletânea de textos: Miguel Ângelo e Victoria Colonna, um episódio da vida de Goethe, o riso, Renan e a Academia Franceza, D. Sebastião e a Savonarola).
  
- **Contos e Phantasias, 1880:**
  - × Editor Joaquim Antunes Leitão (Bibliotheca do Cura da Aldeia), Porto, 320 pp.
  - × 2ª edição: Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria e Editora, Lisboa, 1905, 312 pp.
  - × Edição (?): Esfera do Caos Editores, coleção Esfera das Letras, Lisboa, 2007, 216 pp.

- **Mulheres e Creanças – notas sobre educação, 1880:**
  - × Editores Joaquim Antunes Leitão & Irmão (Bibliotheca do Cura da Aldeia), Porto, 312pp.
  - × 2ª edição: Empreza Litteraria e Typographica-Editora (Bibliotheca do Cura d'Aldeia), Porto, 1887, 312 pp.
  - × 3ª edição: Companhia Portugueza Editora (Bibliotheca do Cura d'Aldeia), Porto, 1916, 312 pp.
  - × 4ª edição: Companhia Portugueza Editora (Bibliotheca de Educação Feminina, 9), Porto, 1921, 244 pp.
  - × Edição (?): Editora Educação Nacional (Biblioteca da Mulher), Porto, 1938, 292 pp.
  
- **Contos para nossos filhos, 1882[?]**
  - × \_Colleccionados e traduzidos em colaboração com Gonçalves Crespo, Porto.
  - × 3ª edição: (Approvados pelo Conselho d'Instrucção Publica para uso das Escolas Primarias que manteve-se até a 11ª edição) – Empreza Litteraria e Typographica-Editora (Bibliotheca do Cura da Aldeia), Porto, 1885, 320 pp, sem ilustrações.
  - × 4ª edição: Empreza Litteraria e Typographica-Editora, Porto, s.d. [1906?], 298 + 6 pp., ilustrada com 8 chromos-typographicos de pagina e 92 gravuras intercaladas notexto.
  - × 8ª edição: Companhia Portugueza Editora-Lda., Porto, 1915, 296 + 8 pp., ilustrada com 8 chromos-typographicos de pagina e 92 gravuras intercaladas no texto.
  - × 10ª edição: Companhia Portuguesa Editora-Lda., Porto, s.d. [1940?], 296 pp., ilustrada com 8 chromos-typographicos de pagina e 92 gravuras intercaladas no texto.
  - × 11ª edição: Manuel Barreira-Editor / Livraria Simões Lopes, edição revista e prefaciada pelo Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, Porto, 1956, 306 pp., ilustrada com desenhos (alguns a cores) de Cristiano Carvalho e Irene Mariaes.
  
- **Cartas a Luíza – Moral, Educação e Costumes 1886**
  - × Barros & Filha Editores, Porto, 288 pp.
  - × 2ª edição: Companhia Portuguesa Editora-L.da, Porto, s.d. [1928?], 252 pp.
  - × 3ª edição: Editora Educação Nacional (Biblioteca da Mulher), Porto, 1938, 280 pp.
  - × Edição (?): Editora Educação Nacional, colecção Biblioteca da Mulher, Lisboa, 1940, 180 pp.

- **Alguns Homens do meu Tempo (Impressões Litterarias), 1889**
  - × Editores-Tavares Cardoso & Irmão / Santos & Vieira – Empreza Litteraria Fluminense, Lisboa, 362 pp. (Maria Amália analisa a personalidade e obra dos seguintes homens: Gonçalves Crespo, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Antero de Quental, António Cândido, Teixeira de Queiroz, Octave Feuillet, irmãos Goncourt e Georges Sand.)
  
- **Chronicas de Valentina, 1890**
  - × Editores Santos & Vieira / Editores Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 354 pp. (com prefácio de Ramalho Ortigão)
  
- **Cartas a uma noiva, 1891**
  - × Editores Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 354 pp.
  - × 2ª edição: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, Lisboa, 1899, 340 pp.
  - × 3ª edição: Editores Santos & Vieira / Empreza Literária Fluminense, Lisboa, 1919, 320 pp.
  - × 4ª edição: Editores Santos & Vieira / Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1919, 300 pp. (com um discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Augusto de Castro na Academia das Ciências de Lisboa, na sessão comemorativa do 5º aniversário literário da autora. Este discurso continua nas edições seguintes.)
  - × 5ª edição: Empresa Literária Fluminense-Lda., Lisboa, 1923, 282 pp.
  - × 7ª edição: Empresa Literária Fluminense-Lda., Lisboa, 1930, 276 pp.
  - × 8ª edição: Empresa Literária Fluminense-Lisboa / Livraria H. Antunes-Rio de Janeiro, s.d. [1946?], 280 pp;
  - × 10ª edição: Porto Editora-Lda. (Coleção Portuguesa, nº 38), Porto, s.d., 236 pp.
  - × Edição de 1973: Porto Editora (Coleção Portuguesa), Porto, 1973, 236 pp.
  - × Edição de 1979 (4ª ed. rev.): Porto Editora-Lda. (Coleção Portuguesa), Porto, 1979, 236 pp.
  
- **A arte de Viver em Sociedade, 1895**
  - × Livraria de Antonio Maria Pereira-Editor, Lisboa, 228 pp. (livro da etiqueta aristocrática e das boas maneiras destinado aos encontros e reuniões sociais)
  - × [2ª edição]: Livraria de Antonio Maria Pereira-Editor, 1897, 228 pp.
  - × 3ª edição: Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 1901, 254 pp.
  - × 5ª edição: Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 1920, 254 pp.

- × 6ª edição: Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 1924, 254 pp.
  
- **Pelo mundo fóra, 1896**
  - × Livraria de António Maria Pereira-Editor, Lisboa, 270 pp.
  
- **A vida do Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein, 1898-1903**
  - × 3 volumes: Imprensa Nacional, Lisboa, 1898 – 564 pp; 1901 – 646 pp e 1903 – 582 pp.
  
- **Em Portugal e no estrangeiro (Ensaio Críticos), 1899**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 360 pp.
  
- **Figuras de hoje e de hontem, 1902**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 310 pp.
  
- **Cérebros e corações, 1903**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 278 pp.
  
- **As nossas filhas – cartas às mães, 1904/1905**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 278 pp.
  - × 2ª edição: Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 1905/1906, 280 pp.
  
- **Ao correr do tempo, 1906**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 294 pp.
  
- **No meu cantinho – (Homens - Factos - Ideias, 1909**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 305 pp.

- **Impressões de história, 1910/1911**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 266 pp. (colectânea de textos, sendo, na 1ª parte, reflexões sobre a História e na, 2ª parte, diversos artigos, essencialmente de crítica literária, publicados em diversos jornais, sobretudo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Alguns textos trazem data (1894 a 1910.)
  
- **Coisas d'Agora, 1912/1913**
  - × Parceria Antonio Maria Pereira-Livraria Editora, Lisboa, 240 pp.
  
- **A Marquesa de Alorna – A Sociedade e a Literatura do seu Tempo 1913**
  - × In Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa, vol. VI-1912, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp313-459. (Na última página refere-se em nota de rodapé: “*O que se publica aqui da Marquesa de Alorna é o princípio dum longo e documentado estudo que a auctora tinha projectado e por varias razões, alheias da sua vontade não poude completar.*” Este estudo foi reeditado integralmente com o título: **Scenas do século XVIII em Portugal – A Marquesa de Alorna**, Portugal-Brasil Lda. – Sociedade Editora, Lisboa, s.d. [1921?], 238 pp.
  
- **Páginas escolhidas, 1920**
  - × Portugal-Brasil Lda. – Sociedade Editora , Lisboa, 270 pp. (colectânea de textos escolhidos oriundos da obra editada na Livraria António Maria Pereira)

## 2. Traduções feitas pela autora:

- **Heroísmos do Clero, 1876**
  - × De General [Joachim Marie Jean Jacob Alexandre Jules] Ambert, Livraria Editora de Mattos Moreira & C.ª, Lisboa, 368 pp – Trad. Do Francês.
  
- **O noivo da menina 1876**
  - × De Victor Cherbuliez, Coimbra.
  
- **Rafael, 1889**
  - × De [Alphonse Marie Louis de Prat de] Lamartine, Lisboa.

- **Aventuras d'um Polaco, s.d. [1891?]**
  - × De Victor Cherbuliez, 2 vol., Livraria de Antonio Maria Pereira ( Colecção Antonio Maria Pereira), Lisboa, 196 pp. (vol. 1) e 194 pp (vol. 2)
  
- **O Pescador da Islândia s.d. [1900]**
  - × De Pierre Loti (pseudônimo). Aillaud-Alves & C.<sup>a</sup>, Lisboa (Livraria Bertrand), 5<sup>a</sup> edição, 376 pp.
  
- **O Assalto**
  - × De Henry Bernstein.

### 3. Opúsculos, números únicos e in memoriam:

- **Um conto – Carta a Luiza**, Typ. Castro Irmão, Lisboa, 1885, 16 pp.
- **Trecho d'um folhetim mandado para o Brasil** – “Escolas Moveis pelo Methodo de João de Deus”, in *A Gymnastica*, Lisboa, 17/05/1885, PP 11-13.
- **Duas imitações de Henri Heine** – poema, in *Feixe de Pennas* de AAVV, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1885, PP. 59-63.
- **Notas d'uma viajante... nas salas** – in *Feixe de Pennas* de AAVV, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1885, PP. 137-141.
- **A mulher do Ministro** – conto, in *Contos de Toda a Parte* de AAVV, Typographia do *Jornal do Commercio*, Lisboa, 1886, PP. 5-20.
- **Grinalda Litteraria** – in *No Tejo* (Publicação de Caridade), Typographia Elzeviriana, Lisboa, 1887, p. 13;
- **Revolvendo as Cinzas** – Diário de Notícias, Typographia Universal, Lisboa, 1889, pp. 5-36.
- **A Duse** – in *A Duse* (nº único), Typ. E Lith da Comp. Nac. Editora, Lisboa, abril, 1898.
- **Maria de Melo (Sabugosa)** – in *Maria (In Memoriam)*, Officina typographica da Parceria Antonio Maria Pereira, Lisboa, 1902/1903, pp. 41-45.
- **Sousa Martins – traços soltos de uma grande figura** – in *Sousa Martins (In Memoriam)*, Typographia da Casa da Moeda, Lisboa, 1904, pp. 41-52.
- **Duqueza de Palmella In Memoriam** – separata do I *Jornal do Commercio*-Rio de Janeiro, Typographia Castro Irmão, Lisboa, 1910, 22 pp.
- **Alma religiosa** – Magalhães & Moniz Lda – Editores, (separata, Porto, s.d. [1910?], 8 pp.
- **Eça de Queiroz** – in *Eça de Queirós (1845-1945)* visto pelos seus contemporâneos, Lello & Irmão-Editores, Porto, 1945, pp 289-304.



#### 4. Prefácios e prólogos:

- *Obras completas* de Gonçalves Crespo, Lisboa, 1897;
- *O romance de um rapaz pobre* (Trad. De Camilo Castelo Branco), Lisboa, 1888;
- Carta-Prólogo de *Fumo do meu cigarro* de Augusto de Castro (3ª edição);
- Prólogo a *Nocturnos* de Gonçalves Crespo (3ª edição);
- *Miniaturas* de Gonçalves Crespo (7ª edição);
- Prefácio de *O Filho Pródigo* de Thomas Henry, 1906;
- Carta-prefácio de *A Borboleta de Veva de Lima* de Genoveva de Lima Mayer Ulrich;
- Prólogo de *A Boneca Cor de Rosa* (contos para Crianças) de D. Virginia de Castro e Almeida (2ª edição);
- Prefácio à 1ª tradução portuguesa de *Crime e Castigo* de Dostoievsky.

#### 5. Periódicos onde colaborou:

- Actualidades – Porto;
- Álbum das Glórias - Lisboa;
- Artes e Letras - Lisboa;
- O Atheneu - Porto;
- Brasil-Portugal – Lisboa;
- Comércio do Porto – Porto;
- Correio da Manhã – Lisboa;
- Diário Ilustrado – Lisboa;
- Diário de Notícias – Lisboa;
- Diário Popular – Lisboa;
- Gabinete dos Reporters – Lisboa;
- Jornal do Commercio – Lisboa;
- Jornal do Commercio – Rio de Janeiro;
- Jornal da Noite – Lisboa;
- A Moda Ilustrada – Lisboa;
- A Mulher – Porto;
- Novidades – Lisboa;
- O Occidente – Lisboa;
- O Paiz – Rio de Janeiro;
- O Repórter – Lisboa;
- Revista Moderna – Paris;
- Revista Occidental - Lisboa